

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

“Coesão e Integração Social na União Europeia”

Dissertação de Mestrado em Línguas Estrangeiras Aplicadas

Candidato: Luca Rossetti (al54178)

Orientador: Marlene da Conceição Vasques Loureiro

Coorientador: Fernando Manero Miguel



Vila Real, 2015

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

“Coesão e Integração Social na União Europeia”

Dissertação de Mestrado em Línguas Estrangeiras Aplicadas

Candidato: Luca Rossetti (al54178)

Orientador: Marlene da Conceição Vasques Loureiro

Coorientador: Fernando Manero Miguel

Composição do Júri:

Vila Real, 2015

Responsabilidade pessoal das ideias apresentadas

Eu, Luca Rossetti, de nacionalidade italiana, com número de aluno 54178, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, declaro ser responsável pelas ideias apresentadas ao longo deste trabalho de investigação, assim como pelo facto de ter escolhido escrever este trabalho em língua portuguesa.

Assinatura

Abril de 2015

Resumo

O tema de estudo deste trabalho é a integração social na União Europeia. Este trabalho investiga os recursos à disposição da União e o papel desenvolvido pelos Estados-Membros nesta área. Além disso, através da ajuda das opiniões dos cidadãos, conseguidas através de um inquérito desenvolvido em três países da União (Portugal, Itália e Espanha), graças ao apoio do “Instituto de Estudios Europeos” da Universidade de Valladolid, Espanha, pretende-se avançar propostas que favoreçam a dita integração. As conclusões evidenciam as falhas comunicativas nos diferentes níveis da União, o desinteresse dos Estados-Membros e dos partidos políticos europeus em promover o surgimento de uma sociedade europeia e a desinformação dos cidadãos acerca de todos os temas relacionados com a União. Por fim, a investigação evidencia os perigos provenientes do aumento de aficionados dos grupos eurocéticos e independentistas.

Palavras-chave

União Europeia; Estados-Membros; Cidadãos europeus; Integração social; Comunicação; Cidadania; Cultura; Eurocéticos; Independentistas.

Abstract: Social Cohesion and integration in the European Union

The main theme of study of this paper is social integration in the European Union. This work investigates the available resources to the Union and the role played by member states in this area. Moreover, through the help of citizens' opinions, achieved through a survey carried out in three EU countries (Portugal, Italy and Spain), thanks to the support of the "Instituto de Estudios Europeos" of the University of Valladolid, Spain, looks forward to advance proposals that would favor mentioned integration. Findings highlights a communicative deficiency at the different Union levels, the lack of interest of Member States and European political parties to promote the emergence of an European society and the disinformation of citizens about all topics related to the Union. The research finally highlights the dangers originated from the increase of members to the Eurosceptics and pro-independence groups.

Key-words

European Union; Member-States; European citizens; Social integration; Communication; Citizenship; Culture; Eurosceptic; Independence groups.

Sumário

| | |
|--|-----|
| Índice de gráficos, figuras e tabelas | 3 |
| Introdução..... | 5 |
| Capítulo 1 – A União Europeia | 9 |
| 1.1 – A evolução da União Europeia..... | 12 |
| 1.1.1 – Do discurso de Winston Churchill à declaração Schumann | 12 |
| 1.1.2 – A CECA e a CEE | 13 |
| 1.1.3 – Dos anos 60 ao Tratado da União Europeia (1992)..... | 15 |
| 1.1.4 – Do Tratado de Maastricht à época contemporânea..... | 18 |
| 1.2 – Coesão Social Vs. Integração Social | 20 |
| 1.2.1 – A coesão social..... | 21 |
| 1.2.2 – A integração social | 25 |
| 1.3 – Cidadania, Cultura e Comunicação | 30 |
| 1.3.1 – Cidadania Europeia | 30 |
| 1.3.2 – Cultura | 35 |
| 1.3.3 – Comunicação | 43 |
| Capítulo 2 – Os Estados membros | 49 |
| 2.1 – A estrutura estatual da União | 51 |
| 2.2 – Independentistas e eurocéticos | 58 |
| 2.2.1 – Os Eurocéticos..... | 59 |
| 2.2.2 – Os Independentistas..... | 62 |
| Capítulo 3 – Coesão e integração social na UE: opiniões dos cidadãos..... | 69 |
| 3.1 – Metodologia | 70 |
| 3.2 – Análise dos resultados | 71 |
| 3.2.1 Caraterização da amostra..... | 71 |
| 3.2.2 – O conhecimento dos cidadãos sobre a UE..... | 72 |
| 3.2.3 – União–Cidadãos–Nação | 76 |
| 3.3 – Análise dos resultados: medidas e propostas em favor de uma integração social europeia | 89 |
| Conclusão | 99 |
| Referências Bibliográficas | 101 |
| Apêndices | 105 |

Índice de gráficos, figuras e tabelas

Índice de gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Pergunta 20 – Você sente-se parte da EU | 79 |
| Gráfico 2: Pergunta 22 – Crê que as pessoas se sentem mais | 81 |
| Gráfico 3: Pergunta 23 – Na sua opinião, os cidadãos europeus percebem-se | 81 |
| Gráfico 4: Pergunta 25 – Você sente-se atacado/a cultura e/o linguisticamente pelas outras línguas e culturas da União Europeia? | 83 |
| Gráfico 5: Pergunta 31 – Crê que a cultura e a comunicação são as áreas mais eficazes para promover a integração social? | 85 |
| Gráfico 6: Pergunta 32 – Crê que a União Europeia seja o projeto de | 85 |
| Gráfico 7: Pergunta 38 – Sabe que o direito europeu é superior ao nacional? | 87 |
| Gráfico 8: Pergunta 40 – Crê que seja verdade a afirmação de Mario Monti? | 87 |
| Gráfico 9: Pergunta 41 – Crê que os movimentos eurocéticos são uma consequência | 88 |
| Gráfico 10: Pergunta 44 – Gostava que a EU fosse nomeada como próximo lugar dos mundiais de futebol? | 91 |
| Gráfico 11: Pergunta 45 – Gostava de receber uma brochura informativa acerca da UE [...] gratuitamente? | 91 |
| Gráfico 12: Pergunta 46 – Gostava que todos os programas de televisão fossem transmitidos na língua original com legendas? | 92 |
| Gráfico 13: Pergunta 47 – Gostava que se criasse um canal televisivo europeu [...] acerca da União Europeia e dos Estados que a compõem? | 93 |
| Gráfico 14: Pergunta 48 – Crê que a União Europeia deveria constituir-se como Estado? | 93 |
| Gráfico 15: Pergunta 49 – Crê que os programas escolares deveriam ser unificados e comuns na EU? | 94 |

Índice de figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1: Benefícios conseguidos pela UE utilizados pelos cidadãos – 2013 | 29 |
| Figura 2: Direitos europeus sobre os quais os cidadãos querem saber mais – 2013 | 29 |
| Figura 3: Nível de interação com produções culturais de outros países – 2013 | 42 |
| Figura 4: A Europa dos independentismos | 64 |
| Figura 5: Caracterização da amostra (perguntas 1 a 6) | 71 |
| Figura 6: Conhecimento de programas e projetos Europeus (perguntas 7 – 11) | 73 |
| Figura 7: Conhecimento, uso e funcionamento do sítio da UE “europa.eu” (perguntas 12 – 15) | 74 |
| Figura 8: Conhecimento, uso e funcionamento dos centros “Europe Direct” (perguntas 16 – 18) | 75 |
| Figura 9: Crise social; aspeto humano da União; participação cidadã; espaço público de debate; partidos políticos (Perguntas 19, 26 – 27, 33 – 35) | 79 |

| | |
|---|----|
| Figura 10: <i>Povo europeu: existe? Há medidas suficientes? Necessita-se promover mais? Será possível cria-lo no futuro? (perguntas 21, 42 – 43, 52)</i> | 80 |
| Figura 11: <i>Existe uma “solidariedade de facto”? Os Estados-Membros se empenham o suficiente para cumprir os objetivos da União? (perguntas 24, 39)</i> | 82 |
| Figura 12: <i>As temáticas e os assuntos europeus são divulgados e explicados com suficiência e clareza? Dever-se-iam transmitir mais notícias acerca dos assuntos europeus? (perguntas 28 – 30)</i> | 84 |
| Figura 13: <i>Interesse dos partidos políticos europeus (perguntas 36 – 37)</i> | 86 |
| Figura 14: <i>Símbolos da União; dia da União (Perguntas 50 – 51)</i> | 95 |
| Figura 15: <i>Exemplo de NIE (Número de Identificação de Estrangeiros), Espanha</i> | 97 |

Índice de tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1: <i>A campanha eleitoral europeia de 2014 serviu?</i> | 55 |
| Tabela 2: <i>Temas mais debatidos durante a campanha eleitoral europeia de 2014</i> | 56 |
| Tabela 3: <i>Máximo e mínimo de respostas positivas às perguntas 44 – 51</i> | 90 |

Introdução

A investigação aqui proposta visa refletir sobre as dificuldades de conseguir uma integração social na União Europeia, assim como quer propor soluções e medidas capazes de enfrentar este desafio. As razões que levaram ao desenvolvimento deste trabalho são várias, porém a principal é o interesse do investigador em não perder os privilégios e as vantagens que a pertença à União Europeia lhe proporciona e que, hoje em dia, estão ameaçados por uma situação económica, política, identitária e social crítica, onde o aumento do nacionalismo, do populismo e dos movimentos eurocéticos e independentistas, flanqueados por um desencanto generalizado da população por este projeto, os minam. As negociações da Grécia com a Comissão Europeia são talvez o exemplo mais atual da difícil situação em que se encontra a Comunidade Europeia. De um lado, os gregos, cansados de uma situação económica já insustentável e de uma dura austeridade imposta, já não só pela Comunidade, senão também por organizações internacionais e pelo Estado economicamente mais forte da Europa, Alemanha, começam a tomar decisões possivelmente erradas e talvez pouco ponderadas. Do outro lado, a Comissão Europeia, guiada, pelo menos nesta contenda, pela chanceler alemã Angela Merkel, a qual ameaça o país helénico, já não só com a arma do dinheiro, senão também com uma possível saída da União (Voxeurop 2015), a qual levantaria muitas questões sobre o significado existencial da União Europeia e daria poder aos eurocéticos.

Com a motivação inspiradora acima referida, o objetivo da investigação é o de procurar soluções para o problema identitário da União Europeia e aviar um debate aberto e plural sobre estas temáticas, com intuito de promover uma integração social real e profunda, a qual poderia resolver muitos dos problemas europeus, como o acima exemplificado. Mais especificamente, procura-se definir os meios à disposição da União Europeia para promover a integração social, como o Comité Económico e Social, o Fundo Social, os vários sítios *online*, os Tratados e os diferentes projetos culturais promovidos pela Comissão, e como estes são utilizados; verificar a ação de algumas das medidas promovidas pela União em matéria de integração social através do relatado nos inquéritos europeus (Eurobarómetro) e pelo aflorado no inquérito realizado neste trabalho; definir o papel desenvolvido pelos Estados-Membros na construção de uma sociedade europeia, tratando também as dificuldades que estes encontram para se desvincular da própria independência, soberania e interesses nacionais; identificar

algumas das possíveis consequências pelo não cumprimento do objetivo de integração social a médio prazo, sobretudo através da análise do surgimento de grupos eurocéticos e independentistas; definir o papel da cultura e da comunicação na promoção da integração social e na construção de uma identidade europeia, evidenciando estas áreas como as fundamentais para a construção de um povo europeu; e, por fim, através dos resultados do inquérito desenvolvido neste trabalho, partindo de algumas opiniões de investigadores, jornalistas e personagens influentes, avançar algumas propostas que favoreçam, pelo menos em parte, o desenvolvimento da integração social e/ou um maior grau de proximidade.

A partir deste propósito, formulam-se algumas hipóteses: o sucesso da integração social é impedido pelos Estados-Membros, os quais, para não perder legitimidade frente à própria criação, não se esforçam por promover um ideal e uma identidade comum, porém preferem focar a própria atenção nos assuntos internos, preocupando-se, egoisticamente, com os próprios interesses nacionais em vez de identificar-se e interagir com a comunidade; as medidas promovidas pela União não mostram resultados importantes e os meios à sua disposição não se apresentam como suficientes para a promoção da integração social, sobretudo por uma falta de independência na tomada de decisão e pela falta de poderes, definidos nos Tratados, para intervir ou promover medidas de maior alcance; o não conseguimento do objetivo da integração social na Europa poderia levar ao fim da União Europeia e ao regresso às tensões entre Estados, sobretudo debaixo da ameaça de grupos eurocéticos e independentistas, mas também pela falta de empatia e entreajuda entre os Estados, os quais, como já foi dito, preocupam-se principalmente com os próprios interesses internos e só em segundo lugar com os da comunidade, não entendendo que estão hoje em dia interligados e que a desgraça de um pode significar a desgraça de todos, como o caso da Grécia nos recorda cada dia; e, por fim, a comunicação será o instrumento mais adequado para a promoção de uma integração social europeia e de uma identidade comum, pois esta apresenta-se como o meio de conexão da sociedade, guardiã do pensamento humano e pilar da democracia.

Para verificar estas hipóteses e conseguir os objetivos propostos, partir-se-á duma base teórica de investigação (Capítulos 1 e 2) desenvolvida a partir de relatórios, investigações e inquéritos da Comissão Europeia, tratados, livros, artigos de jornais, declarações e entrevistas de personagens influentes, assim como de outras fontes *online* verificáveis. A segunda parte (Capítulo 3) será, ao invés, elaborada a partir de um inquérito desenvolvido com o apoio do “Instituto de Estudios Europeos” da Universidade de Valladolid, Espanha, o qual visará

investigar a opinião dos cidadãos portugueses, espanhóis e italianos acerca de alguns dos temas tratados ao longo do trabalho, assim como pretenderá propor algumas medidas favoráveis ao desenvolvimento de uma integração social europeia.

Criar uma verdadeira sociedade europeia apresenta-se como o maior desafio da União Europeia na época contemporânea, pois a crise económica, social e política minou alguns dos fatores aglutinantes, como a confiança e a solidariedade entre os Estados e os seus cidadãos, sobretudo entre norte e sul, ou melhor dito, entre “Estados ricos” e “Estados pobres”. A estes problemas somam-se o aumento de movimentos eurocéticos e independentistas, uma longa história de conflitos, a soberania nacional e fortes diferenças culturais, linguísticas e, nalguns casos, ideológicas entre os Estados-Membros. Em suma, o projeto europeu nunca foi tão ameaçado como hoje em dia. Promover a integração social europeia apresenta-se assim como a melhor resposta frente a estes desafios, já que o projeto europeu não teria muitas possibilidades de sobrevivência com uma população dividida e contrariada. Porém, um povo unido e íntegro poderia levar o projeto europeu adiante rapidamente e durante muito tempo. Mas como unir cidadãos de 28 países de língua, cultura, costumes e história diferentes num único povo? Que barreiras se poderão encontrar? Quais serão os meios mais adequados à tarefa? Estão as pessoas preparadas para confrontar-se com indivíduos de línguas e culturas diferentes e assim aceitar um confronto, ou melhor, um intercâmbio linguístico e cultural que talvez transforme a própria maneira de entender o mundo? E, por fim, como é possível que um projeto tão admirado e valorizado no exterior, inspire tão pouco interesse, escassa participação e destacamento no interior? Estas perguntas não são de fácil resposta e, provavelmente, não existe uma única. Todavia, será fundamental procurar encontrar respostas a curto prazo para poder elaborar um plano de ação eficaz e aceite. É neste sentido que se insere o trabalho aqui proposto, querendo ser este o ponto de partida de outras investigações mais amplas e profundas.

Capítulo 1 – A União Europeia

“Somente quando integração objectiva e subjectiva forem alcançadas, poderá ter lugar uma identidade europeia.”

(António Teixeira Fernandes 2001, 23)

A Europa sempre tem sido o continente mais belicoso do mundo. As duas mais sangrentas guerras da história estouraram e desenvolveram-se no seu território e envolveram o mundo inteiro. Porém com o fim da segunda Guerra Mundial (1945), os líderes dos Estados Europeus decidiram que já tinha chegado o momento de fazer algo para que os horrores e os sofrimentos do continente chegassem ao fim. Com este propósito, seis Estados (Itália, França, Alemanha, Luxemburgo, Bélgica e Holanda) decidiram comprometer-se num projeto de longe alcance denominado nessa época *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço* (1951). A dita Comunidade visava manter a paz no continente; promover a solidariedade entre os Estados Europeus; melhorar o nível de vida dos cidadãos; e, criar uma comunidade económica como base de uma comunidade mais vasta e de instituições capazes de guiar o futuro desta (Tratado CECA 1951: 3). Foi-se desenvolvendo nos anos, aumentando o número de Estados-Membros e ampliando o seu raio de ação. A evolução desta comunidade, que em 1992 passou a chamar-se União Europeia com a assinatura do *Tratado de Maastricht* trouxe paz e prosperidade à Europa, a qual se recuperou dos destroços da guerra e se impôs como modelo internacional de democracia e garante dos direitos humanos, além de promover uma abertura mental e de movimento no continente. O surgimento da União Europeia marcou um antes e um depois sobretudo nas relações entre os Estados Europeus, mas também nas relações internacionais e elevou-se como modelo a seguir no mundo inteiro.

Contudo, não obstante este surgimento quase mítico, hoje em dia, a União Europeia (UE) está em crise, numa crise múltipla: bancária; da dívida pública, da dívida privada, da competitividade, institucional, social e política (Rauws *et al.* 2013: 3-4). Muitos acreditam que estas crises estão interconectadas e que surgiram a partir do mesmo fulcro: a crise dos títulos americanos *Subprime* de 2006 e a sucessiva falência do banco norte-americano *Lehman Brothers* de 2008. Contudo, esta generalização não parece refletir completamente a verdade. De facto, pode-se afirmar que as várias crises acima nomeadas que cabem no domínio económico (crise bancária, da dívida pública, da dívida privada e da competitividade) podem ter sido desencadeadas a partir desses acontecimentos, mas, por

outro lado, as crises que cabem no domínio das humanidades (crise institucional, social e política) parecem ter raízes mais profundas. Com isto, não se quer negar que, provavelmente, os problemas ligados às segundas hajam assumido um valor maior, um valor de crise, em relação proporcional ao aumento dos problemas económicos.

Querendo, todavia, neste trabalho deixar de lado a crise económica, não obstante algumas referências parecem, em certas alturas, obrigatórias, tratar-se-á sobretudo da crise aqui definida como humana, ou seja institucional, social e política. De facto, as raízes desta não se encontram, senão em parte, nos problemas económicos dos últimos anos, mas bem naqueles ideológicos, estruturais e organizacionais de mais antiga instância. Isto é, desde a sua fundação em 1950, com a declaração Schumann, a União Europeia tem desempenhado um papel sobretudo económico (criação do mercado e da moeda única), deixando a consecução do objetivo da integração social (criação do povo europeu) e a legitimação institucional (votações, debates públicos e transparência) ao medo de uma nova guerra e à ameaça nuclear da Guerra Fria, com a promessa de futura prosperidade e convergência e naquela de um bom Estado social para todos (Krastev 2013). Contudo, estas *raisons d'être* não encontram hoje fundamento. A queda do muro de Berlim, o fim da Guerra Fria, a estabilização da paz no continente, o surto da crise económica, o surgimento de movimentos eurocéticos e independentistas fortes, o envelhecimento geral do continente e o aumento da desocupação minaram estes fatores aglutinantes e legitimadores. Hoje, os cidadãos sentem-se confusos entre uma União Europeia distante e inescrutável e um Estado-Nação sempre menos soberano: as pessoas não se sentem completamente europeias, e, ao mesmo tempo, não se sentem simplesmente nacionais. Poder-se-ia afirmar que os problemas “humanos” da União são mais evolutivos do que pontuais e os primeiros sintomas de desgaste podem ser encontrados na perda de entusiasmo pelo projeto europeu manifestado através do falimento da votação por uma Constituição europeia na França e na Holanda (dois dos países fundadores) em 2005 (Guez 2013).

Contudo, o esforço da União Europeia não foi nulo. De facto, esta, além de outras iniciativas, organizou uma zona de livre circulação de bens, serviços e pessoas através da supressão das fronteiras internas; criou fundos de coesão e de ajuda social, como o Fundo Social Europeu, o Fundo de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão; assumiu a *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia* como manifestação de valores comuns; e assentou o próprio sistema nos princípios democráticos e de Estado de direito. Todo isto fez com que a União Europeia se tornasse num centro de grande prestígio internacional e de

admiração para muitos países do mundo, sobretudo para os mais pobres. De facto, graças a estes valores e às iniciativas implementadas ao longo dos anos, cada vez mais Estados aderiram a este projeto único e inovador, tendo a UE atualmente 28 países-membros, número destinado a aumentar, apesar do decréscimo no apoio popular interno. Para fazer frente a esta diminuição de apoio, a União Europeia promoveu novos projetos internos, como a Agenda Europeia para a Cultura, destinada a sensibilizar a população para a existência de uma matriz cultural comum e para promover um sentimento de adesão e pertença à comunidade. Do mesmo modo, aumentou o alcance de outros programas já existentes como, por exemplo, o projeto Erasmus - programa de intercâmbio de estudantes entre universidades de diferentes países. Todavia, o alcance destes projetos não parece suficiente para o cumprimento do objetivo primordial de integração social. Por exemplo, não obstante o projeto Erasmus, o mais elogiado e com o maior número de participantes, ter chegado a 3 milhões de participações em 2013, desde o seu lançamento em 1987 (Comissão Europeia 2013^a), este número não parece significativo comparado com uma população de 503 milhões, tendo em conta que os países aderentes ao programa são hoje em dia 33, mais cinco para além dos que compõem a União (Islândia, Liechtenstein, Noruega, Suíça e Turquia) (Comissão Europeia 2013^a) e que um estudante tem a possibilidade de participar mais de uma vez¹. No que concerne às atividades culturais, o Eurobarómetro Especial nº 399 de 2013 evidência que “Só uma pequena minoria de europeus afirmam que participaram em atividades culturais *de* outros países europeus, e ainda menos participaram em atividades *em* outros países da UE”² (Special Eurobarometer 399 2013: 6). Neste ponto, uma pergunta surge espontânea: como é possível que um projeto tão admirado e valorizado no exterior, inspire tão pouco interesse, escassa participação e destacamento no interior? Uma das possíveis razões são que o esforço em matéria de integração social da União Europeia não tenha sido o suficiente; que os Estados europeus se descobriram numa decadência forçada; e, que o medo dos cidadãos por um ataque cultural, linguístico, histórico e até individual, proveniente dos outros países da comunidade, despertou sentimentos populistas, separatistas e eurocéticos. Todavia, é provável que a estas três razões se juntam muitas mais aqui não tratadas.

¹ O artigo publicado pela Comissão Europeia fala de 3 milhões de estudantes que beneficiaram de bolsas Erasmus, todavia não se especifica se este número trata de pessoas individuais (uma só participação por estudante) ou de bolsas distribuídas (mais participações por estudante). Não tendo a possibilidade de verificar este dado, se considera, neste trabalho, a segunda opção como a mais provável, pois que esta parece a mais viável por fins estatísticos.

² Cf. “Only small minorities of Europeans say that they participate in cultural activities *from* another European country, and even fewer participate in activities *in* another EU country.” (Special Eurobarometer 399 (2013): *Cultural Access and Participation*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_399_en.pdf)

Para se poder falar dos problemas identitários e sociais da atualidade europeia e avançar propostas parece oportuno, nesta primeira parte, entender qual foi a evolução e as medidas aplicadas pela União Europeia ao longo dos anos em favor da integração social e da criação de um povo europeu. Com este fim, algumas etapas históricas parecem obrigatórias. Começar-se-á, em primeiro lugar, pelo discurso na Universidade de Zurique de Winston Churchill, tendo sido este o primeiro discurso europeísta do pós-guerra e pelo impacto e a importância que teve na altura. Em seguida, passar-se-á à declaração Schumann, considerada hoje em dia como o ato fundador da União Europeia. Por fim, avançando no tempo, serão considerados alguns dos mais importantes tratados, órgãos e instituições da União com o fim de verificar quais foram as iniciativas, os atos e o alcance destes em promover a integração social.

1.1 – A evolução da União Europeia

1.1.1 – Do discurso de Winston Churchill à declaração Schumann

Analisando, em primeiro lugar, o discurso de Churchill de 1946, “Something to astonish you!”, nota-se uma forte carga sentimental que apela às tragédias da guerra e à destruição presente na Europa. Na sua fala encontram-se termos como “Família Europeia”, “patriotismo alargado”, “cidadania comum”, “pessoas da Europa” e “Estados Unidos de Europa” e palavras como “felicidade”, “prosperidade”, “glória”, “liberdade”, “comunidade”, “paz”, “segurança”, “esperança”, “fé”, “destino”, “paixão”, “futuro”, “justiça”, e “perdão”³ (Churchill 1946). Como é fácil de entender, o discurso do comandante inglês queria dar alívio e esperança às populações aflitas pelos horrores da guerra, ao mesmo tempo que anunciava um possível futuro para a Europa. Nas suas palavras os elementos humanos e sentimentais são predominantes e alguns destes manifestam o desejo de criar um povo europeu, uma “família”. Note-se como neste discurso não aparece quase nenhuma referência económica: o sujeito principal são as pessoas e o objetivo fundamental é o de procurar juntá-las num sentimento comum, procurando promover uma paz douradora e a aproximação dos povos europeus. Pode-se assim afirmar que o elemento humano neste discurso é tão forte quanto principal.

Na declaração Schumann, tendo em conta que o período, o lugar e o propósito desta são diferentes dos anteriores, nota-se o invés, ou seja um carácter mais técnico e formal e um

³ Cf. “European Family”, “enlarged patriotism”, “common citizenship”, “peoples of Europe”, “United States of Europe”, “happiness”, “prosperity”, “glory”, “freedom”, “community”, “peace”, “safety”, “hope”, “faith”, “passion”, “future”, “justice”, “mercy”. (Churchill, Winston (1946): *Something to astonish you!* The Churchill Society: London. Internet. Disponível em <http://www.churchill-society-london.org.uk/astonish.html>)

propósito sobretudo económico e político, porém o objetivo era o mesmo: a promoção da paz e a aproximação dos povos europeus. De facto, neste caso, o ministro francês apresentava uma proposição formal de “fusão das produções de carvão e aço” entre França e Alemanha, a qual deveria representar “o primeiro núcleo concreto de uma Federação Europeia”. Schumann também exalta nas suas palavras a necessidade de criar uma “solidariedade de facto” e de “introduzir o fermento de uma comunidade mais profunda”⁴ (Schumann 1950). Pode-se assim afirmar que apesar deste discurso se apresentar como mais técnico e formal, ainda mantém um certo grau de ideal social, embora muito menos intenso do que no discurso do político britânico. O texto de Schumann expressa, em primeiro lugar, a vontade de chegar a uma “Federação Europeia”, entendendo-se que uma federação, além de outros aspetos, deveria representar a vontade e a unidade do seu povo; em segundo lugar, o sentimento de “solidariedade” manifesta-se sobretudo entre pessoas, pessoas que se querem ajudar, que se sentem como uma comunidade única, como uma “família”; em último lugar, o político francês fala de “introduzir o fermento de uma comunidade mais profunda”, o qual significa, ao mesmo tempo, criar uma federação europeia, um povo unido e uma “solidariedade de facto”, além de outros aspetos.

1.1.2 – A CECA e a CEE

Com o tratado constitutivo da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), os objetivos sociais desaparecem para deixar espaço aos económicos. De facto, a missão da CECA era contribuir para a expansão económica, o desenvolvimento da contratação e a melhoria do padrão de vida dos países participantes através das instituições, em harmonia com a economia geral dos Estados membros, de um mercado comum⁵ (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço 1951: Art.º 3). Para além disso, este primeiro tratado não teve nenhuma auscultação popular, foram os parlamentos nacionais os que votaram e ratificaram a adesão do seu país à nova comunidade (E.L. 1951: 1). O único artigo do tratado que favorece a formação de uma comunidade de pessoas, ou pelo menos um certo grau de acercamento, é o Art.º 69, que eliminava qualquer restrição laboral para os cidadãos dos países membros da comunidade que quisessem trabalhar nas indústrias do carvão e do aço de outro país da comunidade, uma

⁴ Cf. “Fusione della produzioni di carbone e di acciaio”; “il primo nucleo concreto di una Federazione europea”; “solidarietà di fatto”; “introdurre il fermento di una comunità più profonda”. (Schumann, Robert (1950): *Dichiarazione Schumann*. União Europeia. Internet. Disponível em http://europa.eu/about-eu/basic-information/symbols/europe-day/schuman-declaration/index_it.htm)

⁵ Cf. “contribute to economic expansion, the development of employment and the improvement of the standard of living in the participating countries through the institution, in harmony with the general economy of the member States, of a common market”. (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1951): *Treaty establishing the European Coal and Steel Community*. Paris. Internet. Disponível em http://www.cvce.eu/obj/treaty_establishing_the_european_coal_and_steel_community_paris_18_april_1951-en-11a21305-941e-49d7-a171-ed5be548cd58.html)

vez que tinham demonstrado ter todas as qualificações adequadas (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço 1951: Art.º 69). Todavia, já desde muito antes da guerra, qualquer pessoa tinha a possibilidade de emigrar para viver e trabalhar em outro país ou continente. Além disso, as instituições constituídas com este tratado (a Alta Autoridade, a Assembleia, o Conselho e a Corte) tinham como principal papel o de reguladores e responsáveis pelos acordos assumidos pelos países signatários, ou seja, polos acordos económicos. O falimento da constituição de uma Comunidade Europeia de Defesa (CED), em 1954, pela recusa da Assembleia Nacional francesa, a qual devia representar um primeiro avanço para uma comunidade política europeia (Kohler 1981: 40), mostrou os limites do projeto e das vontades nacionais, as quais, talvez, ainda não tinham o suficiente grau de confiança.

Em 1955 os Ministros de Assuntos Exteriores dos países signatários do tratado da CECA decidiram, num encontro na cidade de Messina, estender a integração europeia a toda a economia. A partir dessa reunião, assinaram-se, em 1957, em Roma, dois tratados: o da *Comunidade Económica Europeia* (CEE) e o que institui a *Comunidade Europeia pela Energia Atómica* (Euratom). Como se pode notar desde já, o foco destes encontros era de matriz principalmente económica. Aqui não se entrará no tratado Euratom, mas analisar-se-á, ainda que não profundamente, o da CEE. Neste último, afirma-se no artigo 2º:

A Comunidade deverá ter como tarefa, através da criação de um mercado comum e da progressiva aproximação das políticas económicas dos Estados-Membros, para promover no conjunto da Comunidade um desenvolvimento harmonioso das atividades económicas, uma contínua e equilibrada expansão, um aumento na estabilidade, um crescimento acelerado dos padrões de vida e uma estreita relação entre os Estados que pertencem a ela⁶ (Comunidade Económica Europeia 1957: Art.º 2)

Entende-se, a partir deste artigo, a predisposição sobretudo económica deste tratado. O único traço que marca uma ligeira e quase impercebível vontade de integração social, se é isto o que se entende com isso, aparece na última linha: “uma estreita relação entre os Estados”. Querendo-se evidenciar a vertente de uma integração social, no Art.º 4, encontram-se: “(c) a abolição, entre os Estados Membros, dos obstáculos à liberdade de movimento para pessoas, serviços e capitais” e “(i) a criação de um Fundo Social Europeu a fim de melhorar as oportunidades de emprego pelos trabalhadores e para contribuir o aumento dos padrões de

⁶ Cf. “The Community shall have as its task, by establishing a common market and progressively approximating the economic policies of Member States, to promote throughout the Community a harmonious development of economic activities, a continuous and balanced expansion, an increase in stability, an accelerated raising of the standard of living and closer relations between the States belonging to it.” (Comunidade Económica Europeia (1957): *The Treaty of Rome*. Roma. Internet. Disponível em <http://www.gleichstellung.uni-freiburg.de/dokumente/treaty-of-rome>)

vida deles”⁷ (Comunidade Económica Europeia 1957: Art.º 4). Contudo, uma verdadeira liberdade de movimento só chegará em 1995, com a entrada em vigor dos *Acordos de Schengen*, os quais foram assignados só por cinco Estados, a saber Bélgica, Alemanha, França, Luxemburgo e Países Baixos, não obstante, nessa altura, a UE já era composta por quinze estados-membros. Além disso, no Tratado da CEE, Art.º 48, ponto 1, especifica-se que a liberdade de movimento das pessoas não era total, mas restringida aos trabalhadores⁸. Pelo que concerne o *Fundo Social Europeu*, também instituído com este tratado, pode-se afirmar que não foi criado para promover a integração social, mas sim, como se verá mais à frente, a coesão social. Por fim, o Art.º 7 do presente Tratado proíbe qualquer discriminação a partir da nacionalidade (Comunidade Económica Europeia 1957: Art.º 7), algo que deveria ter sido já um valor de senso comum em civilizações consideradas desenvolvidas e que saíam de uma guerra sangrenta e de marco nazis. Entende-se a partir desta breve análise, que os interesses dos Estados Membros eram mais económicos do que sociais. De facto, segundo Alan Milward, os Estados nacionais aderiram a CEE para recuperar a própria prosperidade, a qual era considerada como fonte de legitimação doméstica⁹ (Milward *apud* Anderson 2009: 5-6) e não para chegar a uma integração social real. Além disso, como no caso da CECA, os diferentes povos não foram consultados, mas foram os parlamentos nacionais que ratificaram o Tratado (Altavilla 1957: 1).

1.1.3 – Dos anos 60 ao Tratado da União Europeia (1992)

Durante os anos 60 e 70 do século XX as coisas não se desenvolveram de maneira mais participativa. De facto, o projeto de unificação “desenvolveu-se de maneira anónima e tecnocrática, ou seja sem envolver os cidadãos”, e isso porque “as personalidades que tinham promovido o movimento unificador [...] desapareceram progressivamente da vida política, sem ter encontrado sucessores tão populares e inspirados”¹⁰ (Jansen 1981: 3). Contudo, ao

⁷ Cf. “(c) the abolition, as between Member States, of obstacles to freedom of movement for persons, services and capital”; “(i) the creation of a European Social Fund in order to improve employment opportunities for workers and to contribute to the raising of their standard of living. (Comunidade Económica Europeia (1957): *The Treaty of Rome*. Roma. Internet. Disponível em <http://www.gleichstellung.uni-freiburg.de/dokumente/treaty-of-rome>)

⁸ Cf. “Freedom of movement for workers shall be secured within the Community by the end of the transitional period at the latest.” (Comunidade Económica Europeia (1957): *The Treaty of Rome*. Roma. Internet. Disponível em <http://www.gleichstellung.uni-freiburg.de/dokumente/treaty-of-rome>)

⁹ Cf. “The European Economic Community, in Milward vision, was born essentially from the autonomous calculations of national states that the prosperity on which their domestic legitimacy rested would be enhanced by a custom union. The strategic need to contain Germany as a power also played a role. But Milward argues that it was an essentially secondary one, which could have been met by other means. [...] The foundation of the EEC lay in the ‘similarity and reconcilability’ of the socio-economic interests of the six reascent states, set by the political consensus of the post-war democratic order in each country”. (Milward, Alan *apud* Anderson, Perry (2009): *The New Old World*. London: Verso)

¹⁰ Cf. “Il processo di unificazione degli anni '60 e '70 si è sviluppato in modo anonimo e tecnocratico, cioè senza coinvolgere i cittadini”; “le personalità che avevano promosso il movimento unificatore sono progressivamente scomparse dalla vita politica, senza aver trovato dei

longo destes anos, a UE viveu o seu primeiro alargamento (1973), com o ingresso de Reino Unido, Dinamarca e Irlanda, e, tal como os chefes de governos dos nove Estados Membros decidiram, em Paris, em 1974, estes começaram a reunir-se três vezes por ano no Conselho Europeu, aprovaram as eleições do Parlamento Europeu por sufrágio universal, as quais se realizaram em 1979 com uma satisfatória participação¹¹ (não obstante o Parlamento fosse, naquela altura, considerado uma instituição de consulta com poderes muitos limitados) e concordaram a instituição do *Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional*.

Parece aqui importante uma referência ao *Documento sobre a Identidade Europeia* (1973), que se apresenta como uma primeira tentativa de definir e afirmar a identidade comum dos cidadãos da Europa, não obstante o documento aparece mais focado no exterior que no interior, pois aí afirma-se que “Este [documento] permitir-lhe-á [aos nove Estados-Membros] alcançar uma melhor definição das suas relações com outros Estados e das suas responsabilidades e o lugar que eles ocupam no mundo dos negócios”¹² (European Political Co-operation 1973: 48). Além disso, a publicação deste texto não teve muito impacto sobre a população, pois os jornais daquela época estavam mais empenhados em relatar o encontro dos países europeus com os líderes e representantes dos países do Médio Oriente acerca da crise petrolífera, do que em analisar e discutir o conteúdo de tal documento.¹³

Até os anos 80, outras medidas e tratados foram introduzidos, porém não parece aqui necessário analisá-los, seja porque se mantinham em vigor os tratados analisados acima, ainda que os executivos das três Comunidades (CECA, CEE e Euratom) se fundiram, criando um único Conselho e uma única Comissão (1965), seja porque estes não tocam os aspetos relativos à integração social, mas sim económica.

Entre 1981, ano do ingresso da Grécia na Comunidade Europeia, e 1992, ano da assinatura do *Tratado de Maastricht* ou *Tratado da União Europeia* (TUE), parece importante salientar o ingresso de Espanha e Portugal de 1986; as duas votações pelo

successori altrettanto popolari e ispirati”. (Jansen, Thomas (resp.) (1981): *Impegno per l’Europa: Konrad Adenaur – Alcide De Gasperi – Robert Schumann*. Fondazione Konrad Adenaur: Roma.)

¹¹ Cf. Total voters 61,99%; BE 91,36%; DK 47,82%; DE 65,73%; IE 63,61%; FR 60,71%; IT 85,65%; LU 88,91%; NL 58,12% UK 32,35% (European Parliament: “Turnout at European elections (1979-2009)”. Internet. Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-\(1979-2009\).html](http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-(1979-2009).html)).

¹² Cf. “The Nine Member Countries of the European Communities have decided that the time has come to draw up a document on the European Identity. This will enable them to achieve a better definition of their relations with other countries and of their responsibilities and the place which they occupy in world affairs.” (European Political Co-operation (1988): *Document on European Identity published by the Nine Foreign Ministers (Copenhagen, 14 December 1973)*. Press and Information Office, Federal Republic of Germany, Bonn. Disponível em <http://aei.pitt.edu/4545/>)

¹³ Por uma verificação, consulte-se, por exemplo, o periódico italiano *La Stampa* dos dias 15 e 16 de Dezembro de 1973 através do seu arquivo histórico (<http://www.lastampa.it/archivio-storico/>).

Parlamento Europeu de 1984¹⁴ e 1989¹⁵, as quais manifestaram um crescente desencanto pelo único momento de participação pública na Europa; a assinatura dos *Acordos de Schengen* (1985), que, como já foi dito acima, só entraram em vigor em 1995; a assinatura do *Ato Único Europeu* (1986); a queda do muro de Berlim (1989) e a reunificação da Alemanha (1990), que marcaram o fim da Guerra Fria.

Em antecipação ao Ato Único, as Comunidades Europeias publicaram a *Solene Declaração da União Europeia* de 1983, “reafirmando a própria vontade [dos chefes de Estado] de transformar o inteiro complexo de relações entre os seus Estados em uma União Europeia”¹⁶ (Comunidades Europeias 1983: 2), marca alguns pontos importantes do futuro Ato. Este texto também mantém uma perspetiva principalmente económica e institucional, não afirmando nunca a vontade popular como motor da união¹⁷, mas sim a vontade dos Chefes de Estado, assim como acontece com todos os Tratados anteriores. Alguns poderiam argumentar que estes são nomeados pela vontade popular através das eleições e, por isso, representam a vontade dos cidadãos. Todavia, é verdade que em alguns países os Chefes de Estado são eleitos pelos Parlamentos nacionais, e não pela população, como no caso da Itália (*Repubblica italiana* 1947: Art.º 83), e que em outros aplica-se a monarquia, o que significa que o Chefe de Estado não é eleito, mas se instala por sucessão, respeitando a ordem de primogenitura, como no caso espanhol (*Estado Español* 1978: Art.º 57).

Passando agora ao Ato Único Europeu, é importante salientar que este introduz alterações à política social e apresenta novos Títulos que se juntam ao Tratado da CEE: “Title V – Economic and Social Cohesion” e “Title VI – Research and technological development” (Comunidades Europeias 1986). Estas alterações significam certamente uma maior integração entre os Estados Membros, mas não obrigatoriamente entre os cidadãos. Pois que, não obstante a aproximação das investigações e a criação de laboratórios científicos europeus possa ter significado um acercamento entre um número mínimo de cientistas, estas medidas não parecem suficientes para criar um sentimento de pertença comum favorável à integração social.

¹⁴ Cf. Total voters 58,98%: BE 92,09%; DK 52,38%; DE 56,76%; IE 47,56%; FR 56,72%; IT 82,47%; LU 88,79%; NL 50,88%; UK 32,57%; EL 80,59% (European Parliament: “Turnout at European elections (1979-2009)”. Internet. Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-\(1979-2009\).html](http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-(1979-2009).html)).

¹⁵ Cf. Total voters 58,41%: BE 90,73%; DK 46,17%; DE 62,28%; IE 68,28%; FR 48,8%; IT 81,07%; LU 87,39%; NL 47,48%; UK 36,37%; EL 80,03%; ES 54,71%; PT 51,1% (European Parliament: “Turnout at European elections (1979-2009)”. Internet. Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-\(1979-2009\).html](http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-(1979-2009).html)).

¹⁶ Cf. “reaffirming their will to transform the whole complex of relations between their States into a European Union”. (Comunidade Europeia (1983): *Solemn Declaration on European Union*. Internet. Disponível em <http://www.eurotreaties.com/stuttgart.pdf>)

¹⁷ Na Declaração de 1983 pode-se ler: “The Heads of State or Government [...] resolved”; “The Heads of State or Government [...] affirm”; e “The Heads of State or Government [...] reaffirm”; “The Heads of State or Government emphasize” (Comunidade Europeia (1983): *Solemn Declaration on European Union*. Internet. Disponível em <http://www.eurotreaties.com/stuttgart.pdf>, 1-3). A declaração não faz nenhuma referência à vontade popular.

1.1.4 – Do Tratado de Maastricht à época contemporânea

O *Tratado de Maastricht* marca uma nova etapa na integração europeia. De facto, este texto substitui o Tratado da CEE e cria a União Europeia, assim como desenvolve a constituição de um mercado e de uma moeda única; estabelece um Comité Económico e Social e um Comité das Regiões; cria o Sistema Europeu de Bancos Centrais e o Banco Central Europeu; e, introduz os três pilares da União, a saber, o pilar comunitário, o pilar consagrado à política exterior e o pilar consagrado à cooperação judicial e policial em matéria penal (Naglič 2013). Neste caso, como nos anteriores, foram os Chefes de Estados que elaboraram o Tratado e os Parlamentos nacionais que o ratificaram, sem consultar os cidadãos. Contudo, no preâmbulo do *Tratado de Maastricht* desejava-se “acrescentar a solidariedade entre os seus povos, dentro do respeito da sua história, da sua cultura e da sua tradição”; resolver “criar uma cidadania comum aos nacionais dos seus países”; e, resolver “continuar o processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa”¹⁸ (União Europeia 1992: 2 - 3). Todavia, além de estas poucas linhas, de uma repetição da terceira destas no Art.º 1, de uma referência no Art.º 3, ponto 2, à livre circulação dos cidadãos, e do terceiro parágrafo do ponto 3 do mesmo artigo, em que a União se propõe de fomentar a coesão social, não se encontram, ao longo dos 55 artigos, outras menções às medidas voltas a promover a integração social. Por isso, pode-se afirmar que este objetivo se apresenta como nada mais que um desejo, uma vontade. É como se se quisesse que doze pessoas que falam línguas diferentes, com culturas e interesses diferentes e que fizeram muitas guerras, que vivam juntas numa casa enorme, cada uma com o seu próprio quarto e com as suas próprias regras dentro deste, se façam amigas só porque pagam as mesmas contas, ou têm as mesmas regras nas zonas comuns. Como é lógico, as probabilidades de que estas se encontrem, se juntem e formem uma “família” solidária espontaneamente não são muitas, o que parece mais provável é que se formem diferentes grupos ou que se mantenham divididas.

Seguindo em frente no tempo, em 1994, celebra-se a quarta eleição do Parlamento Europeu, a qual, seguindo o curso das precedentes, marca uma queda na afluência às urnas¹⁹.

¹⁸ Cf. “DESEANDO acrecentar la solidaridad entre sus pueblos, dentro del respeto de su historia, de su cultura y de sus tradiciones”; “RESUELTO a crear una ciudadanía común a los nacionales de sus países”; e “RESUELTO a continuar el proceso de creación de una unión cada vez más estrecha entre los pueblos de Europa, en la que las decisiones se tomen de la forma más próxima posible a los ciudadanos”. (União Europeia (1992): *Tratado de Maastricht*. Internet. Disponível em http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/tue.html#cpi)

¹⁹ Cf. Total voters 56,67%; BE 90,66%; DK 52,92%; DE 60,02%; IE 43,98%; FR 52,71%; IT 73,6%; LU 88,55%; NL 35,69%; UK 36,43%; EL 73,18%; ES 59,14%; PT 35,54% (European Parliament: “Turnout at European elections (1979-2009)”. Internet. Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdd9d4/Turnout-\(1979-2009\).html](http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdd9d4/Turnout-(1979-2009).html))

Em 1995 Áustria, Finlândia e Suécia entram na União Europeia e em 1997 assina-se o *Tratado de Amsterdão*, o qual altera alguns artigos dos tratados e atos em vigor, entre os quais o *Tratado de Maastricht* e o que institui a Comunidade Europeia, também conhecido como o *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*. Com este Tratado, entre outras coisas, ampliam-se as competências da União, fortalecem-se os poderes do Parlamento Europeu; introduzem-se disposições gerais acerca da “Cooperação reforçada”; e efetuam-se reformas estruturais em previsão de uma nova ampliação da União (Naglič 2013). Em 1999, o Euro torna-se a moeda oficial de onze Estados-Membros, vindo-se assim a cumprir um dos primeiros objetivos económicos. No mesmo ano, verifica-se a quinta eleição para o Parlamento Europeu, tendo esta uma baixa afluência²⁰. Em 2001, entra em vigor um novo Tratado, o de Nice, o qual, além de instituir a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, altera, como no caso anterior, alguns artigos dos Tratados vigentes. O *Tratado de Nice* alterou principalmente o poder, a estrutura, a organização e as funções das instituições europeias com vista a um novo grande alargamento, o de 2004 (Chipre, Estónia, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, República Checa, Eslováquia, Eslovénia e Hungria). Em Laeken, no mesmo ano, adota-se uma declaração sobre o futuro da Europa, na qual se discute e elabora o primeiro rascunho de uma Constituição Europeia (Lehmann 2014).

Em 2004, ano do grande alargamento, além de se celebrar a sexta eleição para o Parlamento Europeu, a qual, não obstante o grande número de novos Estados Membros, não marcou uma melhoria na tendência negativa de afluências às urnas²¹, assina-se, em Roma, o *Tratado para uma Constituição Europeia*. Este, ratificado pelos Parlamentos nacionais, foi todavia substituído em 2007 pelo *Tratado de Lisboa*, depois que, em 2005, os cidadãos de França e Holanda recusaram-se, através do primeiro referendo na história da União, ratificá-lo²². A recusação dos cidadãos franceses e holandeses de ter uma Constituição comum e, com isso, um Estado europeu, manifestaram, ao lado da escassa participação às eleições de 2004, o forte esgotamento de entusiasmo dos cidadãos acerca do projeto europeu.

²⁰ Cf. Total voters 49,51%: BE 91,05%; DK 50,46%; DE 45,19%; IE 50,21%; FR 46,76%; IT 69,76%; LU 87,27%; NL 30,02%; UK 24%; EL 70,25%; ES 63,05%; PT 39,93%; SE 38,84%; AT 49,4%; FI 30,14% (European Parliament: “Turnout at European elections (1979-2009)”. Internet. Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-\(1979-2009\).html](http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-(1979-2009).html))

²¹ Cf. Total voters 45,47%: BE 90,81%; DK 47,89%; DE 43%; IE 58,58%; FR 42,76%; IT 71,72%; LU 91,35%; NL 39,26%; UK 38,52%; EL 63,22%; ES 45,14%; PT 38,6%; SE 37,85%; AT 42,43%; FI 39,43%; CZ 28,3%; EE 26,83%; CY 72,5%; LT 48,38%; LV 41,34%; HU 38,5%; MT 82,39%; PL 20,87%; SI 28,35%; SK 16,97% (European Parliament: “Turnout at European elections (1979-2009)”. Internet. Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-\(1979-2009\).html](http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-(1979-2009).html))

²² Esta foi, de facto, a primeira votação para a ratificação de um “Tratado europeu”, contudo, em 1975, celebrou-se, em Grã-Bretanha, um referendem para a saída desta da CEE. O resultado foi positivo, e o “sim”, à pergunta “Do you think UK should stay in the European Community (Common Market)?” recebeu o 67% dos votos (BBC (1975): “1975: UK embraces Europe in referendum”. Internet. Disponível em http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/june/6/newsid_2499000/2499297.stm). Todavia, este referendum evidenciou, ainda uma vez, o forte euroceticismo inglês, já enfatizado pelo geral francês Charles De Gaulle quando chamou ao Reino Unido “o cavalo de Troia norte-americano” (Rados, Milan (2008): *Mundo e Comunicação – uma história política contemporânea*. Porto: Edições Afrontamento).

O *Tratado de Lisboa*, o qual alterou e substituiu o *Tratado de Maastricht* e o *Tratado que Institui as Comunidades Europeias*, é o em vigor hoje em dia e, por isso, o ponto de partida para uma investigação sobre a integração social na União Europeia contemporânea. Porém, uma análise deste desenvolver-se-á mais à frente, quando serão tratadas as medidas culturais e sociais presentes. Todavia, o que é importante lembrar nesta seção é que este Tratado foi rejeitado pelos cidadãos irlandeses²³, os quais, consultados através de um referendo, mostraram, mais uma vez, a pouca confiança dos cidadãos pelo projeto europeu. Foi necessário, nesta ocasião, um segundo referendo, acompanhado por algumas garantias, para que os irlandeses ratificassem finalmente o Tratado (Murtagh 2009), não sem deixar a sensação de um ato de pressão sobre a livre opinião pública (Goulard e Monti 2012: 48). Por fim, parece importante salientar a adesão na EU de Bulgária, Roménia (2007) e Croácia (2013), assim como a sétima eleição pelo Parlamento Europeu²⁴, de 2009, a qual evidenciou um novo decréscimo na participação popular.

Contudo, para terminar esta breve reconstrução histórica, não se pode evitar um comentário ao resultado das últimas eleições para o Parlamento Europeu, celebradas em maio de 2014. Nestas verificou-se um ligeiro aumento de participação (0,9%)²⁵, não obstante que os vencedores destas eleições hajam sido os partidos “eurocéticos” ou “antieuropeus”²⁶. O que significa que uma maior participação já não só manifesta um maior apego à União, senão, pelo contrário, um maior suporte a estes partidos.

1.2 – Coesão Social Vs. Integração Social

Antes de discutir e analisar as medidas introduzidas pelo Tratado de Lisboa sobre cultura e comunicação – consideradas aqui como as áreas mais eficazes para introduzir medidas a favor da integração social – e depois ter examinado a evolução histórica da União Europeia – a qual nós serviu para entender a escassa força dos tratados e das instituições na criação de vínculos sociais e a mínima, senão nula, participação dos cidadãos na construção

²³ Além de terem escolhido o “não” na primeira votação para a ratificação do Tratado de Lisboa, a participação às urnas foi muito escassa por um evento tão importante, de facto, só um 51% dos irlandeses acudiram aos colégios eleitorais (Agencias/elpais.com (2008): “Irlanda dice ‘no’ al Tratado de Lisboa”. Elpais. Internet. Disponível em http://internacional.elpais.com/internacional/2008/06/13/actualidad/1213308013_850215.html).

²⁴ Cf. Total voters 43%: BE 90,39%; DK 59,54%; DE 43,3%; IE 58,64%; FR 40,63%; IT 65,05%; LU 90,75%; NL 36,75%; UK 34,7%; EL 52,61%; ES 44,9%; PT 36,78%; SE 45,53%; AT 45,97%; FI 40,3%; CZ 28,2%; EE 43,9%; CY 59,4%; LT 20,98%; LV 53,7%; HU 36,31%; MT 78,79%; PL 24,53%; SI 28,33%; SK 19,64%; BG 38,99%; RO 27,67% (European Parliament: “Turnout at European elections (1979-2009)”. Internet. Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-\(1979-2009\).html](http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/en/000cdcd9d4/Turnout-(1979-2009).html))

²⁵ Cf. Total voters 43,9%: BE 90%; DK 56,40%; DE 47,9%; IE 51,6%; FR 43,5%; IT 60%; LU 90%; NL 37%; UK 36%; EL 58,2%; ES 45,9%; PT 34,5%; SE 48,8%; AT 45,7%; FI 40,9%; CZ 19,5%; EE 36,44%; CY 42,97%; LT 44,91%; LV 30,04%; HU 28,92%; MT 74,81%; PL 22,7%; SI 20,96%; SK 13%; BG 35,50%; RO 32,16%; HR 25,06 (European Parliament: “Risultati delle elezioni europee 2014”. Internet. Disponível em <http://www.risultati-elezioni2014.eu/it/turnout.html>)

²⁶ Em França o “Front Nationale” foi o partido mais votado, assim como o foi o “UKIP” no Reino Unido e em Itália o “Movimento 5 estrelas” foi o segundo partido mais votado.

européia, os quais “não eram um motor nem um travão”²⁷ (Duchêne *apud* Anderson 2009: 16) – parece agora oportuno distinguir entre dois conceitos distintos: o de “coesão social” e o de “integração social”. Não obstante estes dois conceitos possam ser entendidos como interligados ou similares, pois ambos se aplicam à esfera do social, estes representam duas faces distintas da mesma moeda. De facto, enquanto a coesão social visa melhorar a vida material dos cidadãos, no que respeita ao trabalho, aos direitos e à liberdade, entre outros aspectos; a integração social está ligada à vida imaterial da sociedade, promovendo o sentido de pertença e o sentimento de solidariedade, além de criar as bases para a formação de uma identidade comum e de uma comunidade duradoura.

1.2.1 – A coesão social

No sítio *online* da União Europeia, a coesão social é definida como a “capacidade de uma sociedade de assegurar o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e evitando marginalizações”²⁸ (Council of Europe, “Social Cohesion”), ou seja, garantir que todos vivam igualmente bem, com as mesmas possibilidades e condições e em harmonia os uns com os outros. Contudo, muitas vezes, no contexto europeu fala-se mais em Coesão Económica e Social, relacionando as duas áreas sob o mesmo conceito, ou seja, a melhoria do nível de vida dos cidadãos através da economia. De facto, nas sociedades modernas, o bem-estar de uma pessoa está relacionado e interligado com o dinheiro e, por isso, com o trabalho. O coordenador do trabalho “Competividade Territorial e a Coesão Económica e Social”, Augusto Mateus, apoiado por um grande número de técnicos, assim interpreta o conceito de coesão social:

A coesão social, referindo-se fundamentalmente ao espaço do consumo, onde os indivíduos e as famílias, que são os agentes determinantes, exprimem formas de racionalidade social e política (cidadania, direitos, e deveres) que condicionam a racionalidade económica (poder de compra, utilidade), remete, no essencial, para a qualidade dos resultados induzidos pelas formas de coordenação associadas ao funcionamento da “democracia” (onde as mediações institucionais desempenham um papel relevante) [...] A coesão social relaciona-se, assim, mais expressivamente, com os domínios associados às formas de difusão, no plano humano, social e territorial, das realizações e impactos do desenvolvimento realizado por um determinado espaço económico, onde a apreciação dos respectivos níveis de capacitação das pessoas [...] das respectivas assimetrias na distribuição dos rendimentos, das respectivas modalidades e condições de garantia (ou não) do acesso aos bens e serviços cruciais para a qualidade de vida das populações e das respectivas disparidades nos níveis de protecção perante riscos estabelecidos [...] constituem aspectos determinantes [itálico no original] (Mateus 2005: 71)

²⁷ Cf. “voters were neither a motor nor a brake”. (Duchêne, François *apud* Anderson, Perry (2009): *The New Old World*. London: Verso)

²⁸ Council of Europe: “Social Cohesion”. Internet. Disponível em http://www.coe.int/t/dg3/index_EN.asp?

A União Europeia, com a intenção de promover uma coesão deste tipo, no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (versão consolidada), Título X, assume como objetivos da política social europeia “a promoção do emprego, a melhoria das condições de vida e de trabalho [...] uma proteção social adequada, o diálogo entre parceiros sociais, o desenvolvimento dos recursos humanos, tendo em vista um nível de emprego elevado e duradouro, e a luta contra as exclusões”, e segue, “a União e os Estados-Membros desenvolverão ações que tenham em conta a diversidade das práticas nacionais, em especial no domínio das relações contratuais” (Rocha 2013: 94). Esta segunda parte apresenta-se em contraposição com a primeira, uma vez que é também através do contrato que a “melhoria das condições de trabalho”, “um emprego duradouro” e a “melhoria das condições de vida” (Rocha 2013: 94) são garantidas. Por exemplo, se num Estado-Membro o salário mínimo não é suficiente para se ter uma vida digna, não sendo possível pela União Europeia intervir nas relações contratuais, como na definição do salário mínimo ou no pagamento das horas extras, a ação desta será nula nessa área, a não ser por simples recomendações ao governo nacional. Seguindo, todavia, com a análise do Tratado, ao art.º 153 definem-se os domínios nos quais “a União apoiará e completará a ação dos Estados-Membros” (Rocha 2013: 95), ou seja:

- a) Melhoria, principalmente, do ambiente de trabalho, a fim de proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores;
- b) Condições de trabalho;
- c) Segurança social e proteção social dos trabalhadores;
- d) Proteção dos trabalhadores em caso de rescisão do contrato de trabalho;
- e) Informação e consulta dos trabalhadores;
- f) Representação e defesa coletiva dos interesses dos trabalhadores e das entidades patronais, incluindo a congestão, sem prejuízo do disposto no n.º5;
- g) Condições de emprego dos nacionais de países terceiros que residam legalmente no território da União;
- h) Integração das pessoas excluídas do mercado de trabalho, sem prejuízo do disposto no artigo 166.º;
- i) Igualdade entre homens e mulheres quanto às oportunidades no mercado de trabalho e ao tratamento no trabalho;
- j) Luta contra a exclusão social;
- k) Modernização dos sistemas de proteção social, sem prejuízo do disposto na alínea c). (Rocha 2013: 95)

Como é fácil de entender a partir deste artigo, o papel social da UE é muito reduzido no que respeita aos Estados-Membros. De facto, a área social, como outras, permanece parte integrante da soberania nacional. O que a União pode fazer é “apoiar” e “incentivar”, porém não pode promover medidas concretas, ou obrigar aos Estados a alterar as suas práticas. Entende-se assim que conseguir uma coesão social europeia se apresenta como uma tarefa difícil, pois que as ações e as medidas nesta direção não são dirigidas a partir de um centro único, mas para tantos centros quantos são os Estados da União. O que também se

evidencia é a força com a qual a União se empenha na proteção dos trabalhadores. De facto, as palavras “trabalho” e “trabalhadores” aparecem em quase todos os pontos. Não obstante a igualdade de condições laborais seja um objetivo importante para uma coesão social europeia, este não deveria ser o único, de facto, no conceito de coesão social também cabem o direito, a saúde, a escola, as condições sindicais, a justiça e todos esses sectores que cabem na área do social. É por esta razão que, talvez, a política social da União se parece mais a uma declaração sindical do que a uma política apta a fomentar uma coesão social real e total. Contudo, a responsabilidade desta falta não se pode atribuir às instituições da União, pois que não foram estas a escrever os Tratados, mas sim os Estados-Membros. Além disso, se se consideram os trabalhadores como atores económicos de produção, nota-se, como já foi salientado ao longo da primeira parte, a preponderante diretriz económica que os Estados propuseram à União desde o seu início e que ainda hoje persiste em todas as áreas de competência.

De todas as formas, a política social não é o único meio da União para promover a coesão social. De facto, a esta integram-se um Comité Económico e Social e um Fundo Social. O primeiro é um órgão consultivo e, por isso, não tem poder de decisão. Já o segundo é um fundo que visa “melhorar as oportunidades de emprego dos trabalhadores no mercado interno e contribuir assim para uma melhoria do nível de vida” (Rocha 2013: 98), com o objetivo de “promover facilidades de emprego e a mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores da União, bem como facilitar a adaptação às mutações industriais e à evolução dos sistemas de produção, nomeadamente através da formação e da reconversão profissional” (Rocha 2013: 98). Como se pode entender, este fundo é, uma vez mais, dirigido para os trabalhadores, deixando de fora todas as demais camadas da sociedade. Além disso, considerando o forte desemprego que existe hoje em dia na Europa, as finalidades e os objetivos deste Fundo não parecem suficientes nem para garantir a “facilidade de emprego” dos cidadãos europeus, nem para promover uma “melhoria do nível de vida” (Rocha 2013: 98) destes através do trabalho.

No que concerne ao Comité Económico e Social, este pode ser “consultado pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho ou pela Comissão” assim como “pode tomar iniciativa de emitir parecer, sempre que o considere oportuno” (Rocha 2013: 143). Este é composto por “representante das organizações de empregados, de trabalhadores e de outros atores representante da sociedade civil, em especial nos domínios socioeconómicos, cívicos, profissional e cultural” (Rocha 2013: 142). O Comité Económico e Social abrange diferentes temas relacionados com “agricultura e ambiente”, “sociedade civil”, “consumidores”,

“economia e coesão”, “energia e transportes”, “empresas e indústrias”, “europa 2020”, “relações externas - alargamento/vizinhos”, “relações externas – outros continentes”, “sociedade da informação”, “reformas institucionais” e “assuntos sociais”²⁹. No que diz respeito à “economia e coesão”, que é o que interessa nesta parte, e mais especificadamente a coesão, o Comité mantém uma secção no seu interior que se denomina “União Económica e Monetária e Coesão Económica e Social”, a qual se ocupa de “união económica e monetária”, “crescimento e emprego”, “recursos próprios e orçamento da União Europeia”, “estatísticas”, “taxação”, “mercados financeiros”, “políticas de coesão regional” e “políticas urbanas”³⁰. Como se pode entender, o Comité Económico e Social da UE concentra-se sobretudo naquela parte do social que se relaciona com o dinheiro e a economia, deixando fora do seu alcance a integração, ou seja, a parte mais interna, sentimental ou intangível de uma sociedade, de um povo. Todavia, para dar um exemplo, no período entre 2000 e 2006, a política de coesão social concentrava-se em três objetivos principais “a recuperação das regiões atrasadas no desenvolvimento (objetivo 1); a reconversão económica e social em áreas caracterizadas por problemas estruturais (objetivo 2); a modernização dos sistemas de formação e a promoção da ocupação (objetivo 3)”³¹ (Ferri 2008: 154). Por fim, vale a pena lembrar que as políticas de coesão promovidas pela União aplicam-se segundo o critério dos Estados nacionais³², nem sempre da melhor forma, nem na mais transparente. De facto, o Tribunal de Contas da EU afirmou em 2012 que os Estados que se juntaram à Comunidade Europeia em 2004 (a saber: Chipre, Estónia, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, República Checa, Eslováquia, Eslovénia e Hungria) desperdiçaram o dinheiro do fundo agrícola para projetos pouco pertinentes com este, como aeroportos, associações ou clubes (EFE Economia 2012). Além disso, em Espanha, a UE gastou, em 2002, 267.5 milhões de euros do Fundo de Coesão para a construção de um porto que, doze anos depois, ainda não está terminado (Fernández 2014). Para dar um último exemplo, em Itália os fundos europeus são gastos para projetos “infinitos”, como o aqueduto de Montescuro Ovest ou a linha de alta velocidade de Acquaviva Platani, assim como se declara destinado a promover a “inclusão social”, o dinheiro gasto para a construção de gabinetes comunais em Chianche, em Campânia (Sironi

²⁹ European Economic and Social Committee: Themes. Disponível em <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.themes>

³⁰ European Economic and Social Committee: Economic and Monetary Union and Economic and Social Cohesion (ECO). Disponível em <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eco-section>

³¹ Cf. “Per il periodo 2000-2006, le politiche di coesione si sono concentrate sostanzialmente su tre obiettivi prioritari: il recupero delle regioni in ritardo di sviluppo (obiettivo 1); la riconversione economica e sociale nelle aree caratterizzate da problemi strutturali (obiettivo 2); la modernizzazione dei sistemi di formazione e la promozione dell’occupazione (obiettivo 3)” (Ferri, Delia (2008): *La costituzione culturale dell’Unione Europea*. Wolters Kluwer Italia)

³² Como é definido no TSFUE, ao Art.4º: “1. A União dispõe de competência partilhada com os Estados-Membros [...] 2. As competências partilhadas entre a União e os Estados-Membros aplicam-se aos principais domínios a seguir enunciados: [...] c) Coesão económica, Social e territorial” (Rocha 2013: 47).

2012). Contudo, não obstante estes desperdícios de dinheiro europeu, não se pode negar que os fundos europeus trouxeram o desenvolvimento de muitas regiões, promoveram muitos projetos de desenvolvimento e ajudaram a conseguir uma maior coesão social. Porém, o problema do dinheiro mal gasto pelos Estados membros fica como prova do desinteresse comum dos Estados nacionais, os quais se preocupam- sobretudo com os seus interesses internos e particulares.

1.2.2 – A integração social

Se a coesão social trata sobretudo de trabalho e economia (pelo menos no contexto europeu), a integração social ocupa-se da área mais espiritual, ou interior de um povo. De facto, conseguir uma integração social significa conseguir que as pessoas se sintam parte integrante de uma mesma comunidade e que se identifiquem com ela através do relacionamento e da constituição de laços e símbolos de pertença coletivos (Pires 2012: 56). Por isso, o termo “integração social” associa-se frequentemente aos termos “identidade comum”, “pertença” e “povo”, entre outros. Para dar um exemplo concreto de integração social, pode-se pensar ao caso italiano. Hoje em dia, os cidadãos de Itália sentem-se italianos, ou seja, identificam-se com a própria pátria, os seus símbolos compartilhados e os seus ideais coletivos, têm uma identidade comum e um forte sentimento de pertença nacional. Contudo, antes de 1861, ano da sua unificação, e durante mais de 1000 anos, a partir da queda do império romano (476 D.C.), esta esteve dividida em diferentes Estados e Repúblicas que se alteravam segundo as conquistas e as derrotas. De facto, no momento da sua unificação existiam, no atual território italiano, vários povos com culturas, línguas e tradições muito diferentes entre eles. Não obstante isso, a Itália constituiu-se como Estado e criou-se o povo italiano. Este último, com o apoio do primeiro, criou, ao longo dos seus cerca 150 anos, até hoje, uma tradição coletiva, flanqueada por costumes locais e regionais, identificou-se numa história compartilhada e introduziu uma língua nacional comum. É porém verdade que sempre existiram, e ainda existem, movimentos independentistas, como no caso da Sardenha ou da zona do *Südtirol*. De todas as formas, não parece ser uma anomalia particular que um Estado tenha zonas separatistas ou independentistas, este, de facto, é um caso generalizado a outros países, como Inglaterra, Espanha ou Alemanha, para nomear alguns. O que se quer evidenciar é a possibilidade real de que regiões e pessoas, diferentes em muitos aspetos, possam convergir numa comunidade comum e compartilhada e chegar a senti-la como pátria. Porém, isto não é possível sem a vontade popular, pois um Estado, ou uma comunidade, não

teria muitas possibilidades de sobrevivência com uma população dividida e contrariada, enquanto um povo unido e íntegro poderia criar um Estado rapidamente e mantê-lo vivo por muito tempo. Todavia, como conseguir que as pessoas queiram criar uma comunidade desse tipo? Isso só parece possível através da formação de uma ideia dominante que proporcione “símbolos e metas evocando emoções, apego e solidariedade” (Leszczynski 2013).

A integração social europeia, além da promoção de algumas iniciativas culturais de fracos efeitos, é um objetivo sem projeto, símbolos nem instrumentos. Para entender porque se afirma que não existe uma integração social na Europa, vale a pena ver o que alguns jornalistas, escritores, empresários ou políticos afirmam:

- Esta não é só uma crise da moeda europeia, mas da sua alma [...] além desses euros nos seus bolsos, os jovens europeus no sentem a presença europeia cotidianamente³³ (Guez: 2013)
- Com a soa exceção do projeto de estudo no estrangeiro Erasmus querido por Jaques Delors e do apelo do historiador e eurodeputado Bronislaw Geremek, que falou da necessidade de «fazer os europeus», o aspeto humano da unificação foi clamorosamente trascurado³⁴ (Goulard e Monti 2012: 119)
- As eleições para o Parlamento Europeu costumam deixar bem claro como nos nossos discursos, nas nossas mentalidades e na nossa prática institucional estamos longe do horizonte de uma Europa verdadeiramente unida. (Innerarity 2006: 68)
- todavia não há um *demos* europeus³⁵ (Brill e Wielíński 2012)
- Klaus Mann escreveu, [...] «é preciso manter e aprofundar a consciência da unidade europeia (a Europa como um todo indivisível)» (Scheffer 2013)
- O problema fundamental é que não existe, pelo menos para já, um «demos europeu», um povo europeu (Leparmentier 2013)
- Durante mais de medio seculo, houve «uma certa europeização das elites intelectuais, económicas e políticas», mas «nenhuma ‘europeização das massas’ teve lugar»³⁶ (Anderson 2011: 115)
- As atuações da União Europeia estão a causar entre os seus cidadãos uma merecida desafeição. Se fala de que esta é uma «Desunião Europeia»³⁷ (Cortina 2014)

³³ Cf. “This is a crisis not just of Europe’s currency, but of its soul [...] Apart from that euro in their pockets, Europe’s young people do not feel Europe’s presence on a daily basis”. (Guez, Oliver (2013): “Are There Any European Left?” New York Times, Sunday Review. Internet. Disponível em http://www.nytimes.com/2013/03/03/opinion/sunday/are-there-any-europeans-left.html?pagewanted=all&_r=2&)

³⁴ Cf. “Con la sola eccezione del progetto di studio all’estero Erasmus voluto da Jaques Delors e dell’appello dello storico e eurodeputato Bronislaw Geremek, che ha parlato della necessità di “fare gli europei”, l’aspetto umano del processo di unificazione è stato clamorosamente trascurato”. (Goulard, Sylvie & Monti, Mario (2012): *La democrazia in Europa*. Milano: Rizzoli)

³⁵ Cf. “todavia no hay un *demos* europeo”. (Brill, Klaus & Wielíński, Bartosz T. (2012): “Tenemos una Europa, ahora hay que crear a los europeos”. El País. Internet. Disponível em http://internacional.elpais.com/internacional/2012/10/16/actualidad/1350409944_917947.html)

³⁶ Cf. “Over half a century, there has been «a certain europeanization of intellectual, economic and political elites», but «no ‘europeanization of the masses’ has taken place”. (Anderson, Perry (2009): *The New Old World*. London: Verso)

³⁷ Cf. “Las actuaciones de la Unión Europea están causando entre sus ciudadanos una merecida desafección. Se habla de que es esta una «Desunión Europea»”. (Cortina, Adela (2013): “Debate: El corazón de Europa”. Presseurop. Internet. Disponível em <http://www.voxeurop.eu/es/content/article/3667941-el-corazon-de-europa>)

- identidade europeia. É um problema antigo mas que se inflamou nos últimos anos nos quais muitos a negam.³⁸ (Eco 2013)
- A Europa [...] sempre foi um projeto liberal, senão libertista, dominado pela lógica económica [...] Não se haverá uma Europa social e dos cidadãos se forças vivas e fortes movimentos não o imporão³⁹ (Latouche 2000)
- [em Bruxelas] Não se fazia menção alguma à solidariedade europeia: somente se contava o dinheiro. Também não se mencionava alguma ideia unificadora da Europa, além da ideia de mercado comum; e, para terminar, o mesmo autor pergunta(-se) É alguém capaz de sacrificar-se pela Europa? Pela Comissão? Despertam estas instituições em alguém qualquer outro sentimento que não seja o cansaço?⁴⁰ (Leszczynski 2013).

Claramente, estas afirmações são só algumas das críticas que aparecem no dia-a-dia desde há alguns anos, e ainda mais a partir do início da crise económica. Pelo contrário, é muito difícil, senão impossível, encontrar afirmações opostas que tenham algum fundamento.

Para enfatizar ainda mais a amplitude e a veracidade deste problema, não se pode evitar de apontar alguns dados extraídos pelas estatísticas europeias, reportadas no relatório bianual da Comissão Europeia “Eurobarómetro”. No último relatório disponível, publicado em Dezembro de 2013, pode evidenciar-se que a confiança nas instituições da UE é mínima, de facto, só o 31% dos cidadãos entrevistados tem confiança nestas. É verdade que a confiança nas instituições nacionais é ainda menor, porém este é outro problema e, por certo, não parece dar ao dado acima evidenciado uma aparência mais positiva. Também a imagem da UE não parece inspirar demasiada confiança aos cidadãos, pois só 31% tem uma imagem positiva desta e 28% tem uma imagem negativa, enquanto, talvez o dado mais surpreendente é que 39% tem uma imagem neutral. Este desinteresse apresenta-se como o resultado mais preocupante, pois como diz o ditado popular: “não importa que se fale bem ou mal, o importante é que se fale”. Por outro lado, o desinteresse por uma organização política que influi na vida quotidiana dos cidadãos pressupõe uma falta de cultura democrática, além de não promover nenhum sentimento de pertença, senão de apatia.

Outro dado negativo refere-se à percepção que os europeus têm sobre como a própria opinião é ouvida pelas instituições europeias. De facto, 66% dos cidadãos considera que a

³⁸ Cf. “identità europea. È un problema antico ma che si è arroventato negli ultimi anni in cui molti la negano”. (Eco, Umberto (2013): “L’identità europea é il dialogo”. Presseurop. Internet. Disponível em <http://www.voxeurop.eu/it/content/article/4306681-l-identita-europea-e-il-dialogo>)

³⁹ Cf. “L’europa [...] è sempre stata un progetto liberale, se non liberista, dominato dalla logica económica [...] Non ci sarà Europa sociale e dei cittadini se forse vive e forti movimenti non l’imporranno.” (Latouche, Serge (2000): *Il mondo ridotto a mercato*. Roma: Edizioni lavoro)

⁴⁰ Cf. “No se hacía mención alguna a la solidaridad europea: solamente se contaba el dinero. Tampoco se mencionaba alguna idea unificadora de Europa, aparte la idea del mercado común”; “¿Es alguien capaz de sacrificarse por Europa? ¿Por la Comisión Europea? ¿Despiertan estas instituciones en alguien cualquier otro sentimiento que no sea el cansancio?”. (Leszczynski, Adam (2013): “Se busca idea que despierte emoción”. El país. Internet. Disponível em http://internacional.elpais.com/internacional/2013/04/23/actualidad/1366730802_038141.html)

própria voz não conta na Europa. Evidentemente, se o cidadão não se sente participante na construção da comunidade, o mais provável é que este não queira fazer parte desta. Aparentemente positivo, mas em realidade negativo, é o dado acerca do futuro da UE, em que só 51% dos entrevistados vê um futuro positivo pela Europa⁴¹ (Standard Eurobarometer 80 2013^c: 5 - 9). É um dado aparentemente positivo, se comparado com os anteriores; é completamente negativo, se se pensa que metade dos cidadãos não veem um futuro positivo para a própria comunidade. Como é óbvio, ter uma perceção negativa acerca do futuro da própria comunidade não favorece a criação de laços, assim como não estimula o surgimento de um sentimento de pertença. Outro resultado controverso surge da pergunta em que se questiona se o entrevistado se sente cidadão da UE ou não. Neste caso, os que se sentem completamente cidadãos são 20%, 39% sentem-se de alguma maneira europeus, 26% não se sentem realmente europeu e 14% é totalmente negativo⁴² (Standard Eurobarometer 80 2013^c: 34). Não obstante a soma de “sim” ser de 59% e a de “não” ser de 40%, este dado perde valor comparado com outros do mesmo inquérito. De facto, só 8% dos cidadãos conhece bem os seus direitos, 35% conhece-os pouco, 38% não os conhece bem e 17% definitivamente não os conhece⁴³ (Standard Eurobarometer 80 2013^c: 35). Comparando estes dois dados, pode-se entender que apesar de mais de metade dos cidadãos se sentirem de alguma maneira europeus, estes não conhecem os seus direitos como tal. O que se pode pressupor é que provavelmente a presença de uma moeda comum, de documentos comuns (carta de condução e passaporte, por exemplo) e da liberdade de circulação favoreceram a formação de um certo ideal de cidadania, ainda que incerto. Para confirmar esta suposição, vale a pena analisar as respostas à pergunta “QD7a.” do “Standard Eurobarometer 80 – Autumn 2013 – European Citizenship”. Nesta, pedia-se de quais das conquistas conseguidas pela União houvessem beneficiado os entrevistados, como, por exemplo, livre circulação, chamadas mais baratas entre países da

⁴¹ Cf. “QA10. I would like to ask you a question about how much trust you have in certain institutions. For each of the following institutions, please tell me if you tend to trust it or tend not to trust it – Tend to trust - % EU”. Resultados: “The European Union 31%; The (NATIONALITY) Parliament 25%; The (NATIONALITY) Government 23%”. “QA11. In general, does the EU conjure up for you a very positive, fairly positive, neutral, fairly negative or very negative image? - %EU”. Resultados: “Total ‘Positive’ 31%; Neutral 39%; Total ‘Negative’ 28%; Don’t know 2%”. “QA19a.3. Please tell me to what extent you agree or disagree with each of the following statements. My voice count on EU - %EU”. Resultados EB80 (Aut.2013): “Total ‘Agree’ 29%; Total ‘Disagree’ 66%”. “QA22. Would you say that you are very optimistic, fairly optimistic, fairly pessimistic or very pessimistic about the future of the EU? - %EU”. Resultados: “Total ‘Optimistic’ 51%; Total ‘Pessimistic’ 43%; Don’t know 6%”. (Standard Eurobarometer: (Autumn 2013^c): *Public opinion in the EU - First results*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_first_en.pdf)

⁴² Cf. “QD3.1. For each of the following statements, please tell me to what extent it corresponds or not to your opinion. You feel you are a citizen of the EU - %EU”. Resultados: “Yes, definitely 20%; Yes, to some extent 39%; No, not really 26%; No, definitely not 14%; Don’t know 1%”. (Standard Eurobarometer: (Autumn 2013^c): *Public opinion in the EU - First results*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_first_en.pdf)

⁴³ Cf. “QD3.2. For each of the following statements, please tell me to what extent it corresponds or not your own opinion. You know what your rights are as a citizen of the EU - %EU”. Resultados: “Yes, definitely 8%; Yes, to some extent 35%; No, not really 38%; No, definitely not 17%; Don’t know 2%”. (Standard Eurobarometer: (Autumn 2013^c): *Public opinion in the EU - First results*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_first_en.pdf)

União, voos mais baratos entre países-membros, liberdade de trabalhar em outro país da comunidade, etc.:

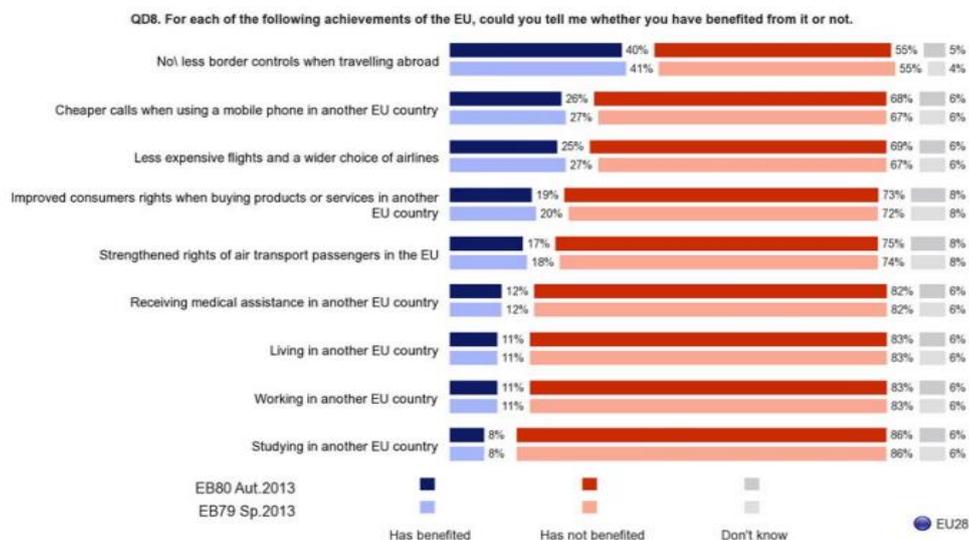
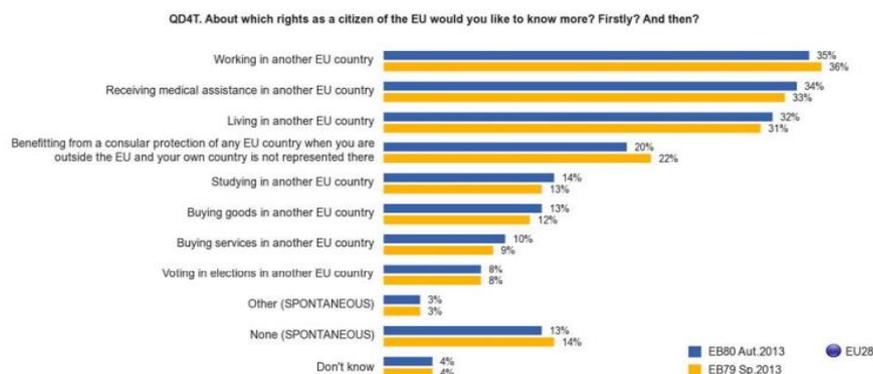


Figura 1: Benefícios conseguidos pela UE utilizados pelos cidadãos – 2013
(Fonte: Standard Eurobarometer 80 2013^a, p. 24)

Com 40% de cidadãos que usufruíram da ausência de controlo nas fronteiras, 26% das chamadas “europeias” mais baratas e 25% de voos económicos, pode-se afirmar que os maiores benefícios que os cidadãos percebem como resultado da criação da UE são principalmente de cariz turístico, uma vez que outros direitos fundamentais, como o direito a trabalhar, estudar e viver noutro país, foram os menos referidos. Além disso, no mesmo inquérito, os cidadãos afirmam que os direitos sobre os quais gostariam de saber mais são os que na pergunta anterior eram os menos utilizados:



Base: those who would like to know more about their rights as European citizens (=59% of the sample)

Figura 2: Direitos europeus sobre os quais os cidadãos querem saber mais – 2013
(Fonte: Standard Eurobarometer 80 2013^a, p. 50)

Evidencia-se assim uma falha comunicativa da União acerca das suas políticas e dos direitos que proporciona, assim como se mostra a grande importância da comunicação para que os cidadãos possam usufruir das vantagens europeias e, com isso, desenvolver um sentimento de pertença à comunidade. Por fim, para concluir esta análise, parece oportuno salientar que, não obstante 59% das pessoas se sentirem de alguma forma cidadãos europeus, este sentimento é de importância secundária em confronto com o sentimento nacional. De facto, 42% dos europeus vê-se como “só nacionais” e 47% vê-se nacionais em primeiro lugar e europeus em segundo, enquanto só 2% se sente exclusivamente europeu e 5% europeu em primeiro lugar e nacional em segundo⁴⁴ (Standard Eurobarómetro 80 2013^a: 34). Estes dados mostram uma consistente incerteza e insegurança acerca do tema europeu por parte dos cidadãos. As políticas europeias altamente tecnicistas e a falta duma presença quotidiana da UE na vida dos cidadãos não parecem estimular um acercamento popular, mas bem um afastamento, um sentimento de desinteresse e um certo grau de insegurança.

1.3 – Cidadania, Cultura e Comunicação

Para poder promover um sentimento de pertença à comunidade e conseguir a integração social, a União Europeia elaborou programas e projetos culturais e comunicativos, além de promover uma consciencialização do que significa ser um cidadão europeu. É através da promoção cultural intraeuropeia que se quer promover o diálogo entre as diferentes culturas e, assim, estimular o surgimento de uma identidade comum e um sentimento de pertença, com a comunicação como meio de divulgação, não só cultural, mas também político e democrático, para desenvolver uma “esfera pública europeia”. Contudo, o que se quer conseguir não é um *melting pot*, mas sim uma “união na diferença”, como cita o lema da União⁴⁵. Todavia, para poder conseguir este objetivo, o primeiro passo será conseguir que as pessoas se sintam cidadãos europeus.

1.3.1 – Cidadania Europeia

Para poder falar de cidadania europeia, como já foi feito antes, parece oportuno começar pelo que é definido nos tratados da União. No Art.º 20 do *Tratado Sobre o*

⁴⁴ Cf. “QD4. In the near future, do you see yourself as...?” Resultados: “(NATIONALITY) only 42%; (NATIONALITY) and European 47%; European and (NATIONALITY) 5%; European only 2%; None (SPONTANEOUS) 1%; Refusal (SPONTANEUS) 0%; Don’t know 2%”. (Standard Eurobarometer 80 (Autumn 2013^a): *European citizenship – Report*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_citizen_en.pdf)

⁴⁵ Não obstante exista um lema da União Europeia, considerado um dos símbolos da União com a bandeira, o hino e o dia da Europa, estes não são reconhecidos e, a exceção da bandeira, não são utilizados. De facto, introduzidos pelo Tratado que Institui a Constituição da União Europeia, estes foram abolidos durante as negociações pela elaboração do Tratado de Lisboa e desapareceram deste.

Funcionamento da União Europeia afirma-se que “É instituída a cidadania da União. É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. A cidadania da União acresce à cidadania nacional e não a substitui” (Rocha 2013: 50). Com isso, os cidadãos europeus gozam de alguns direitos como o de circular livremente na União⁴⁶; eleger e ser eleito para o Parlamento Europeu e votar no país de residência para as eleições nacionais; usufruir dos serviços diplomáticos de um qualquer país da Europa num território externo à União, onde o próprio país não é representado; e o direito de dirigir petições ao Parlamento Europeu (cerca 1.000.000 de firmas de um número significativo de países), de recorrer ao Provedor de Justiça Europeu e de poder comunicar com as instituições e órgãos da UE na própria língua (Rocha 2013: 50). Além disso, no Art.º 10 do *Tratado da União Europeia* lê-se:

3. Todos os cidadãos têm o direito de participar na vida democrática da União. As decisões são tomadas de forma tão aberta e tão próxima dos cidadãos quanto possível.
4. Os partidos políticos ao nível europeu contribuem para a criação de uma consciência europeia e para a expressão da vontade dos cidadãos da União. (Rocha 2013: 21)

Como é claro, qualquer pessoa que nasce num Estado-Membro é cidadão da União e beneficia dos direitos associados. Isto não se pode negar. Contudo, os problemas surgem, como citado no Art.º 10 do TUE. De facto, os dois pontos mencionados (3 e 4) não parecem ser cumpridos e, por isso, desfazem o sentimento de pertença que é construído pelos direitos mencionados no Art.º 20 acima mencionado. Em primeiro lugar, não parece verdade que os cidadãos participem na vida democrática da UE, pois só votam uma vez em cada cinco anos e, para além disso, para uma instituição com poder e autoridade legislativa limitada (Caracciolo 2014). De facto, o Parlamento Europeu, só pode alterar os atos elaborados pela Comissão (Rocha 2013: 139), além de elaborar o orçamento anual da União, exercer funções consultivas, de controlo político e eleger o presidente da Comissão (Rocha 2013: 23), entre os candidatos propostos pelo Conselho Europeu. O que marca a agenda e as prioridades da UE é o Conselho Europeu, enquanto a Comissão promove o interesse geral, vela pela aplicação dos Tratados, executa o orçamento e gere os programas, exerce funções de coordenação, execução e gestão, assim como assegura a representação externa da União e toma iniciativa da programação anual e plurianual da União (Rocha 2013: 25). Entende-se que as instituições com verdadeiros poderes são o Conselho Europeu e a Comissão. O Parlamento só desenvolve

⁴⁶ Este direito não é todavia garantido para todos os cidadãos europeus, mas bem para os cidadãos daqueles países que aceitaram os Acordos de Schengen. A saber: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Letónia, Lituânia, Liechtenstein, Luxemburgo, Malta, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Checa, Suécia e Suíça.

“funções secundárias” e irrelevantes quando comparadas com as dos Parlamentos nacionais. Em suma, votar a cada cinco anos para uma instituição “secundária” não parece satisfazer o ponto três do artigo mencionado. No que concerne à segunda parte de tal ponto, o Eurobarómetro 80 do outono de 2013 mostra que 73% de cidadãos não estão muito informados acerca das decisões da UE no seu país e que 69% não se sente muito informado acerca dos assuntos da União⁴⁷ (Standard Eurobarometer 80 2013^b: 33). Por isso, afirma-se que as decisões na União Europeia não são “tomadas de forma tão aberta e tão próxima dos cidadãos quanto possível” (Rocha 2013: 21). Em segundo lugar, os partidos europeus não parecem contribuir “para a criação de uma consciência europeia”. De facto, como afirma Daniel Innerarity:

As eleições pelo Parlamento Europeu costumam deixar bem claro como nos nossos discursos, nas nossas mentalidades e na nossa prática institucional estamos longe do horizonte de uma Europa verdadeiramente unida. Basta reparar nos argumentos eleitorais mais correntes para comprovar que o processo de constitucionalização da Europa ainda nada configura que vá além da unidade superficial e estratégica dos interesses. Praticamente todos os partidos – tanto os que se dizem nacionalistas como os que consideram que não o são – são incapazes de formular qualquer objectivo que não seja o de «defender lá os nossos interesses». (Innerarity 2006: 68)

Não parece necessário salientar nada mais a estas palavras. Só vale a pena afirmar que as recentes eleições europeias não se desmarcaram desta tendência e que agora faltam cinco anos para poder mudá-la e demonstrar aos cidadãos que algo mudou.

Todavia, além do que se define nos Tratados, a União Europeia implementou ao longo dos anos alguns programas para promover a cidadania europeia. No sítio *online* da UE, na página nomeada “Cidadania da União”, evidenciam-se os “Programas de ação” que foram desenvolvidos desde 2004, ou seja: “para uma cidadania efectiva: programas no domínio da juventude, da cultura, do sector audiovisual e da participação cívica” (2004); “Cidadania europeia activa” (2004 – 2006); “Direitos fundamentais e cidadania” (2007 – 2013); “Europa para os cidadãos” (2007 – 2013); “Ano Europeu das Actividades de Voluntariado que Promovam uma Cidadania Activa” (2011)⁴⁸. Claramente, não é possível tratar todos estes programas nesta sede, porém parece oportuno tratar os dois programas que se desenvolveram desde 2007 até 2013. O programa “Direitos fundamentais e cidadania” procura incentivar um

⁴⁷ Cf. “QE1. Overall, to what extent do you think that in (OUR COUNTRY) people are well informed or not about European matters?” Resultados: “23% Total «Well informed»; 73% Total «Not well informed»; 4% Don’t Know”. “QE2. And overall, to what extent do you think that you are well informed or not about European Matters?” Resultados: “29% Total «Well informed»; 69% Total «Not well informed»; 2% Don’t Know”. (Standard Eurobarometer 80 (Autumn 2013^b); *Media use in the European Union - Report*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_media_en.pdf

⁴⁸ Cf. http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/citizenship_of_the_union/index_pt.htm (consultado em 06 de Junho de 2014)

diálogo sobre os direitos fundamentais, combater o racismo e a xenofobia, melhorar a compreensão entre religiões e culturas e melhorar o funcionamento da justiça europeia acerca destes temas⁴⁹, ou seja, promover o conhecimento dos direitos fundamentais entre os cidadãos. Contudo, considerando que a Carta dos Direitos Fundamentais reafirma os direitos que decorrem das tradições constitucionais e assenta nos princípios de democracia e do Estado de direito (Rocha 2013: 227), parece evidente que os cidadãos já têm algum conhecimento destes, pois são direitos globais, também defendidos pelas Nações Unidas. O que, pelo contrário, se quer tratar aqui é a falta de conhecimento dos direitos atribuídos por se ser cidadão europeu.

Passando ao segundo programa, que se desenvolve entre 2007 e 2013, “Europa para os cidadãos”, vale a pena lembrar que são os laços entre os cidadãos, a legitimação das instituições, o trabalho destas e a criação de símbolos e de uma cultura compartilhada que criam um sentimento de pertença e, por isso, uma cidadania. No que concerne ao programa, os objetivos deste são os de dar a oportunidade aos cidadãos de participar na construção de uma Europa sempre mais próxima dos cidadãos, desenvolver uma identidade comum, promover o sentido de pertença e promover a tolerância e a compreensão recíprocas dos cidadãos. Os objetivos específicos são os de reunir as pessoas de toda a Europa para partilhar experiências, opiniões e valores; promover iniciativas, debates e reflexões em matéria de cidadania e democracia; aproximar a Europa dos cidadãos; e promover a interação entre cidadãos e organizações da sociedade civil. Com estes fins, o programa desenvolve-se através de quatro ações: 1. Cidadãos ativos para a Europa, 2. Sociedade civil ativa na Europa, 3. Juntos para a Europa, e, 4. Memória europeia ativa. Brevemente, a primeira ação quer encorajar os encontros, intercâmbios e debates entre os cidadãos de diferentes países. Por isso, esta ação divide-se em duas medidas: geminação de cidades e projetos cívicos e medidas de apoio. A segunda ação baseia-se no suporte aos projetos promovidos pelas organizações da sociedade civil. A terceira ação, a qual se concentra em eventos de grande visibilidade, estudos e instrumentos de informação e divulgação, não está ativa para o ano 2013 devido a cortes, não bem especificados⁵⁰. Por fim, a ação quatro quer conservar a memória das vítimas do nazismo e do estalinismo (Comissão Europeia 2013^b: 6 – 9). É oportuno lembrar que 2013

⁴⁹ Cf. http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/citizenship_of_the_union/116026_pt.htm (consultado em 06 de Junho de 2014)

⁵⁰ Na guia ao programa, pode-se ler: “Não há subvenções disponíveis no âmbito da Ação 3 e, por conseguinte, o presente Guia não se aplica à Ação 3.” (Comissão Europeia (2013^b): *Programa “Europa para os cidadãos”*. Guia ao programa: versão válida a partir de janeiro de 2013. Education, Audiovisual and Culture Executive Agency. Internet. Disponível em http://eacea.ec.europa.eu/citizenship/programme/documents/2013/eacea_2012_00730000_pt.pdf). Contudo, na guia não se especificam os tipos de cortes que afetaram o programa.

tem sido o Ano Europeu dos Cidadãos. Isso significa que durante todo esse ano foram celebrados encontros, eventos e debates acerca da Europa em diferentes países da União.

Como é simples de entender, todos os programas e projetos dos quais se falou acima e que são promovidos e cofinanciados pela UE têm em vista promover uma cidadania europeia. Contudo, os dados concernentes à participação e ao sentimento dos cidadãos acerca destes não são positivos. Em primeiro lugar, só 20% das pessoas se sentem definitivamente cidadãos da EU, 39% sente-se de alguma maneira, 26% não se sente muito e 14% definitivamente não se sente cidadão. Significativo é o facto de que desde 2010 os resultados mantêm-se parecidos, senão piores⁵¹ (Standard Eurobarometer 80 2013^c: 34). Negativos são também os dados acerca da abertura para outros países e acerca da participação nas iniciativas do projeto Europa para os cidadãos. No que concerne ao primeiro, 66% dos cidadãos manifesta uma baixa abertura para os outros países da UE, 20% tem uma média abertura e só 14% se afirma aberto para os outros países. No que respeita à participação no programa da “Europa para os cidadãos”, 35% afirma que não participará, 34% provavelmente não participará, 17% provavelmente participará e só 4% participará seguramente⁵² (Standard Eurobarometer 80 2013^a: 58 – 59). Por fim, interessante é também a resposta que os entrevistados deram à pergunta “Familiaridade com o termo «cidadão da União Europeia»”. De facto, 46% afirmou estar familiarizado e saber que significa, 35% disse estar familiarizado mas não saber o que significa e 19% nunca ouviu o termo⁵³ (Flash Eurobarometer 365 2013: 6). Não obstante se note uma melhoria desde 2007 (41% sim, e sei que significa; 37%, sim, mas não sei o que significa; e, 22 nunca ouvi o termo), e uma suposta positividade dos resultados, já que 81% ouviu o termo, parece, em realidade, muito negativo que quase 20% nunca ouvisse o termo e que 35% não soubesse o que significa. De facto, se alguém não sabe o que uma coisa significa, é como se não a conhecesse. Por isso, o dado real parece ser que 54% das pessoas não sabem o que significa ser cidadão da UE.

⁵¹ Cf. “QD3.1. For each of the following statements, please tell me to what extent it corresponds to your own opinion. You feel you are a citizen of the EU - %EU” Resultados: “20% Yes, definitely; 39% Yes, to some extent; 26% No, not really; 14% No, definitely not; 1% Don’t Know”. Em 2010 as pessoas que responderam “sim, definitivamente” eram o 21%, os “sim, de alguma maneira” eram o 41%, os “não, não do todo” o 25% e os “não, definitivamente não” eram o 12%. (Standard Eurobarometer 80 (Autumn 2013^c): *Public opinion in the EU - First results*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_first_en.pdf)

⁵² Cf. “C3. Index of openness to other EU countries” Resultados: “14% Strong; 20% Medium; 66% Low”. “QD11. How likely or not do you think you would make use of this European Citizens’ initiatives?” Resultados: “4% Very likely; 17% Fairly likely; 34% Not very likely; 35% Not at all likely; 10% Don’t Know” (Standard Eurobarometer 80 (Autumn 2013^a): *European citizenship – Report*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_citizen_en.pdf)

⁵³ Cf. “Familiarity with the term «citizen of the European Union», 2007-2012” Resultados: “46% Yes, and you know what it means; 35% Yes, you have heard about it, but you are not sure what it means; 19% No, you have never heard the term «citizen of the European Union»”. (Flash Eurobarometer 365 (2013): *European Union citizenship*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_365_en.pdf)

1.3.2 – Cultura

Tratar do tema cultural não é simples. Primeiro, porque incluir um discurso acerca da cultura, ou melhor, das culturas europeias, num só capítulo parece demasiado redutor. Em segundo lugar, porque as definições, as teorias e as opiniões sobre o tema são muitas e muito distintas. Contudo, num discurso acerca da integração social europeia, não podia faltar uma parte relativa à cultura, sobretudo quando se fala de uma integração social não natural, mas bem induzida, de maneira calculada e organizada, neste caso através da criação da União Europeia.

Na prática, o que passou na Europa não foi a união dos cidadãos para criar uma nova realidade institucional, mas o contrário. Foram criadas as instituições e agora procura-se juntar os cidadãos. Por isso, parece tão importante falar de cultura, de tratar entender como os povos europeus, com costumes diferentes, possam chegar a aceitar-se uns aos outros como uma grande “família”.

Entre múltiplas e diferentes definições de cultura, centramo-nos na definição de Richard Sennett, que considera que a cultura é “a possibilidade de actuação dos homens em conjunto sem que nada os force a ser idênticos” (Sennett, Richard *Apud* Innerarity 2006: 117). Esta definição, a qual surge de um discurso acerca da cidade cosmopolita moderna, parece aplicar-se perfeitamente ao discurso europeu, assim como manifesta a maneira em que deveria ser tratado o tema cultural europeu, pois que, não será um caso que, o lema da UE seja “unidos na diferença”. Contudo, quando se fala de cultura na Europa, não se fala de cultura em geral, como um todo, mas sim de culturas, ou, para ser mais específico, de culturas diferentes. Isto é muito importante. Importante é o significado que se dá à diferença cultural. Na verdade, um europeu poderia afirmar que a sua cultura é diferente da de um africano, um italiano poderia argumentar que tem uma cultura diferente de um inglês. Da mesma maneira, tomando o caso italiano como exemplo, um *siciliano*, poderia argumentar ter uma cultura diferente de um *lombardo* (regiões diferentes), assim como, um *palermitano* tem uma cultura diferente de um *catanese* (cidades diferentes numa mesma região), um cidadão do distrito Roma XV distingue-se culturalmente de um de Roma IX (dois distritos de uma mesma cidade), ou, a um nível ainda menor, duas famílias do mesmo bairro, poderiam argumentar ter culturas familiares afastadas, e, por fim, dois irmãos de uma mesma família poderiam chegar a ter culturas diferentes em determinadas condições.

Efetivamente, já com o simples facto de vestir diferente, falar utilizando termos diferentes, as diferentes experiências quotidianas da vida, crenças diferentes, valores diferentes, marcam culturas diferentes. No fundo, cada um de nós tem uma cultura própria, diferente dos outros, única, como única é a vida de cada um. É superficial pensar que, nos dias da globalização e da comunicação informática simultânea e intemporal, as culturas se marquem pelas relações familiares, os edifícios, os distritos, as cidades, as regiões ou os confins nacionais (Fernandes 2001: 11). É superficial pensar que na época da internet existam fronteiras culturais definidas e limitadas. Por exemplo, se um irmão se interessa pela cultura asiática, vestindo roupa típica de Ásia, comendo pratos asiáticos e assumindo as crenças religiosas e os valores desta, além de ter viajado para lá várias vezes, poderia ser considerado culturalmente diferente de seu irmão, o qual se interessa da mesma maneira pela cultura norte-americana. Além disso, como pode um qualquer cidadão europeu que calça sapatos Nike, usa calções de ganga Levis, camisola Vans, óculos Ray-ban, que come hamburger, pizzas ou hot-dog, vê filmes americanos, utiliza um iPhone, joga com uma PlayStation, tem uma impressora Samsung, um computador Apple, um carro Volkswagen, Fiat ou Seat, bebe Coca-Cola, Heineken ou vinho francês e passa as suas férias no estrangeiro, afirmar que tem uma cultura diferente (com diferenças importantes) de outro europeu?

Por certo, as diferenças culturais na Europa consideravam-se inexistentes, ou mínimas, já há três séculos atrás, quando Rousseau afirmou que “nos nossos dias não existe nada como um Francês, um Alemão, Espanhol, ou até um Inglês. Hoje em dia só temos Europeus, todos com o mesmo gosto, a mesma paixão, os mesmos costumes”⁵⁴ (Rousseau, Jean-Jacques *Apud* Anderson 2013: 479). Da mesma maneira, outros importantes personagens da época afirmavam:

Foi Montesquieu quem colocou a categórica nota a vir: “Um príncipe acredita tornar-se mais importante através da ruína dos estados vizinhos. Pelo contrário! A condição da Europa é tal que os Estados dependem uns dos outros. [...] A Europa é um Estado composto por diferentes províncias.” [...] Para Voltaire, “a Europa Cristã poderia ser considerada como uma só república dividida em diferentes estados”. Para Vattel, a Europa moderna era “uma espécie de república”, unida pela “preservação da ordem e da liberdade”. Para Robinson, “os poderes de Europa” formavam “um grande sistema político”. Para Gibbon, “A Europa podia ser considerada uma grande república, onde os vários habitantes chegaram a ter o mesmo nível de cortesia e cultura”. Para Burke, a Europa era “virtualmente um grande estado, tendo as mesmas bases nas leis gerais, com algumas diferenças nos costumes provinciais e nos estabelecimentos locais”; em ela um viajante

⁵⁴ Cf. “It was left to Rousseau, virtually alone, to strike a tarter note, deriding the cosmopolitanism of the age and its self-satisfaction: ‘Say what you like, in our day there is no longer any such thing as a Frenchman, a German, Spaniard, even a Englishman. Nowadays we have only Europeans, all with the same tastes, the same passions, the same mores’.” (Rousseau, Jean-Jacques *Apud* Anderson, Perry (2009): *The New Old World*. London: Verso)

“nunca se sentiu muito no exterior”. Assim percebida, a unidade do continente não era um objetivo, mas um dado⁵⁵. (Anderson 2013: 476 – 477)

Seguindo no tempo, foram muitos mais os que defenderam a unidade da Europa e a semelhança entre os cidadãos e os seus costumes, como Saint-Simon, Considérant, Mazzini, Cattaneo, Hugo, Proudhon, Bakunin, Kautsky, Spinelli e Rossi⁵⁶ (Anderson 2013: 480 – 483) entre outros. Além disso, como recorda Umberto Eco “É interessante constatar que [...] desde 1088, data do surgimento da Universidade de Bolonha, houve clérigos itinerantes [“clerici vagantes”] de vários tipos a viajar de universidade em universidade. De Uppsala [Suecia] a Salerno [Italia]”⁵⁷ (Eco 2013). O que Eco quer dizer é que na Europa os letrados eram transmissores de cultura. Efetivamente, na Europa as ideias e os movimentos sempre circularam livremente, influenciando, às vezes mais e outras menos, os países vizinhos. Como afirma Oliver Guez, “A Europa de 1913 era mais cosmopolita e Europeia que a Europa de hoje. As ideias e as nacionalidades misturavam-se e convergiam num viveiro de criatividade. [...] A colaboração para descobrir os segretos mais escondidos da ciência saltava fronteiras facilmente”⁵⁸ (Guez 2013). É suficiente pensar no Renascimento, no Iluminismo, no estilo gótico ou na religião católica para entender como nunca existiram fronteiras culturais fortes entre os países de Europa, pois todos estes estilos, movimentos e crenças transmitiam-se de um país ao outro, influenciando e inspirando os diferentes povos de Europa. Dario Fo revelou que “ainda antes de a Europa se ter unido a nível económico ou de ter sido concebida a nível dos interesses económicos e do comércio, já era a cultura que unia todos os países de Europa. As artes, a literatura, a música são o cimento que une a Europa” (Fo, Dario *Apud* Comissão Europeia 2007: 2). Da mesma maneira, não se pode esquecer que, no momento da sua

⁵⁵ Cf. “It was Montesquieu who set the categorical note to come: ‘A prince believes he will become greater through the ruin of a neighbouring state. On the contrary! The condition of Europe is such that States depend on each other. [...] Europe is a State composed of several provinces’. [...] For Voltaire, ‘Christian Europe could be regarded as a single republic divided in several states’. For Vattel, modern Europe was ‘a sort of republic’, united for ‘the preservation of order and liberty’. For Roberson, ‘the powers of Europe’ formed ‘one great political system’. For Gibbon, ‘Europe could be considered one great republic, whose various inhabitants have attained almost the same level of politeness and cultivation’. For Burke, Europe was ‘virtually one great state, having the same basis in general law, with some diversity of provincial customs and local establishment’; in it a traveler ‘never felt himself quite abroad’. So perceived, the unity of the continent was not an aim, but a given.” (Anderson, Perry (2009): *The New Old World*. London: Verso)

⁵⁶ Cf. “ideal Conceptions of Europe were not extinguished. Out of the upheavals of twenty years of revolution and war, they re-emerged in altered form to punctuate the next century. [...] In October 1814 [...] Saint-Simon published [...] a proposal for the ‘reorganization of European society’. [...] In the 1830s, Considérant, a disciple of Fourier, argued for a European federation based on productive labour and reciprocal recognition of rights and goods, to banish war from the continent. [...] In the revolutions of 1848-9, Mazzini e Cattaneo looked to European unity as the only safeguard against wars destructive of popular sovereignty and nationality, Mazzini envisaging a common market, Cattaneo a federal state. Hugo added his plangent voice for a United States of Europe, in a famous address to a peace congress in Paris. Proudhon and Bakunin followed in the 1860s [...] In 1911 Kautsky declared that the only path to a durable peace in the world was ‘the unification of the states that belong to European civilization into a federation with a common trade policy, a federal parliament, government and army – the establishment of a United States of Europe’ [...] The revolutionary tradition found a final, spectacular expression during the Second World War, in the manifesto composed on the island of Ventotene by Altiero Spinelli [...] and Ernesto Rossi” (Anderson, Perry (2009): *The New Old World*. London: Verso)

⁵⁷ As palavras entre parêntesis quadras são do texto.

⁵⁸ Cf. “The Europe of 1913 was more cosmopolitan and European than the Europe of today. Ideas and nationalities mingled and converged in a hotbed of creativity. [...] Collaborations to uncover science’s deepest secrets jumped border easily.” (Guez, Oliver (2013): “Are There Any European Left?” *New York Times*, Sunday Review. Internet. Disponível em http://www.nytimes.com/2013/03/03/opinion/sunday/are-there-any-europeans-left.html?pagewanted=all&_r=2&)

máxima expansão, o império romano estendia-se por toda a Europa e que a sua cultura, a sua língua, as suas leis e os seus costumes marcaram o futuro das civilizações europeias. Como evidencia Krzysztof Pomian, a história europeia divide-se em três grandes etapas

entre 1000 e 1500, a Europa formava uma união religiosa, cultural e social co-extensiva com a Cristandade Latina [...] a chegada do iluminismo trouxe uma segunda unificação da Europa, ao longo dum espaço mais estendido, com uma republica cosmopolita de cartas e uma comum cultura das cortes [...] a terceira grande unificação da Europa: esta vez, já não um subproduto de outras forças, como no passado, mas um projeto deliberado [...] não teria sido possível sem a saudade pela segunda unificação do iluminismo, assim como a segunda não teria sido possível sem o ligado cristão da primeira. É a sedimentação de estes sucessivos estrados na memória comum que ancoram hoje a identidade europeia⁵⁹ (Pomian, Krzysztof *Apud* Anderson 2013: 518 – 519).

Por fim, entende-se que todo o discurso acerca das diferenças culturais na Europa, mais não é do que um esforço para encontrar grandes discordâncias em desigualdades muito semelhantes, como são às (dis)semelhanças dos povos europeus. É como buscar grandes diferenças em gémeos. Como afirmam Mario Monti e Sylvie Goulard

as afinidades que unem os europeus e os ligames entre as nossas culturas são muito mais profundos do que nos querem dar a entender os mitos nacionalistas e o folclore regional. Os europeus partilham uma certa conceção do homem e da sociedade. Dão-se conta intuitivamente cada vez que viajam em outras partes do mundo⁶⁰ (Goulard e Monti 2012: 141).

Em suma, é mais fácil, e provavelmente mais produtivo, encontrar traços culturais comuns do que diferentes, assim como é verdade que “o melhor das culturas, o que mais eficazmente as defende da esterilização, é o encontro e a tradução” (Innerarity 2006: 24).

Outro tema que se costuma utilizar para enfatizar a existência de fortes diferenças culturais é a língua. Ou seja, muitas vezes afirma-se que línguas diferentes marcam culturas diferentes. Todavia, é certo que a cultura não se limita à língua através da qual um grupo se expressa. Pelo contrário, países de línguas diferentes, porém vizinhos geograficamente, terão

⁵⁹ Cf. “Pomian’s story unfolds in three great stages. Between 1000 and 1500, Europe formed a religious, cultural and social unity co-extensive with Latin Christianity, defined by common beliefs, practices and institutions, replicated across the continent as far as the reach of the Roman creed. This first unification of the continent was destroyed by the Wars of Religion, which erupted with the Reformation, and lasted till the end of the seventeenth century. When these finally burnt themselves out, the arrival of the Enlightenment brought a second unification of Europe, across a more extended space, with a cosmopolitan republic of letters and a common court culture that eventually fused into a single ambience shared by all the elites of the period. This unity was in its turn undone by the explosion of the French Revolution and its Napoleonic sequel, unleashing not only popular but nationalist passions across the continent. These set in motion the fatal dynamic that would ultimately generate the Wars of Ideology of the twentieth century, when totalitarian creeds [...] shattered Europe in successive catastrophic conflicts. Out of these, however, emerged the third great unification of Europe: this time, no longer a by-product of other forces, as in the past, but a deliberate project [...] The immediate conditions of this unification lie in the defeat of fascism, the end of colonialism, the collapse of communism, the modernization of economies and life-styles. But at a deeper historical level, it would not have been possible without nostalgia for the second unification of the Enlightenment, just as the second would not have been possible without the legacy of Christianity in the first. It is the sedimentation of these successive strata in common memory that anchors European identity today”. (Pomian, Krzysztof *Apud* Anderson, Perry (2009): *The New Old World*. London: Verso)

⁶⁰ Cf. “le affinità che uniscono gli europei e i legami tra le nostre culture sono molto più profondi di quel che vorrebbero farci credere i miti nazionalisti e il folklore regionale. Gli europei condividono una certa concezione dell’uomo e della società. Se ne rendono conto intuitivamente ogni volta che viaggiano in altre parti del mondo”. (Goulard, Sylvie & Monti, Mario (2012): *La democrazia in Europa*. Milano: Rizzoli)

culturas mais parecidas do que países afastados, mas com a mesma língua. Por exemplo, não se pode afirmar que um português, um brasileiro, um angolano e um timorense têm a mesma cultura porque têm a mesma língua, assim como não se pode afirmar que a cultura portuguesa, espanhola, italiana e francesa ou polaca ou finlandesa sejam tão diferentes porque têm línguas diferentes. De facto, um italiano e um português são culturalmente mais parecidos do que um português e um timorense. Além disso, como afirma Octavio Paz “Qualquer cultura nasce da mistura, da interação, do choque. É invés no isolamento que uma civilização morre” (Paz, Octavio *Apud* Comissão Europeia 2007: 11). O mesmo acontece com as línguas. De facto, “é natural que as línguas variem, para melhor atender às necessidades de seus utilizadores” (De Castilho: 10), se assim não for, pode acontecer que uma língua seja substituída por outra. Contudo, não é possível fazer aqui um discurso aprofundado acerca das línguas, das diferenças linguísticas ou da relação entre língua e cultura. O que parece importante, pelo contrário, é levantar algumas perguntas que poderão ser respondidas noutros trabalhos. Por exemplo, a diferença entre grupos linguísticos (latinos, germânicos, eslavos e célticos) na Europa é verdadeiramente insuperável? Será o inglês a língua comum da UE? Será que, através da livre circulação de pessoas e do contacto entre culturas e línguas, se forma uma nova língua europeia? Existe a possibilidade de que línguas não muito difusas pelo mundo, como o italiano ou o alemão (só presentes na Europa), desapareçam com a difusão do inglês ou com a formação de uma nova língua comum? Por fim, serão as pessoas capazes e estarão preparadas para confrontar-se com indivíduos de línguas diferentes e assim aceitar um confronto, ou melhor, um intercâmbio linguístico que talvez transforme a própria maneira de se exprimir?

Deixando estas perguntas abertas, e querendo seguir com o nosso discurso acerca de cultura e União Europeia, parece chegado o momento de ver o que os Tratados legislam acerca deste tema. Para começar, no *Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia* (TFUE), lê-se que

1. A União contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum.
2. A ação da União tem por objetivo incentivar a cooperação entre Estados-Membros e, se necessário, apoiar e completar a sua ação nos seguintes domínios:
 - melhoria do conhecimento e da divulgação da cultura e da história dos povos europeus,
 - conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia,
 - intercâmbios culturais não comerciais,
 - criação artística e literária, incluído o setor audiovisual. [...]

4. Na sua ação ao abrigo de outras disposições dos Tratados, a União terá em conta os aspetos culturais, a fim de, nomeadamente, respeitar e promover a diversidade das suas culturas.

5. Para contribuir para a realização dos objetivos a que se refere o presente artigo:

- O Parlamento Europeu e o Conselho [...] adotam ações de incentivo, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros
- O Conselho adota, sob proposta da Comissão, recomendações. (Rocha 2013: 100)

Este apresenta-se como o único e principal artigo sobre a cultura na Europa. O disposto neste artigo confere à ação cultural da União um carácter complementar, não sendo possível uma intervenção direta da União, pois esta só se aplica segundo o critério de “não suficiência da ação nacional”, como definido no Art.º 5 do Tratado da União Europeia, o qual define o princípio da subsidiariedade⁶¹. Contudo, no texto do artigo intui-se a possibilidade de um papel propulsivo da Comunidade (parágrafo 2), amplificado pela polissemia do termo cultura, ainda que este deverá ser desenvolvido no respeito das peculiaridades culturais dos Estados-Membros. De facto, o disposto nos parágrafos 2 e 5 abre caminho a uma vasta variedade de intervenções, ainda que todas devam ser ações de incentivo, ou seja, recomendações. A favor de uma leitura ampla, ou seja, como norma de competência, é o parágrafo 4 deste artigo, o qual parece atribuir à comunidade poderes implícitos. Isto porque este parágrafo obriga o legislador europeu a integrar o tema cultural em todas as áreas de competência da União (Ferri 2008: 79 – 82). Entende-se a partir desta análise do Art.º 167 do TFUE que a ação da União Europeia na área da cultura é bastante limitada, sendo esta de responsabilidade dos Estados-Membros. Além disso a União tem que ser cuidadosa à hora de intervir nesta área, uma vez que, ao aplicar novas medidas de carácter europeu, estas não devem ir contra os valores nacionais das diferentes culturas.

Contudo, estas limitações não impediram o desenvolvimento de projetos culturais de alcance europeu, como a Agenda Europeia para a Cultura. Este é, de facto, o maior programa da União para a promoção cultural, o qual abrange diferentes sectores. Além da cultura em geral (programa cultura 2007 – 2013), toca áreas como o audiovisual; educação e formação; multilinguismo; cidadania; jovens; comunicação; políticas de coesão; sociedade da informação; investigação; indústria; emprego, assuntos sociais e igualdade de oportunidades; liberdade, segurança e justiça; políticas de competição; fiscal e aduaneira; mercado interno; agricultura e desenvolvimento rural sustentável; políticas marítimas; políticas do ambiente; e, políticas dos consumidores, assim como íntegra uma parte dedicada as relações culturais entre

⁶¹ “3. Em virtude do princípio da subsidiariedade, nos domínios que não sejam da sua competência exclusiva, a União intervém apenas se e na medida em que os objetivos da ação considerada não possam ser suficientemente alcançados pelos Estados-Membros, tanto ao nível central como ao nível regional e local, podendo contudo, devido às dimensões ou aos efeitos da ação considerada, ser mais bem alcançados ao nível da União.” (Rocha 2013: 20)

Europa e países extraeuropeus (Comissão Europeia 2010^a: 2). Entende-se como o conceito de cultura na UE assume um significado amplo que abrange diferentes sectores, manifestando a interdependência entre cultura e desenvolvimento social (Ferri 2008: 162 – 163). Não sendo possível tratar nesta sede todos os diferentes setores onde a ação cultural da União se manifesta, analisar-se-á o Programa Cultura 2007 – 2013. No Guia ao Programa, atualizado em maio de 2010, lê-se que “o programa foi concebido para servir o desenvolvimento político no domínio da cultura e, em última análise, para promover os valores culturais comuns com vista ao reforço da herança cultural partilhada pelos povos europeus” (Comissão Europeia 2010^b: 6). Esta promoção desenvolve-se através do

desenvolvimento de actividade de cooperação entre agentes culturais dos países que participam no Programa, com o objectivo de favorecer a emergência de uma cidadania europeia.

O programa tem três objectivos específicos:

- promover a mobilidade transnacional dos agentes culturais
- incentivar a mobilização transnacional de obras e produções artísticas e culturais
- incentivar o dialogo intercultural (Comissão Europeias 2010^b: 8)

Os domínios em que o programa se desenvolve para conseguir estes objetivos são três: apoios a projetos culturais; apoio a organizações ativas no domínio da cultura no plano europeu e apoio a trabalhos de análise, à recolha e divulgação de informações e à maximização do impacto dos projetos no domínio da cooperação cultural (Comissão Europeia 2010^b: 8 – 10). O primeiro destes três domínios tem em vista apoiar organizações que desenvolvem projetos transfronteiriços centrados em atividades culturais e artísticas através de projetos plurianuais, de cooperação, de tradução literária, de cooperação com países terceiros e com o apoio a festivais culturais de dimensão europeia. O segundo apoia três categorias específicas: embaixadores, redes de representação e defesa e plataformas de diálogo estruturado. Por fim, o terceiro domínio apoia todo o que concerne à análise, avaliação, estudo, recolha de dados e divulgação de temas relacionados com a cultura na UE. Não obstante estes programas serem organizados pela União com o objetivo de promover uma cultura europeia e apesar do grande esforço da União para promover a integração e o surgimento de um sentimento de pertença através destes programas, os resultados do Eurobarómetro Especial 399, de 2013, o qual se centra a investigar a participação e o acesso dos cidadãos à cultura (Cultural access and participation), não são muitos positivos e ainda menos se comparados com os resultados de 2007. Efetivamente, neste reporta-se que o índice de participação em atividades culturais na UE diminuiu. Por certo, os entrevistados que afirmaram ter um “muito alto” ou “alto” nível de envolvimento em atividades culturais europeias passaram de 21% em 2007 a 18% em 2013;

os que consideraram ter um nível médio de engajamento em atividades culturais passou de 49% a 48%; enquanto os que não participaram em este tipo de atividades aumentaram um 4% passando de 30% a 34% (Special Eurobarometer 399 2013: 9). A razão principal para esta diminuição é um aumento do desinteresse em participar nestas atividades. De facto, enquanto em 2007 a “falta de tempo” era o fator principal de não participação, em 2013 isto é o “não interesse”, sendo a “falta de tempo” o segundo maior fator (Standard Eurobarometer 399 2013: 21). O relato também mostra que são poucos os que interagem com produções culturais de outros Estados.

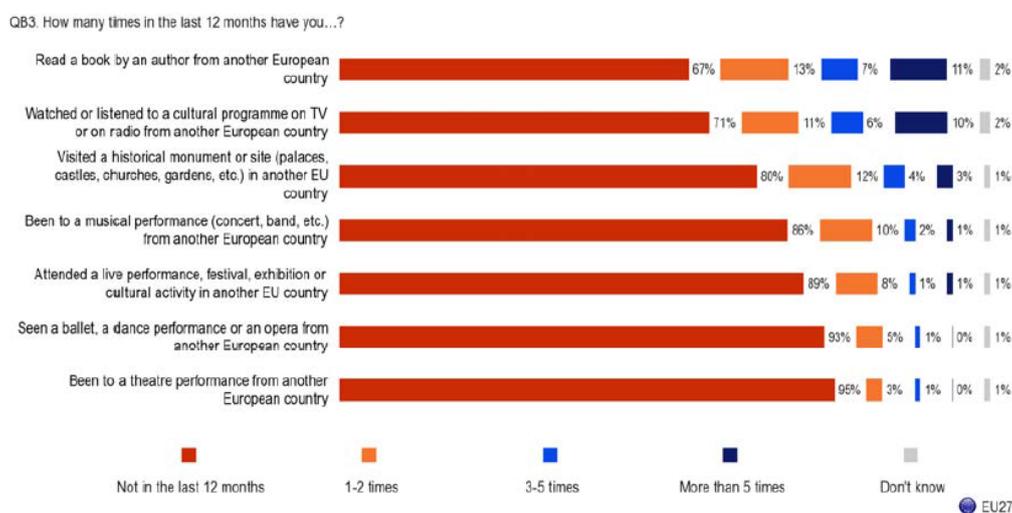


Figura 3: *Nível de interação com produções culturais de outros países – 2013*
(Fonte: Special Eurobarometer 399 2013, p. 39)

Como se pode ver na “figura 3”, o resultado mais positivo é o de ler livros de autores de outros países, com 31% de respostas positivas, ainda que destas 13% só foi uma ou duas vezes num ano. Além disso, parece importante relevar que a maioria destes livros são versões traduzidas (75%), enquanto são ainda poucas as pessoas que leem livros em língua original (11% “uma ou duas vezes”; 14% “muitas vezes”)⁶² (Standard Eurobarometer 79 2013: 41). O segundo resultado mais positivo é o de ver programas culturais de outros países, com 27% de participação. Também neste caso, é provável que os programas sejam traduzidos. Note-se que estas duas atividades culturais são efetuadas a partir do próprio país, enquanto todas as outras

⁶² Cf. “QD6a. In the last 12 months, have you... Watched TV programs in a language other than your mother tongue? Resposta: 24% ‘Yes, on several occasions’; 11% ‘Yes, once or twice’; 75% ‘No’; 1% ‘Don’t Know’. Read a book, newspaper or magazine in a language other than your mother tongue? Resposta: 15% ‘Yes, on several occasions’; 11% ‘Yes, once or twice’; 75% ‘No’; 0% ‘Don’t Know’. Para interpretar estes dados corretamente é necessário relevar que, pelo que concerne a televisão, em alguns países os programas não são traduzidos, como por exemplo em Portugal, e, por isso, o resultado da entrevista não se baseia numa base comum, ou seja ‘todos os países não traduzem’ ou ‘todos os países traduzem’. Por exemplo, o 52% dos portugueses afirmam ver televisão em outra língua, enquanto em Espanha são o 24% e em Itália o 16%. (Standard Eurobarometer 79 (Spring 2012): *European citizenship – Report*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb79/eb79_citizen_en.pdf)

referem-se à participação em atividades culturais em outro Estado-Membro. Destas, salienta-se que entre 80% e 95% dos entrevistados não participaram em atividades culturais em outros países. O que se pode afirmar é que a mobilidade devido a atividades culturais na UE é ainda muito baixa, senão quase inexistente. Contudo, não obstante estes resultados, a maioria dos entrevistados, 28%, acredita que a cultura seja o melhor meio para criar um sentimento de comunidade na Europa, seguida pela economia, com 24%, o desporto, 23%, e a história, 22% (Standar Eurobarometer 79 2013: 31). Por fim, vale a pena salientar que só 30% dos europeus socializaram com pessoas de outros países membros nos 12 meses anteriores à entrevista, enquanto 19% socializou uma ou duas vezes, e 51% nunca se relacionou com outro europeu.

Da mesma maneira, só 16% dos entrevistados visitou outro país membro no último ano, enquanto 23% visitou uma ou duas vezes, e 61% não visitou (Standard Eurobarometer 79 2013: 41). Entende-se assim que, não obstante o grande esforço da União para promover e divulgar atividades culturais nos diferentes setores da sociedade, os resultados parecem pobres ou insuficientes para criar um sentimento de pertença forte e unívoco ou para exaltar a cultura comum que os europeus compartilham. Pelo contrário, muitos europeus ainda só se relacionam com a própria cultura de origem, interagindo só em pequena proporção com as outras culturas europeias e com as outras línguas. É por isso que é necessário implementar medidas mais próximas dos cidadãos, para que não sejam só os cidadãos que tenham de se aproximar da Europa, mas para que seja também a Europa a entrar na vida quotidiana dos cidadãos. Para conseguir que a Europa entre nas vidas dos cidadãos e para que os cidadãos participem na construção da Europa, a comunicação apresenta-se como meio principal e fundamental para que esta interação resulte satisfatória e profícua.

1.3.3 – Comunicação

Para que as pessoas de Europa se sintam cidadãs, para que se desenvolva um sentimento de pertença, para que se forme uma cultura europeia e para que se consiga a integração social, um meio apresenta-se como crítico e fundamental: a comunicação. Sendo a comunicação o meio de conexão da sociedade, guardiã do pensamento humano e pilar da democracia, apresenta-se como o instrumento mais adequado para criar laços interculturais, internacionais e multilinguísticos para poder conseguir o surgimento de um sentimento de pertença comum à União e, assim, criar uma verdadeira sociedade europeia.

De facto, só através da comunicação a UE poderá aproximar-se mais dos cidadãos, assim como, ao mesmo tempo, estes poderão começar um debate acerca da UE. Como afirma

a Comissão Europeia, “A comunicação é essencial para uma democracia sã. É uma via de dois sentidos. A democracia só pode dar frutos se os cidadãos souberem o que se está a passar e puderem participar plenamente” (Comissão Europeia 2006: 2). Contudo, para poder conseguir que se estabeleça um debate europeu, devem ser superados as barreiras nacionais, os quais concentram toda a atenção dos cidadãos. De facto, como já foi afirmado acima, a participação dos cidadãos na vida da União é quase nula, assim como os assuntos europeus apresentam um carácter demasiado técnico e pouco transparente. Por isso, os cidadãos seguem concentrando a própria atenção nos assuntos nacionais, em lugar de começar um debate europeu. Porém não é só a linguagem Europeia a provocar este desinteresse, mas são os próprios Estados-Membros que não promovem o surgimento de um debate europeu, mantendo o foco centrado nos assuntos internos, sendo que “a ‘esfera pública’ em que se desenrola a vida política da Europa é principalmente uma esfera nacional” (Comissão Europeia 2006: 4). Do mesmo modo, os chefes dos governos quando participam nas reuniões europeias reportam cada um a sua versão dos factos aos próprios cidadãos (Goulard e Monti 2012: 66). No “Livro branco sobre uma política de comunicação europeia”, de 2006, a Comissão evidencia a necessidade de centrar a comunicação nos cidadãos em lugar das instituições, assim como impulsionar o surgimento de um debate, um diálogo, entre cidadãos e responsáveis políticos e entre os próprios cidadãos (Comissão Europeia 2006: 4).

Os meios de comunicação também desempenham um papel fundamental neste assunto. De facto, são estes os que elegem os temas sobre os quais discutir e que catalisam a atenção dos cidadãos (Innerarity 2006: 22). Como Luhmann afirma “o que nós sabemos acerca da nossa sociedade, e até do mundo em que vivemos, sabemo-lo pelos meios de comunicação” (Luhmann, Niklas *Apud* Innerarity 2006: 89). Contudo, estes parecem dedicar menos tempo à Europa do que dedicam às declarações dos políticos, às previsões do tempo ou às crónicas cor-de-rosa dos personagens da televisão (Goulard e Monti 2012: 122). Note-se como nos periódicos nacionais, o número de notícias acerca da Europa é muito reduzido. Nos jornais já surgiram umas páginas dedicadas à Europa, ainda que de pouca relevância (uma notícia ou duas no máximo), enquanto nos telejornais, de verdade, dedica-se mais tempo às rubricas de cultura, tempo ou motores do que se dedica aos assuntos da União. No Eurobarómetro Qualitativo de 2012, os jornalistas denunciam que a informação nacional impõe-se à Europeia porque só há pequenos grupos da sociedade que se interessam pelas notícias sobre esta última (Eurobarometer Qualitative Studies 2012: 80). Então, como pode resolver-se este dilema? São os meios de comunicação a ter de fornecer mais informações

acerca da Europa para que os cidadãos se interessem por esta, ou será que são os cidadãos a dever interessar-se mais pela Europa, para que assim os meios de comunicação transmitam mais informações?

Um amplo debate político, e não só, é necessário para que os cidadãos não percebam a UE como o resultado de “inexoráveis forças de mercado ou a maquinação de elites que hajam escapado do controle democrático”⁶³ (Siedentop, Larry *apud* Anderson 2009: 120). O que a UE necessita é um verdadeiro debate público, porém este não deve ser entre países ou áreas de influência, mas entre opções políticas (Goulard e Monti 2012: 54). Segundo Daniel Innerarity, muitos “lamentam a perda de interesse pela política, a degenerescência da opinião pública, a burocratização e tecnificação da política, o abandono dos deveres da cidadania” (Innerarity 2006: 15), por isso dever-se-ia constituir, como titula o seu livro, um ‘novo espaço público’, ou seja “uma instância de observação reflexiva mediante a qual os membros de uma sociedade produzissem uma realidade comum, mais além da sua condição de consumidores, eleitores, crentes, peritos, etc., e ensaiassem uma integração em termos de compatibilidade” (Innerarity 2006: 9). Isto porque “Sem espaço público em sentido estrito, o poder é entendido como dominação, o estado como instância das regulações sociais e a opinião pública como lugar das manipulações dos meios de comunicação social” (Innerarity 2006: 15). Contudo, a parte de um espaço público europeu, Armin Nassehi lamenta a falta de uma oposição europeia, e com isso falta um debate aberto “Existe realmente um défice de democracia na Europa, mas este reside na ausência de oposição, ou seja, de uma organização política das opiniões não maioritária [...] A única oposição visível assume a forma de posições antieuropeias” (Nassehi 2013). Em suma, de momento a União Europeia parece um governo autogerido, onde o debate transnacional se desenvolve nas obscuras assembleias do Conselho Europeu e do Conselho dos Ministros ou nos corredores da Comissão, onde os cidadãos participam como espectadores pouco informados, ou acerca de como o seu país é aí representado ou de como determinadas medidas se aplicam ao seu Estado, e onde não existe uma oposição legitimada de forma a criar um verdadeiro debate europeu.

Não obstante, não se pode afirmar que a União Europeia não fornece informações aos europeus, pelo menos as fundamentais. De facto, a União mantém uma rede de sítios *online* onde os cidadãos podem buscar todas as informações que necessitam. Entre estes, encontram-se o sítio *online* oficial da UE “europa.eu”, “youreurope” e “eurocid.pt”. No que concerne ao

⁶³ Cf. “A wide-ranging political debate is needed to prevent Europeans feeling that the EU is merely the resultant of ‘inexorable market forces or the machinations of elites which have escaped from democratic control’.” (Siedentop, Larry *apud* Anderson, Perry (2009): *The New Old World*. London: Verso)

último destes (Centro de Informação Europeia Jaques Delors), é significativo evidenciar que é um *site* de informação em português, para portugueses, pois que na parte traduzida em inglês não aparecem todos os documentos e as informações da parte em português e que os documentos que se podem encontrar, uma vez abertos, são escritos em língua portuguesa. Por isso, mais do que um Centro de Informação Europeia, parece um “Centro de Informação Portuguesa sobre a Europa”. Quanto ao “youreurope”, página relacionada com o geral “europa.eu”, pode-se afirmar que é um sítio internet muito interessante e cheio de informação acerca de diferentes setores: “viajar, trabalho e reforma, veículos, formalidades de residência, educação e juventude, saúde, família e consumidores”. Contudo, em alguns casos, as páginas não são traduzidas em todas as línguas, assim como a informação aparece como parcial, ou seja, enquadra o que é a legislação europeia, porém não fornece soluções claras e endereçadas aos diferentes problemas que possam surgir aos cidadãos. De facto, a quase totalidade das páginas encaminha para o número de telefone dos centros “Europe Direct”, ou facilitam um correio eletrónico para informações mais técnicas ou particulares. Além disso, no fundo da página aparece uma janela que pede “Precisa de ajuda?”, que, ao clicar, reenvia, na maioria dos casos, para a uma página de “conselho” ou à administração pública nacional. Em suma, buscar informação acerca da União neste sítio não é imediato, nem fácil de forma a que uma pessoa com um baixo conhecimento de internet possa aceder. Além disso, há um grande número de *links* que se encontram em cada janela e que encaminham para outras páginas, por vezes pouco simples de entender. Além disso, a informação direta fornecida por esta página não é completa, senão parcial e para poder encontrar uma solução, os cidadãos devem contactar os centros “Europe Direct” os quais, para petições mais concretas, não têm respostas, senão reencaminham para o serviço de correio eletrónico. É suficiente ver o quão difícil é descrever este procedimento para entender o que espera a um cidadão em apuros. Por fim, é quase impossível descrever aqui o funcionamento do principal *site* da União Europeia, “europa.eu”, devido à sua dimensão. Será suficiente evidenciar que se apresenta como um verdadeiro labirinto de *links* e páginas e onde só um utente experiente poderá encontrar a informação pesquisada, esperando que esta não se apresente como um templo de tecnicismos. Para demonstrar a baixa utilização destas plataformas, e a dificuldades que se podem encontrar no seu acesso, o Standard Eurobarometer 80, de 2013, “Media use in the European Union”, mostra que 48% dos cidadãos busca informações acerca da UE, as suas políticas e sobre as instituições na televisão e só 33% na internet, enquanto 0% por telefone (líneas de

informação, Europe Direct, etc.)⁶⁴ (Standard Eurobarometer 80 2013^b: 46). Além disso, quando se trata de buscar informação na internet acerca da Europa, 37% dos cidadãos prefere buscar em *sites* de informação, enquanto 32% nos *sites* institucionais⁶⁵ (Standard Eurobarometer 80 2013^b: 58). No Eurobarómetro Qualitativo, de 2010, “Cross-border mobility” lê-se acerca da pesquisa de informações antes de mover-se para outro país

A maioria dos entrevistados começaram a própria pesquisa para informações através de fontes informais [...] Quando consideraram-se fontes mais formais de informação uma categoria destacou-se como a mais frequentemente utilizada, com mais de metade dos entrevistados mencionando-a; **as autoridades públicas.** [...] as autoridades nacionais, regionais e locais são os sítios mais apropriados para ir para ajuda e conselhos. Contudo, alguns dos entrevistados não foram completamente satisfeitos com a informação ou tratamento que receberam pelas autoridades públicas. [...] Quando fornecidos de uma lista de sites e serviços internet europeus **a maioria dos entrevistados disseram que não utilizaram nenhum desses, e que muitos não haviam ouvido dos sites.**⁶⁶ [negrito do autor] (Qualitative Eurobarometer 2010: 19 – 21)

Em suma, os *sites* da União não são os melhores e mais bem sucedidos meios de comunicação que a UE tem com os cidadãos, pois estes preferem buscar informações mais próximas, acessíveis e simples de entender e utilizar.

⁶⁴ Cf. “QE9. When you are looking for information about the UE, its policies, its institutions, which of the following sources do you use? Respostas: 48% Television; 33% The internet; 26% Daily newspapers; 19% Discussions with relatives, friends, colleagues; 17% Radio; 10% Other newspapers, magazines; 6% Books, brochures, information leaflets; 3% Attending conferences, talks, meetings; 0% Telephone (Info lines, Europe Direct, etc.); 0% Other (SPONTANEOUS); 21% never look for such information, not interested (SPONTANEOUS); 2% Don't Know”. (Standard Eurobarometer 80 (Autumn 2013^b): *Media use in the European Union - Report*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_media_en.pdf)

⁶⁵ Cf. “QE12. On which of the following websites would you find it useful to find information on the EU? Respostas: 37% Information websites (websites from newspapers, news magazines, etc.); 32% Institutional and official websites (governmental websites, etc.); 12% Online social networks; 6% Blogs; 4% Video hosting websites; 1% Other (SPONTANEOUS); 23% None (SPONTANEOUS); 16% Don't Know” (Standard Eurobarometer 80 (Autumn 2013^b): *Media use in the European Union - Report*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_media_en.pdf)

Note-se que na segunda resposta não se discrimina entre *sites* nacionais e europeus.

⁶⁶ Cf. “**Most respondents had begun their search for information via informal sources [...]** When considering more **formal information sources** one category stood out as being the most frequently used, with more than half the respondents mentioning it; **the public authorities.** [...] national, regional and local authorities are the most appropriate places to go for help and advice. However, there were respondents who were not entirely satisfied with the information or treatment that they had received from the public authorities. [...] When provided with a list of EU internet sites and services **the majority of respondents said that they had not used any of them, and many had not heard of the sites.**” [negrito do Autor]. (Qualitative Eurobarometer (2010): *European citizenship – Cross-border mobility*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/quali/5823_citizenship_en.pdf)

Capítulo 2 – Os Estados membros

“O todo é mais que a soma das partes”

(Daniel Innerarity 2006, 64)

O conceito de Estado moderno surgiu da assinatura dos Tratados de Vestfália, em 1648, acarretando a chamada Paz de Vestfália, pois a assinatura dos ditos tratados, também designou o fim da Guerra dos Trinta Anos, que marcou a passagem da época medieval à dos Estados soberanos e independentes. Com esta passagem, consolidou-se o poder soberano e centralizado do Estado, tanto no interior do seu território, como nas relações exteriores. Mais precisamente, o que se conseguiu com esta “Paz” foi a afirmação de três princípios fundamentais: o da liberdade religiosa dos Estados; o da soberania dos Estados; e o da igualdade entre os Estados (Colombo 2007: 63). A partir deste momento, as relações internacionais começaram a basear-se na lógica do poder, derivado da dita soberania e independência; foi-se reconhecendo o direito de fazer guerra, seja para aumentar o poder do Estado, seja para manter o balanço de poder entre estes. Veio-se assim estabelecer um sistema de força denominado “equilíbrio de poder”, o qual caracterizou a ordem internacional da época e que marcou as relações internacionais futuras com tensões e conflitos, até alcançar dimensões globais nas duas grandes guerras do século XX (Colombo 2007: 64-65).

Com o fim da II Guerra mundial (1945) e com a proclamação da Declaração Schumann (1950), começou uma nova época na história do Estado moderno europeu. Este passou de ser soberano e independente com o predomínio do poder, a ser parte de uma comunidade de Estados independentes, cada um com o próprio território e o próprio governo, mas interdependentes, ou seja, com poderes e soberania compartilhados, pelo menos em parte, e regulados a um nível superior por instituições supranacionais. Esta nova organização, chamada União Europeia, foi criada para promover a integração entre os Estados da Europa, velar pelo interesse comum destes e assegurar uma paz duradoura no continente, com o objetivo último de colocar as nações europeias num lugar de relevo no mundo sempre mais globalizado e governado por Estados de dimensões continentais. Contudo, não obstante os esforços dos Estados europeus, as dificuldades para desvincular-se da própria independência, da própria soberania e do próprio poder parecem, hoje em dia, insuperáveis, pelo menos em algumas áreas. Isto, não só porque os Estados se sentem soberanos, independentes e

detentores do poder desde há séculos, mas também porque os seus cidadãos reconhecem neles a própria pátria, onde a sua história, a sua cultura, o seu idioma e a sua vida estão radicados. Este sentimento diferencia os cidadãos de um país de outro, ou, melhor dito, faz que o outro seja visto como diferente, senão mesmo como alguém do qual é melhor desconfiar, pelo menos acerca de assuntos mais delicados, como no caso dos impostos, da defesa, da educação, da sanidade e dos serviços sociais no seu conjunto, assim como para todas as áreas relacionadas com a cultura e os costumes. Assim, por exemplo, não apenas se apresentou a necessidade de salvar Grécia da bancarrota, manifestaram-se os limites solidários e de unidade da comunidade, os quais também se manifestam cada vez que a Europa está chamada a intervir nas zonas “quentes” do mundo, onde a voz e a presença europeia não são consensuais, senão múltiplas e distintas. Em suma, parece mais que evidente que cada Estado procura impor e defender os seus próprios interesses na União Europeia como Estados soberanos e que procuram, cada um à sua maneira, modelar a União segundo a sua própria imagem (Smith 1992: 76), em lugar de velar pelos interesses da comunidade como uma verdadeira coletividade.

Este sentimento de dissidência pode ser originado pelo facto de que a União Europeia nem é soberana nem independente, assim como não tem poder de decisão próprio, senão em alguns assuntos bem definidos e fixados nos Tratados. São, ao invés, os Estados-Membros os que mantêm o controlo sobre a maioria das políticas, sobretudo daquelas que tocam de perto os cidadãos: as taxas e os serviços sociais (Anderson 2009:101), algumas partes dos sistemas de educação, como a literatura, a história e a arte (Smith 1992: 65) e os meios de comunicação, nos quais as prioridades nacionais são evidentes (Smith 1992: 72). Entende-se que os Estados-Membros chegam diariamente aos cidadãos, influenciando as vidas e o entendimento do mundo destes, enquanto a União trata de assuntos técnicos e distantes, mas sobretudo de pouco interesse para a maioria das pessoas. Além disso, os Estados-Membros não só regulam as políticas de maior interesse pelos cidadãos, e atuam ao nível mais próximo destes, senão que também controlam e regulam o funcionamento da União. É aqui importante lembrar que a União foi criada pelos Estados-Membros e que estes têm o poder de desfazê-la ou de alterar o seu funcionamento, através da retificação dos Tratados. Além disso, segundo diferentes autores, o funcionamento da Comissão estaria controlado pelos Estados-Membros por um sistema definido na linguagem comunitária de “comitologia”. No sítio *online* da Comissão define-se a “comitologia” como:

a forma como a Comissão exerce as competências de execução que lhe são atribuídas pelo legislador da UE, com a ajuda de **comités de representantes dos países da UE**. Estes «comités de comitologia» discutem os projectos de actos de execução que lhes são apresentados pelos serviços da Comissão. [...] [estes comités funcionam como] **mecanismos de controlo pelos Estados-Membros do exercício das competências de execução pela Comissão**. [Negrito do autor] (Comissão Europeia)

Em suma, os Estados mantêm pleno controlo sobre a União e os cidadãos. Como se lê no Tratado da União Europeia, “O Conselho Europeu [ou seja o órgão onde se reúnem os chefes de governo dos diferentes Estados] dá à União os impulsos necessários ao seu desenvolvimento e define as orientações e as prioridades políticas gerais da União” (Rocha 2013: 23), enquanto a Comissão:

promove o interesse geral da União [...] vela pela aplicação dos tratados [...] Controla a aplicação do direito da União [...] executa o orçamento e gere os programas. Exerce funções de coordenação, de execução e de gestão em conformidade com as condições estabelecidas nos tratados. Com exceção da política externa e de seguridade comum [...] assegura a representação externa da União. Toma a iniciativa da programação anual e plurianual da União (Rocha 2013: 25).

Como se entende, a Comissão cumpre uma função operativa, enquanto os Estados-Membros, reunidos no Conselho Europeu, cumprem uma função decisória.

Esta estrutura, baseada no poder decisório do conjunto dos Estados, impede que a União Europeia desenvolva políticas e ações de alcance europeu que sejam do interesse e de vantagem para a comunidade, da mesma maneira que dificulta o surgimento de uma sociedade/comunidade europeia. Pelo contrário, esta exalta as dificuldades que os Estados enfrentam cada vez que a própria soberania, independência ou interesses são postos em causa, ainda que seja pela melhoria da comunidade. Da mesma maneira, evidencia-se a lentidão na tomada de decisão sobre aqueles temas que tocam mais de perto alguns Estados, pois que o Conselho Europeu não aprova medidas a não ser por consenso, ou seja, pela totalidade dos seus membros. Em suma, a União Europeia não só parece um carro sem motor, senão também com o travão de mão posto.

2.1 – A estrutura estatual da União

A União Europeia, ao contrário de todos os Estados da Europa, tem uma estrutura que se organiza de baixo para cima, ainda que o seu direito seja superior relativamente ao nacional. Nesta, a tomada de decisão não se produz ao nível mais alto – o da União – por consenso, mas manifesta-se como soma das negociações ao nível inferior – dos Estados – cujos acordos são regulamentados ao nível superior. Neste sentido, o Conselho Europeu e o

Conselho (dos ministros) apresentam-se como o verdadeiro motor da União; estas são as assembleias nas quais se tomam as decisões na Europa: a cabeça da estrutura. A Comissão, o braço da estrutura, desempenha um papel de controlo e de implementação de decisões já tomadas. Além disso, dentro da mesma Comissão, os comissários parecem mais empenhados em defender os interesses nacionais do que velar pelos interesses europeus (Bassets 2014).

Da mesma maneira, o Parlamento Europeu é composto por representantes nacionais, elegidos separadamente no contexto nacional e suportados por programas que tratam principalmente assuntos internos aos Estados. Os representantes do Parlamento Europeu são eleitos para “defender lá os nossos interesses” (Innerarity 2006: 68), em lugar de “defender lá os interesses de todos”. Em suma, o que parece claro é que, numa estrutura supranacional que se organiza como uma soma das partes, não pode existir uma voz unívoca, com interesses e objetivos comuns, compartilhados e transparentes, e que estimule um sentimento de unidade, e com isso de integração, nos cidadãos. Como podem os cidadãos sentir-se unidos, se os próprios governantes e a estrutura do sistema na qual vivem não se mostram como tal?

Alexis de Tocqueville, no seu “Federalist Papers”, ou seja no texto em que trata das dificuldades de construir um Estado Federal na América do Norte a partir da união de diferentes Estados independentes, evidencia que:

Em qualquer associação política em que o objetivo seja o de federar mais sujeitos soberanos, chamados a renunciar a uma parte dos seus privilégios por um interesse comum, observar-se-á nos graus inferiores ou subordinados uma tendência centrífuga que os induz a lutar sem descanso para escapar-se ao poder de atração do centro. Não é difícil explicar em que consiste esta tendência, pois que a sua origem é o amor pelo poder.⁶⁷ (Tocqueville, Alexis de *apud* Monti & Goulard 2012: 154)

Não obstante seja difícil demonstrar o “amor pelo poder” dos governos da Europa e que este seja a causa da escassa integração europeia, parece, pelo contrário, bastante evidente o interesse e o “amor” destes pelas eleições nacionais. De facto, seja pelos cidadãos seja pelos governos nacionais, as eleições nacionais parecem suscitar um maior apego do que as europeias. Deixando agora de lado que as eleições europeias se baseiam na propaganda e em programas eleitorais de carácter nacional e que estas se realizam em 28 países de maneiras diferentes (uma por cada Estado da União), como se fossem eleições nacionais, pode-se afirmar que em muitos Estados os partidos utilizam a aversão ou o apego à União Europeia como um instrumento para ganhar votos. Com isto não se quer afirmar que as pessoas não

⁶⁷ “in qualunque associazione politica il cui scopo é federare più soggetti sovrani, chiamati a rinunciare a una parte dei loro privilegi nel nome di un comune interesse, si osserverà nei gradi inferiori o subordinati una tendenza centrifuga che li induce a lottare in continuazione per sfuggire al potere di attrazione del centro. Non è difficile spiegare in che cosa consista questa tendenza, dato che la sua origine è l’amore per il potere.” (Toqueville, Alexis de *apud* Goulard, Sylvie & Monti, Mario (2012): *La democrazia in Europa*. Milano: Rizzoli)

sejam livres de expressar a sua opinião, seja favorável seja contrária à União, ou que os cidadãos não sejam livres de votar pelo partido que mais os representa, senão que este tipo de debate provoca o surgimento de ideias erróneas acerca da realidade.

Por exemplo, hoje em dia, sobretudo nos países do sul, não apenas se toca o tema da crise, a maioria dos governantes e dos cidadãos preferem culpar a Europa da lenta intervenção ou da tardia recuperação, em lugar de culpar a má gestão dos bancos ou a não transparência e especulação dos mercados financeiros e dos *titoli spazzatura* (títulos lixo), como foram denominados na Itália. De facto, em vez de tomar medidas contra a atuação errónea e perigosa dos bancos, estes foram redimidos com dinheiro público e em vez de interrogar-se sobre o funcionamento e a existência destes títulos, continua-se a negociar com eles como se nada tivesse acontecido. Porém, seis anos depois do surto da crise, a União Europeia é a única a sofrer ainda as consequências. Como se já não fora bastante, parece que o termo “crise europeia” se está transformando em algo mais de que uma identificação geográfica da zona onde a crise teve as piores consequências, algo que põe em causa todos os aspetos da União Europeia e a sua organização, assim como a sua mesma existência. De facto, antes do surto da crise, os movimentos de eurocéticos quase não existiam, exceto na Inglaterra (eurocética por natureza poder-se-ia dizer), a *raison d’être* da União não era posta em causa e a divisão norte/sul não aparecia tão demarcada. Como afirma Adela Cortina:

os líderes de cada país lutam por conseguir os votos dos eleitores dos seus países de origem sem se importarem com o todo dessa entidade supranacional, da qual um dia nos sentimos já orgulhosos. [...] a crise tornou evidente que nenhuma dessas metas tinha sido alcançada, porque foi o egoísmo de cada país que presidiu à atuação de cada um deles no seio da suposta união, e não a cooperação imprescindível para que funcione como uma união [...] os governantes fazem acordos bilateralmente, alterando as lealdades ao sabor da conveniência conjuntural. (Cortina Adela 2013)

Entende-se assim que o interesse nacional é ainda mais forte e importante do que o europeu. O que os líderes estranhamente parecem não entender é que a má atuação de um Estado, que quer defender o seu interesse, afeta também, de maneira mais ou menos direta, a União e com ela os outros países, e que, como num ciclo vicioso, estes voltam a afetar a esse Estado. Com isso, o que se quer sugerir é que cada Estado deveria sim velar pelo seu interesse particular, mas ao mesmo tempo deverá estar seguro de que esse interesse não distorce o funcionamento da União e não afeta os outros Estados, se não quer que os efeitos negativos da sua atuação se virem contra ele como um *boomerang*. Em suma, o que se quer evidenciar é que o acima referido “amor pelo poder nacional” pode transformar-se num “pesadelo europeu”, sobretudo numa estrutura-rede na qual a má atuação de um repercute-se em todos. Além disso, o que se

consegue com este tipo de comportamento “nacionalista” é que os cidadãos se sintam confundidos. Entender a União Europeia não seria complicado se para entendê-la não fosse necessário entender o funcionamento de cada membro, com os seus interesses (diferentes em cada um), e as suas negociações (múltiplas em cada Estado e, às vezes, secretas), assim como seria simples entender a União se durante as eleições europeias, em vez de se debater assuntos nacionais, de pouco interesse para o conjunto da comunidade, se explicasse claramente quais são as posições dos diferentes partidos para conseguir os objetivos comuns, resolver os problemas europeus e avançar políticas integradoras.

Para confrontar o afirmado anteriormente, parece interessante analisar os resultados de um inquérito desenvolvido a nível nacional acerca das eleições pelo Parlamento Europeu de 2014. Para este fim, analisar-se-ão aqui os resultados do inquérito desenvolvido em Espanha pelo Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS): “Postelectoral Elecciones al Parlamento Europeo 2014”. O que se pode evidenciar a partir deste texto é que 56.6% dos entrevistados se interessam “Poco” (35.3%) ou “Nada” (21.3%) pelas notícias relacionadas com a União Europeia, enquanto 34.3% se interessam “Bastante” e só 8.6% “Mucho”⁶⁸. Isto mostra o pouco apego que as pessoas manifestam acerca do que passa na Europa. Não será um caso que na pergunta 10 do inquérito, onde se pede em que âmbitos se sentem os entrevistados mais ligados numa escala de 0 a 10, a média acerca da “Europa” seja 6.29, enquanto é de 8.4 para o “Pueblo o ciudad donde vive”, 8.19 para a “Comunidad autónoma” (ou região) onde se encontram, 8.06 respeito à “España” e 7.92 respeito a “La humanidad en su conjunto”⁶⁹. Note-se que os espanhóis sentem-se mais ligados à “humanidade” do que à “Europa” e que o apego a esta é de dois pontos inferior relativamente ao Estado, à comunidade autónoma (ou região) e à cidade o povo em que vivem. Em suma, os Espanhóis não só não sentem interesse pelas notícias europeias, como também não se sentem ligados à Europa. Este sentimento manifesta-se também na hora de votar. De facto, 57,9% acompanhou com “Poco” (31.0%) ou “Ningún” (26.9%) interesse pela campanha eleitoral para o Parlamento Europeu, enquanto 21.8% seguiu-a com “Bastante” interesse e só 8.2% com “Mucho”⁷⁰. Sendo as eleições

⁶⁸ “Pregunta 1: ¿Podría decirme si a Ud., personalmente, las noticias relacionadas con la Unión Europea le interesan mucho, bastante, poco o nada?” Respostas: “8.6% Mucho; 34.3% Bastante; 35.3% Poco; 21.3% Nada; 0.4% N.C.” (CIS, estudio nº3028, 2014: 1)

⁶⁹ “Pregunta 10: Todos nos sentimos más o menos ligados con el lugar en que vivimos, pero unos/as nos sentimos más ligados/as a unos ámbitos que a otros. ¿En qué medida se siente Ud. identificado/a con el pueblo o ciudad donde vive? Para contestar utilice una escala de 0 a 10, en la que 0 significa que Ud. se siente «nada identificado/a» y 10 que se siente «muy identificado/a». ¿Y con la comunidad autónoma en la que vive? ¿Y con España? ¿Y con Europa? ¿Y con la humanidad en su conjunto?” Respostas (Media): “8.4 El pueblo o ciudad donde vive; 8.19 Comunidad autónoma; 8.06 España; 6.29 Europa; 7.92 La humanidad en su conjunto” (CIS, estudio nº3028, 2014: 5)

⁷⁰ “Pregunta 12: Me gustaría que me dijera, ¿con qué interés ha seguido Ud. la campaña electoral de las elecciones al Parlamento Europeo del pasado 25 de mayo?” Respostas: “8.2% Con mucho interés; 21.8% Con bastante interés; 7.9% (NO LEER) Ni con mucho ni con poco interés; 31% Con poco interés; 26.9% Sin ningún interés; 4.2% (NO LEER) No la ha seguido; 0.1% N.C.” (CIS, estudio nº3028, 2014: 5) No

européias o único momento participativo na União Europeia, em que os cidadãos podem manifestar a própria opinião, este tão pequeno interesse parece grave para a democracia e para a própria União. Como podem as pessoas votar se não estão interessadas, e por isso não informadas, acerca do que os diferentes Partidos propõem? Pode considerar-se que o resultado das eleições europeias tenha sido uma decisão consciente e querida pelos eleitores? A pergunta 13 do inquérito evidencia não só que os eleitores não se interessam pelas campanhas eleitorais, mas também que, como se nota na Tabela 1, as informações assimiladas durante a campanha eleitoral pela maioria não serviram para “informar acerca dos programas e as propostas dos partidos”, “conhecer os candidatos”, “ver as diferenças que existem na política europeia entre um partido e outro”, “decidir em quem votar”, ou “conhecer melhor o Parlamento Europeu”. Então, para que serve a campanha eleitoral europeia em Espanha?

Pregunta 13

¿Me podría decir si, de una manera general, lo que ha visto u oído durante la campaña electoral para el Parlamento Europeo le ha servido a Ud. mucho, bastante, poco o nada para...?

| | Mucho | Bastante | Poco | Nada | N.S. | N.C. | (N) |
|---|-------|----------|------|------|------|------|---------|
| Informarse sobre los programas y propuestas en política europea de cada partido o coalición | 2,6 | 16,1 | 36,0 | 44,1 | 1,0 | 0,2 | (2.464) |
| Conocer mejor a los/as candidatos/as al Parlamento Europeo | 3,2 | 17,9 | 33,6 | 44,1 | 1,0 | 0,2 | (2.464) |
| Ver las diferencias en política europea que existen entre unos partidos y otros | 3,4 | 17,0 | 31,0 | 47,0 | 1,1 | 0,5 | (2.464) |
| Decidir su voto | 3,4 | 12,7 | 25,2 | 57,2 | 1,2 | 0,3 | (2.464) |
| Conocer mejor el Parlamento Europeo | 1,6 | 11,3 | 29,7 | 55,8 | 1,4 | 0,3 | (2.464) |

Tabela 1: A campanha eleitoral europeia de 2014 serviu?

(Fonte: CIS, Estudio nº3028, 2014, p. 6)

O inquérito não nos fornece uma resposta a esta pergunta, porém evidencia quais foram os temas mais debatidos, ou pelo menos, os temas que para os cidadãos foram os mais tratados.

inquérito do CIS evidenciam que as respostas evidenciadas com “(NO LEER)” surgiram espontaneamente pelos entrevistados e não foram ofertas pelo entrevistadores.

Pregunta 14

¿Cuál cree Ud. que ha sido el tema más debatido por los partidos y candidatos/as a lo largo de la campaña electoral de las elecciones al Parlamento Europeo? (RESPUESTA ESPONTÁNEA).

| | |
|--|---------|
| La economía | 20,6 |
| El paro | 7,1 |
| El machismo | 4,7 |
| Insultos y descalificaciones | 2,9 |
| Los nacionalismos | 2,1 |
| La corrupción y el fraude | 1,5 |
| La política, los partidos, los/as políticos/as | 2,6 |
| La calidad del empleo | 0,6 |
| La sanidad | 0,4 |
| La vivienda | 0,2 |
| Temas de índole social | 0,6 |
| La inmigración | 0,8 |
| Temas relacionados con la juventud | 0,1 |
| La educación | 0,2 |
| Temas relacionados con la mujer | 0,4 |
| Los recortes | 0,4 |
| La ley del aborto | 0,4 |
| Temas relacionados con Europa | 0,8 |
| Intereses de España en Europa | 0,5 |
| Otras respuestas | 1,5 |
| (NO LEER) Todos los temas | 3,3 |
| (NO LEER) Ningún tema | 13,0 |
| N.S. | 33,5 |
| N.C. | 1,6 |
| (N) | (2.464) |

*Tabela 2. Temas mais debatidos durante a campanha eleitoral europeia de 2014
(Fonte: CIS, Estudio n°3028, 2014, p. 6)*

O que não surpreende nesta Tabela 2 é que o tema económico tenha sido escolhido como o mais debatido (20.6%) e que o segundo tenha sido o da desocupação (7.1%). Pelo contrário, o que chama a atenção é que só 0.8% dos entrevistados elegeu “Temas relacionados com a Europa”, que 13% considerou que se debateu “Ningún tema”⁷¹, e que 33.5% “No sabe” qual tenha sido o tema mais tratado. Considerando isto, parece evidente que muitos entrevistados não sabiam qual foi o tema mais debatido ou que acreditavam que nenhum tema tenha sido o mais debatido, uma vez que não tinham interesse e porque as informações recebidas não foram consideradas relevantes. O que por sua vez não se entende é porque só 0.8% respondeu que “Temas relacionados con Europa” foi o argumento mais debatido. Em primeiro lugar, nas palavras “temas Europeus” podem caber todos os elencados na lista e muitos mais; em segundo lugar, todos os temas deveriam ser temas “relacionados com a Europa”, já que as eleições eram de facto europeias. O que se quer afirmar com isto é que, de um ponto de vista racional, numas eleições europeias, TODOS os entrevistados ao eleger deveriam ter

⁷¹ No inquérito do CIS evidenciam que as respostas evidenciadas com “(NO LEER)” surgiram espontaneamente pelos entrevistados e não foram ofertas pelo entrevistadores.

seleccionado “temas relacionados com Europa” como tema mais debatido. De todas formas, como assim não foi, deveríamos interrogar-nos sobre as razões deste resultado.

Seguindo com a análise do estudo do CIS, encontram-se algumas provas do que tem sido posto como maior problema da União ao longo deste trabalho e mais especificadamente nesta segunda parte. De facto, 62.9% dos entrevistados afirmam que o que tiveram mais em conta no momento de votar e que influenciou mais a sua decisão de voto foram “Los temas relacionados con la situación política actual de España”, enquanto só 9.9% teve em conta e foi influenciado por “Los temas relacionados con la Unión Europea y el Parlamento Europeo”⁷². Além disso, 75.3% dos entrevistados crê que os representantes espanhóis no Parlamento Europeu “deben representar ante todo los intereses de España, con independencia del partido al que pertenezcan”, enquanto só 13.4% pensa que estes “deben actuar ante todo de acuerdo con los/as diputados/as de su misma ideología de otros países europeos”⁷³. Como é possível que nas eleições pelo Parlamento Europeu os eleitores não sejam influenciados pelos temas da União Europeia e pelos do Parlamento Europeu? Isto poder-se-ia definir surreal. E como é possível que os cidadãos não entendam que os interesses europeus são também os interesses espanhóis? O que é seguro é que não se podem culpar os cidadãos destas opiniões e da maneira como percebem a União Europeia e o seu funcionamento, senão que os culpados desta perceção errónea parecem ser, em primeiro lugar e principalmente, os Estados-Membros e os seus políticos, pois encontram-se ao nível mais próximo das pessoas, e, em segundo lugar, mas em menor grau, a União Europeia e os comissários pela má gestão dos canais de comunicação com os vários povos da Europa e pela distância que mantêm destes. Além desses dois “culpados”, é intelectualmente honesto incluir neste grupo os meios de comunicação, pois são estes que proporcionam os assuntos sobre os quais o povo deve decidir; são estes que “concentram a atenção sobre determinados assuntos”, deixando de lado outros; e, são estes “os postos avançados da perceção coletiva” (Innerarity 2006: 99-100). É também verdade que estes dados e estas afirmações surgem de um inquérito de nível nacional, ou seja, da opinião dos cidadãos de um só Estado-Membro num conjunto de vinte e oito, e que em outros Estados as coisas poderiam ser diferentes, ou opostas. Contudo, como afirma

⁷² “Pregunta 35: Personalmente, a la hora de decidir su voto (o decidir votar o no votar) en las pasadas elecciones al Parlamento Europeo, ¿qué ha tenido Ud. más en cuenta o qué le ha influido más en su decisión...?” Respostas: “9.9% Los temas relacionados con la Unión Europea y el Parlamento Europeo; 62.9% Los temas relacionados con la situación política actual de España; 19.1% (NO LEER) Ambos temas por igual; 6.1% N.S.; 1.9% N.C.” (CIS, estudio nº3028, 2014: 22)

⁷³ “Pregunta 39: Ahora me gustaría que me dijera, ¿cuál de las siguientes frases expresa mejor sus ideas sobre cómo deben actuar los representantes españoles en el Parlamento Europeo?” Respostas: “75.3% Los/as diputados/as en el Parlamento Europeo deben representar ante todo los intereses de España, con independencia del partido al que pertenezcan; 13.4% Los/as diputados/as en el Parlamento Europeo deben actuar ante todo de acuerdo con los/as diputados/as de su misma ideología de otros países europeos; 9.7% N.S.; 1.7% N.C.” (CIS, estudio nº3028, 2014: 23)

Manuel Castells, “Uma rede, por definição, não tem centro, senão nódulos, de diferentes dimensões e com relações internodulares que são frequentemente assimétricas, mas, em última análise, todos os nodos são necessários para a existência da rede”⁷⁴ (Castells 1998: 11). Com este trabalho evidenciou-se que um nódulo está roto ou danificado, ainda que não seja possível verificar todos os outros, este resultado deveria ser suficiente para conduzir uma análise mais aprofundada e, talvez, para criar um plano de ajuste, reforma e consciencialização.

2.2 – Independentistas e eurocéticos

No aspeto estrutural e político da União Europeia não só existe esta com os seus órgãos, os Estados-Membros e os partidos políticos, mas também dois grupos em particular foram ganhando influência e aficionados a partir do surto da crise económica: os independentistas e os eurocéticos. Ambos, não obstante afastados ideologicamente, são empurrados pela negativa situação económica e política dos Estados europeus, a “distância” da União dos cidadãos e o desencanto de uma população desiludida pelo pioramento das condições de vida, ameaçam, de maneira diferente, a existência da União Europeia. De um lado, os eurocéticos são contrários à formação de um Estado Europeu e a uma união sempre mais estreita entre os membros, defendendo uma absoluta e inviolável soberania e independência do Estado. Superficialmente, poder-se-ia dizer que são aqueles que afirmam que “era melhor antes”. Do outro lado, os independentistas representam as regiões onde as pessoas se sentem por alguma razão, normalmente cultural, linguística ou histórica, diferentes do resto do país em que se encontram e que, por isso, querem tornar-se independentes e criar um novo Estado, independente e soberano a partir do próprio direito à autodeterminação. Estes últimos, ainda que se possa pensar que uma suposta independência só afetaria aos Estados-Nação em que se encontram, são uma ameaça real à União Europeia, uma vez que um dos objetivos da União é o de “continuar o processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa” (Rocha 2013: 18). A independência de uma destas regiões poderia desencadear uma reação em cadeia e provocar uma fragmentação da Europa, transformando o projeto e a organização da União Europeia num verdadeiro puzzle. Nas

⁷⁴ Cf. “Una red, por definición, no tiene centro, sino nodos, de diferentes dimensiones y con relaciones inter-nodales que son frecuentemente asimétricas. Pero, en último término, todos los nodos son necesarios para la existencia de la red”. (Castells, Manuel (1998): “Hacia el Estado red? Globalización económica e instituciones políticas en la era de la información”. Seminário Internacional “Sociedade e a Reforma do Estado”: São Paulo 26-28 Março. Internet. Disponível em http://agenda-egobierno.morelos.gob.mx/CGGD/index_htm_files/Estado%20Red.pdf)

piores das hipóteses, estes poderiam chegar a provocar o fim da União Europeia e inaugurar uma nova idade média feita de pequenas repúblicas independentes.

2.2.1 – Os Eurocéticos

*“A verdadeira dificuldade não está em aceitar idéias novas,
mas em livrar-se das antigas”*
(Maynard Keynes, John apus Melo, Fabiano de Cristo 2006, 191)

As eleições para Parlamento Europeu de 2014 foram marcadas pela ascensão dos partidos definidos, ou autodefinidos, eurocéticos ou nacionalistas. Estes, presentes na maioria dos países-membros da União, conseguiram ampliar o número dos seus votantes e, com isso, o de assentos no Parlamento Europeu. Para entender: na Polónia, o partido *Lei e Justiça* recebeu 31.8% das preferências e 19 bancos na Europa, evidenciando-se como segundo partido nacional; o inglês UKIP (*United Kingdom Independent Party*) chegou ao 26.8% de votos com 24 assentos tornando-se o primeiro partido do seu país; na Dinamarca, o *Danish People Party* afirmou-se como o primeiro partido no seu país com 26.6% dos votos, o que lhe garantiu 4 bancos na Europa; O *Front Nacional* de Marine Le Pen, na França conseguiu 24 bancos, com 25% de votos, tornando-se também no primeiro partido nacional; outro partido que se manifestou como primeiro no seu país foi o *National Independent Party*, na Irlanda, o qual conseguiu 24% das preferências e 3 bancos; na Itália, o *Movimento 5 Stelle* conseguiu 21.16% de votos, afirmando-se como o segundo partido nacional, conseguindo 17 cadeiras na Europa, enquanto o outro partido eurocético italiano, a “Lega Nord”, conseguiu 6,2% de preferências e 5 assentos; o *Partido Libertário de Áustria* tornou-se a terceira força no seu país, ganhando 19.7% dos votos, dobrando o número de assentos no Parlamento Europeu, passando de 2 a 4; o *Movimento para uma Hungria Melhor* marcou a segunda posição no seu país, com 14.7% dos votos e 3 bancos; *Ordem e Justiça*, na Lituânia, recebeu 2 assentos, com 14.3% de preferências nacionais; na Holanda, o *Partido pela Liberdade* conseguiu 4 eurodeputados, com 13.3% das preferências nacionais; na Finlândia, o partido *Verdadeiros Finlandeses* recebeu 12.9% dos votos e 2 cadeiras; *Aurora Dorada*, na Grécia, recebeu 9.4% das preferências e 3 cadeiras na Europa; e o partido *Alternativa para Alemanha* tornou-se a quinta força política do país, com 7% das preferências e 7 bancos⁷⁵ (La Repubblica 2014).

⁷⁵ Para uma comparação, reportam-se aqui os resultados das eleições pelo Parlamento Europeu de 2009 dos diferentes partidos citados: “Lei e Justiça” 24.4%; “UKIP” 16.09%; “Danish People Party” 14.8%; “Front National” 6.3%; “National Independent Party” não presente/não existia; “Movimento 5 Stelle” não presente/não existia; “Lega Nord” 10.2%; “Partido Libertário de Áustria” 12.71%; “Movimento para uma

Estos grupos, considerados em geral eurocéticos, assumiram um papel importante na assembleia europeia com as eleições de 2014, contudo não conseguiram constituir um único grupo político, uma vez que nem todos partilham os mesmos ideais e objetivos. De facto, criaram-se diferentes grupos: os inscritos nos partidos *UKIP*, *Movimento 5 Stelle* e *Ordem e Justiça*, conseguiram, com a afiliação de eurodeputados de outros países (pois que para formar um grupo político europeu se necessita filiar eurodeputados de pelos menos sete países), constituir o partido europeu *Europa da Liberdade e da Democracia Direita* (EFDD), o qual conta 48 eurodeputados de 751; os partidos *Lei e Justiça*, *Danish People Party*, *Verdadeiros Finlandeses* e *Alternativa para Alemanha* juntaram-se ao grupo *Conservadores e Reformistas Europeus* (CRE), o qual, junto com eurodeputados de outros partidos, forma a terceira força no Parlamento Europeu com 70 bancos; enquanto os partidos *Front Nacional*, *Lega Nord*, *Partido Libertário de Áustria*, *Movimento para uma Hungria Melhor*, *Partido pela Liberdade* e *Aurora Dourada*, não conseguiram formar alianças e por isso aparecem no grupo dos *Não Inscritos*, que, juntamente com outros partidos não obrigatoriamente eurocéticos, soma 52 assentos, dos quais 43 pertencem a estes partidos (Parlamento Europeu 2014).

As divisões que separam os partidos eurocéticos conseguem que estes não formem um grupo verdadeiramente forte no interior do Parlamento Europeu, porém a presença destes causa inquietude nos grupos maioritários, uma vez que os resultados das últimas eleições europeias põem em discussão não só os princípios e os valores da União, mas também a sua razão de ser, ameaçando o seu futuro. Em geral, os eurocéticos, seja de direita seja de esquerda, defendem sobretudo, como raízes destes movimentos, a insuperabilidade das diferenças nacionais, culturais, históricas e linguísticas, ou seja, identitárias (Smith 1992: 67). Contudo, cada grupo interpreta as suas prioridades e os seus objetivos de maneira diferente. Por exemplo, os membros do *UKIP* pedem a saída do Reino Unido da União Europeia, que este recupere o controlo sobre a própria legislação, defenda a cultura tradicional e ponha um limite à imigração, inclusive a europeia (Franzi 2014). Todavia há que dizer-se que o Reino Unido não faz parte dos acordos de Schengen e, por isso, não existe livre circulação dentro e fora do país. Por outro lado, Marine Le Pen, líder do *Front Nacional*, não fala de saída da Europa, porém ataca alguns dos grandes resultados da integração, como o Euro e a livre

Hungria Melhor” 14.77%; “Ordem e Justiça” 12.22%; “Partido pela Liberdade” 16,97%; “Verdadeiros Finlandeses” não presente/não existia; “Aurora dourada” não presente/não existia; “Alternativa para Alemanha” não presente/não existia. (Parlamento Europeu «2014»: “Risultati delle elezioni europee 2014 – Risultati per paese 2009”. Europa.eu. Internet. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/it/country-results-at-2009.html>)

circulação de trabalhadores e pessoas, assim como quer que os valores tradicionais franceses sejam defendidos (Franzi 2014) de uma avalanche de imigrantes.

Por vezes, parece que estes líderes se esquecem que os seus países já foram grandes conquistadores e colonialistas e que, desde já séculos, a sua cultura nacional foi cunhada pela chegada de imigrantes dos mais remotos cantos do globo, para não falar, além disso, do enorme movimento de pessoas que se tinha realizado na Europa sobretudo a partir da época do império romano, assim como desde antes. Assim como estes parecem cegos em frente das grandes oportunidades que as conquistas da União Europeia, como a livre circulação, o Euro, a associação dos Estados da Europa e sobretudo a liberação das pessoas do jogo nacional e das intermináveis rivalidades, trouxeram ao continente e às suas gentes.

Para concluir, já que com este trabalho não se pretende fazer uma análise aprofundada do fenómeno “eurocético”, senão discutir os problemas de integração da União Europeia, sendo todavia o euroceticismo uma consequência destes, vale a pena propor uma visão ulterior e diferente desta situação, talvez mais positivista. De facto, a periodista e política italiana Barbara Spinelli entende os eurocéticos como alguém em que “há que esperar”, já que estes representam a raiva dos cidadãos, representam “a distância que há entre os cidadãos e a ideia de Europa, entre os povos e as instituições democráticas, seja nacionais que europeias” (Spinelli 2013: 4). Na sua visão, os eurocéticos representam a oposição ao governo europeu (governo em sentido amplo) que não existe na Europa, pois que nunca existiu um verdadeiro debate, um espaço público de debate, sobretudo com os cidadãos. Na sua opinião, o euroceticismo não é um, senão múltiplos: há a esperança numa Europa mais unida, assim como o desejo de redescobrir os Estados soberanos perdidos; há o que define “ceticismo filosófico autêntico”, o qual é adversário dum Estado-Nação que se crê soberano mas já não o é; também há o “ceticismo falsificado” dos que, utilizando uma metáfora da autora, “na borda do vulcão não dançam, mas dormitam”; há o ceticismo de uma geração de jovens aos quais foi prometida uma União aberta, plural e solidária, porém foram etiquetados como a “geração perdida”; por fim, existe o ceticismo dos que, em nome da identidade, “repelem os estrangeiros e que, se pudessem, os matariam nas águas do Mediterrâneo” (Spinelli 2013: 9-10). O que a autora quer evidenciar é que, não obstante as múltiplas razões que existem para entrar nas filas dos eurocéticos, o que em última análise se pede é uma alternativa, uma mudança, que só poderá surgir a partir da palavra, do debate e da confrontação. Com a presença dos eurocéticos no Parlamento Europeu poder-se-á, talvez, começar uma verdadeira

conversação acerca da Europa, da sua situação atual e dos seus problemas, acerca do que se tem feito até agora e de qual será o melhor caminho a seguir no futuro.

2.2.2 – Os Independentistas

*“Imagine there's no countries
It isn't hard to do
Nothing to kill or die for [...]
Imagine all the people
Living life in peace... [...]
And the world will be as one”
(John Lennon 1971)⁷⁶*

Os movimentos independentistas encontram-se em quase todos os países da Europa e caracterizam-se por reivindicar a independência de uma determinada região ou território respeitante ao Estado em que se encontram, por causas geralmente culturais. Estes reclamam, através de partidos políticos ou de grupos organizados, o próprio direito à autodeterminação, para assim constituir-se num Estado soberano e independente. A existência destes movimentos remonta, pelo menos na maneira em que se conhecem hoje, a finais do século XVIII⁷⁷, quando o Estado, entidade política e geográfica, e a Nação, unidade étnica e cultural, tornaram-se coincidentes. O Estado-Nação, surgido deste encontro, trabalhou durante muitos anos para moldar as diferenças regionais e locais numa identidade estatual comum. Claramente, por causa das muitas guerras que se ergueram ao longo dos anos, não foi tão simples constituir tal identidade, já que muitos territórios foram anexos ou perdidos e o mapa de Europa mudou infinitas vezes de maneira radical. Para dar um exemplo, na zona norte-oeste da Itália, perto da fronteira austríaca, fala-se alemão, e os habitantes dessa zona sentem-se identitária e culturalmente mais austríacos do que italianos. Essa região chama-se hoje em dia *Südtirol*, o que significa Tirol do sul, já que esse território fazia parte da região do Tirol durante a época do império austro-húngaro. Além disso, a geografia de determinados territórios, por causa de vales, montanhas ou rios, atuando como uma verdadeira barreira, impediu, às vezes durante séculos, o intercâmbio cultural, e não só, entre estas zonas e o resto do país ou países, impedindo qualquer contacto com o exterior e, por isso, a conservação de culturas e identidades fortes e dificilmente moldáveis. Este é o caso do País Basco, o qual

⁷⁶ Cf. “Imagine que não exista nenhum país, Não é difícil de fazer, Nada para matar ou morrer [...] Imagine todas as pessoas, Vivendo a vida em paz... [...] E o mundo será como um só”. (John Lennon (1971): *Imagine*. Imagine)

⁷⁷ Infopédia: “Artigos de apoio: Estado-nação”. Internet. Disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$estado-nacao](http://www.infopedia.pt/$estado-nacao) (consultado em 3 de Novembro de 2014)

conseguiu, por causa da geografia do seu território, ficar isolado do resto do mundo durante tanto tempo que, ainda hoje, estudiosos e peritos não conseguem entender as raízes da língua que aí se fala e da cultura que aí existe. De facto, esta região encontra-se tão escondida que nem o império romano, o qual conquistou toda a península ibérica e a quase totalidade da Europa, conseguiu apoderar-se e influenciar essa região.

De todas as maneiras, se até metade do século passado cada país lidava com os próprios independentismos internos de maneira autónoma e diferente cada vez que estes tornavam ao ataque com as suas reivindicações, com o surgimento da União Europeia estes tornaram-se mais organizados e coordenados. De facto, se os meios de comunicação e a internet se tornaram os instrumentos mais importantes nas comunicações internacionais pela sua amplitude e imediatez, estes também se converteram no meio de organização dos grupos independentistas, os quais organizam as suas reivindicações de maneira coordenada, tomando força dos resultados e das reclamações de outros grupos. Por exemplo, o recente referendo sobre a independência de Escócia teve um grande fervor mediático e talvez foi também por influência dele que em Catalunha se realizou uma consulta popular aos limites da legalidade. Além disso, caso este exemplo não seja suficiente para determinar a cumplicidade independentista de várias regiões da Europa, é interessante saber que a maioria destas organizações aderiu ao grupo EFA (*European Free Alliance*), que se autodefine como:

uma organização que reúne 40 partidos nacionalistas⁷⁸ progressivos, regionalistas e autonomistas em toda a União Europeia [...] Este enfoca a sua atividade na promoção de [...] nacionalismo, regionalismo, autonomia e independência. O direito à autodeterminação é uma pedra angular do programa e da ideologia do EFA⁷⁹. (European Free Alliance)

Este grupo, além de estar presente na internet, tem uma representação no Parlamento Europeu desde 2004, já que, nesse ano, foi reconhecido, por este, como partido político europeu (*European Free Alliance*). Como se pode entender, os nacionalismos já não só não são nacionais, senão europeus, mas, coisa que poderia surpreender, europeístas: “O *European*

⁷⁸ A saber: Alands Framtid; Aralar; Autonomie, Liberté, Participation, Écologie (ALPE); Bayernpartei; Bloque Nacionalista Galego (BNG); Chunta Aragonesista (Cha); Die Friesen; Eusko Alkartasuna (EA); Enotna Lista (EL); Esquerra Republicana de Catalunya (ERC); Fryske Nasjonale Partij (FNP); Lausatia Alliance (LA); Lista Za Rijeku; Liga Veneta Repubblica (LVR); Magyar Kereszténydemokrata Szövetség; Mebyon Kernow (MK); Moravané; Mouvement Région Savoie (MRS); Nieuw-Vlaamse Alliantie (N-VA); Omo Ilinden Pirin (Omo); Partido Andalucista (PA); Partit Occitan (PÒc); Plaid Cymru; Partitu di a Nazione Corsa (PNC); Partito Sardo d’Azione (PSd’Az); Federació PSM-Entesa Nacionalista (PSM-Entesa); Rainbow; Ruch Autonomii Slaska (RAS); Slovenska Skupnost (SSK); Scottish National Party (SNP); Südschleswigschen Wählerverbands (SSW); Schleswig Partei (SP); Süd-Tiroler Freiheit; Union Démocratique Bretonne (UDB); Unitat Catalana (UC); Unser Land. (European Free Alliance)

⁷⁹ Cf. “It is an umbrella organisation that gathers 40 progressive nationalist, regionalist and autonomist parties throughout the European Union [...] It focuses its activity on the promotion of [...] nationalism, regionalism, autonomy and independence. The right to self-determination is a cornerstone of the EFA’s program and ideology.” (European Free Alliance: “What’s EFA and history”. Internet. Disponível em <http://www.e-f-a.org/about-us/whats-efa-and-history/> «consultado em 3 de Novembro de 2014»)

Free Alliance é um partido pró-Europeu que apoia os valores da União Europeia”⁸⁰. Esta é, de facto, umas das questões mais controversas e interessantes deste tema: como podem uns grupos independentistas, que querem tornar-se independentes, sobretudo por razões culturais, apoiar uma organização como a União Europeia, que tem entre os seus maiores objetivos o de “continuar o processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa” (Rocha 2013: 18) e que sonha desde as suas origens com a criação dos “Estados Unidos da Europa”? Claramente não há uma resposta simples a este propósito e também não é esta a sede onde debater esta questão, porém parece intelectualmente curioso este dilema.

Não querendo aqui responder a estas perguntas, mas sim formular algumas para a posteridade ou para encaminhar outros trabalhos, sendo aqui o objetivo analisar possíveis repercussões dos movimentos eurocéticos e independentistas, uma imagem parece impactante.

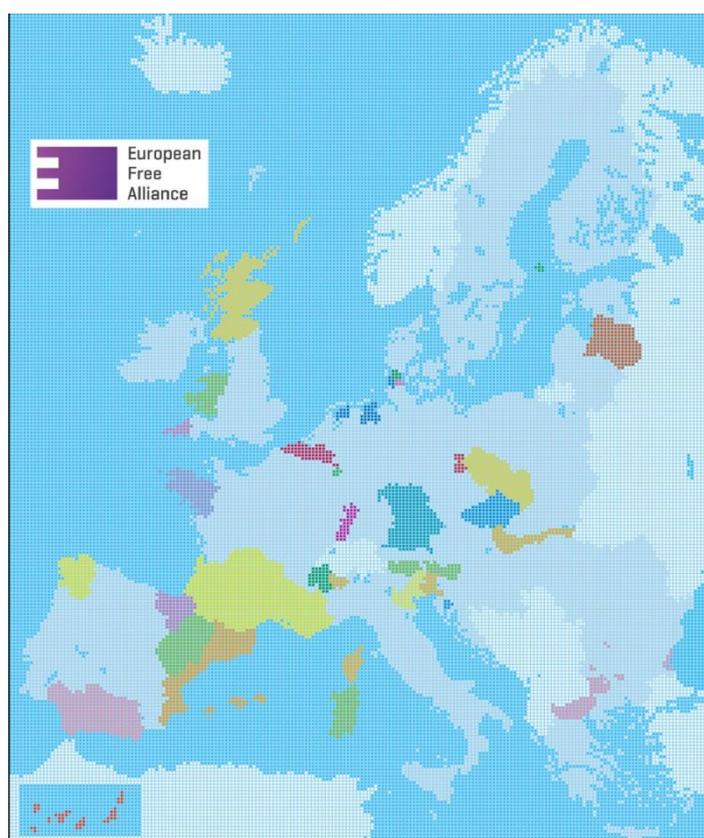


Figura 4: A Europa dos independentismos
(Fonte: European Free Alliance, Member Parties)

A figura 4 mostra todas as regiões inscritas no grupo EFA, que reclamam independência no continente europeu, representando o que seria o continente europeu no caso de todos estes

⁸⁰ Cf. “The European Free Alliance is a pro-European party that endorses the European Union’s values” (European Free Alliance: “What’s EFA and history”. Internet. Disponível em <http://www.e-f-a.org/about-us/whats-efa-and-history/> «consultado em 3 de Novembro de 2014»)

grupos conseguirem o seu objetivo primordial. Para pô-lo em números, se, hoje em dia, a Europa conta 28 países-membros e se os partidos independentistas membros do grupo EFA são 40, no caso em que todos estes cumprissem com os seus desejos de independência e no caso em que, como europeístas, todos entrassem na União Europeia, esta contaria no fim 68 Estados-Membros. Aqui umas perguntas surgem espontâneas: como poderia a União Europeia, que já tem infinitos problemas para gerir 28 Estados-Membros, por causa das múltiplas diferenças (culturais, folclóricas, linguísticas, religiosas, históricas, económicas, legais, sociais, morais, etc.), gerir uma Europa de 68 Estados-Membros? Como poderia a União Europeia definida um “anão político” em diferentes ocasiões e por diferentes personalidades, por causa da difícil organização de 28 governos independentes com interesses e objetivos nem sempre coincidentes, mostrar-se mais forte e unida com a presença de 68 governos independentes? Por fim, uma última pergunta: será, por sua vez, que a independência de todas estas regiões, em lugar de significar uma “liberação” signifique o fim da União Europeia e o começo de uma nova idade média feita de pequenos Estados em perene competição e confronto?

Por certo não é simples encontrar umas respostas ou soluções para estas perguntas, porém é possível fazer mais um razoamento para, talvez, encaminhar uma solução ainda que parcial. Como afirma Anthony D. Smith:

no mundo antigo foi possível ser ateniense, jónico e grego ao mesmo tempo; no mundo medieval de ser bernese [de Bern, em Suíça], suíço e protestante; no moderno terceiro mundo de ser ibo, nigeriano e africano simultaneamente; de maneira similar, uma pessoa poderia sentir-se simultaneamente catalã, espanhol e europeu; também [...] escocês o inglês, britânico e europeu. Mas se a possibilidade de ser intensamente francês ou britânico e intensamente europeu existe, que significa sentir-se e ser europeu?⁸¹ [Itálico do autor] (Smith 1992: 67-68).

Definir o que significa ser europeu parece ser um dos pontos cruciais na construção de uma identidade e na evolução de uma sociedade europeia. Porém, para poder chegar a esta definição será necessário que os diferentes povos da Europa estejam dispostos a entender que as diferenças que os separam não são maiores do que as similitudes que apresentam. Da mesma maneira, estes devem estar dispostos a entender que as suas culturas, tradições e línguas não estão ameaçadas pela construção de uma identidade partilhada superiormente. Em primeiro lugar, dentro de um mesmo Estado cada pessoa lida com diferentes identidades

⁸¹ CF. “In the ancient world it was possible to be Athenian, Ionian and Greek all at the same time; in the medieval world, to be Bernese, Swiss and Protestant; in the modern Third World to be Ibo, Nigerian and African simultaneously. Similarly, one could feel simultaneously Catalan, Spanish and European; even-dare one to say?-Scottish-or-English, British and European. But if the possibility of being intensely French or British *and* intensely European exists, what does it means to feel and be European?”

diariamente: a sua identidade pessoal e singular, quando, por exemplo fala com alguém da sua família; a da sua família ou do seu grupo de amigos, quando fala com uma pessoa de outra família ou com outros amigos fora desse grupo; do seu bairro quando fala com uma pessoa de outro bairro; da sua aldeia quando fala com alguém de outra aldeia; da sua província quando se relaciona com uma pessoa de outra província; da sua região quando se encontra com uma pessoa de outra; da sua nação quando se encontra com um europeu; da europa, quando trata com pessoas de outros continentes; e, por fim, este extrairia a sua identidade de terrestre se um dia se encontrasse com um alienígena. Para dar um exemplo, imaginem-se duas pessoas da mesma cidade que se encontram em Erasmus ou de férias em outro país e que estão tendo uma conversa num bar. Esta mudaria se à mesma se juntasse uma pessoa do mesmo país, porém de outra região. Seguramente, essas duas pessoas ampliariam a própria identidade e o próprio conhecimento do mundo, passando do referente “cidade” ao de “nação” para poder manter uma conversa sobre temas não só locais, pois que o conhecimento do mundo da terceira pessoa não seria suficiente para seguir uma discussão com esse referente identitário local. Da mesma maneira, se a essa conversa se juntasse uma quarta pessoa, do país em que se encontravam, os referentes identitários mudariam novamente para permitir que esse indivíduo se pudesse integrar na conversa, já que o conhecimento do mundo deste último já seria diferente do das três pessoas do mesmo país. Assim como se a mesma conversa se acrescentasse, por fim, um indivíduo de outro continente esta mudaria novamente. Por isso, poder-se-ia afirmar que já dentro de nós possuímos uma identidade europeia; só nos falta reconhecê-la e aceitá-la.

Em segundo lugar, as culturas, as tradições e as línguas estão vivas e, por estarem vivas, estas transformam-se, misturam-se e evoluem, ainda que intentemos com todas nossas forças defendê-las ou protegê-las. Seria tudo mais simples se aceitássemos que a nossa cultura hodierna provém da evolução de uma ou mais culturas antigas que evoluíram, se misturaram e se transformaram até chegar ao que hoje conhecemos e que está evoluindo hoje, também neste preciso momento, e que continuará a evoluir no futuro até chegar a ser muito diferente do que era e do que hoje conhecemos. Claramente aqui não se fala de anos, senão de dezenas de anos, séculos ou milénios. Porém, o que está certo é que a nossa cultura daqui a mil anos será completamente diferente. Por isso, bloquear-se num sentimento de cego apego à cultura contemporânea ou a da geração anterior e intentar criar barreiras culturais, supostamente impermeáveis, só traria incompreensão e violência. Além disso, isso não serviria para cristalizar uma cultura, já que esta continuaria igualmente com a sua evolução. Todavia,

alguém poderia argumentar que, como a cultura e a língua basca se conservaram- por milhares de anos, também seria possível que outra cultura hoje existente se conservasse intacta de igual maneira e que por isso é fundamental protegê-la. Contudo, este argumento parece desmoronar-se quando se pensa que os homens já não se deslocam a cavalo e que já não existem continentes por descobrir. Pelo contrário, hoje em dia existem poucas zonas invioladas no planeta Terra. Pense-se que nem as tribos da selva amazónica, nem as de África estão isoladas do mundo exterior e que essas culturas seculares já estão a ser moldadas por outras modernas. Além disso, com a internet, já parece impossível, pelo menos nos países mais desenvolvidos, como é o caso dos da Europa, ficar fora da influência de diferentes culturas, por vezes tão remotas, que nos influenciam do outro lado do mundo. Em suma, a defesa das diferentes culturas que existem na Europa parece ser uma guerra perdida, estas estão em constante evolução e a sua transformação apresenta-se como inevitável. Contudo, não se quer aqui afirmar que estas tenham que cair no esquecimento, ou que uma pessoa deveria deixar de seguir um determinado referente cultural. O que se quer evidenciar com este discurso é, ao invés, a forte necessidade de uma nova abertura cultural, como as que já aconteceram no passado, como as que trouxeram, para dar uns exemplos, à formação e à queda do Império Romano, à Revolução Francesa, à descoberta do mundo, à Revolução Industrial, ao Iluminismo, ao Renascimento ou a outros grandes eventos que todas as crianças de Europa têm que aprender nos bancos de escola e que nos ensinam de onde vimos, porque entendemos o mundo da maneira que o entendemos hoje e como as nossa culturas existem da maneira que hoje as conhecemos. A formação da União Europeia parece ser comparável a uns destes grandes eventos revolucionários que marcaram um antes e um depois, não só na nossa história, senão também nas nossas culturas, no nosso entendimento do mundo e em todas as áreas do conhecimento e do relacionamento humano.

Por fim, para terminar, utilizando as palavras de Michael Walzer, vale a pena dizer que talvez tenha chegado o momento em que o Estado se separe da nacionalidade, e do nacionalismo, como já se separou da religião depois das guerras inter-religiosas que deram início à modernidade (Michel Walzer *apud* Innerarity 2006: 82).

Capítulo 3 – Coesão e integração social na UE: opiniões dos cidadãos

“Tenemos una Europa, ahora há que crear os europeos”

(Brill, Klaus & Wielíński, T. Bartosz 2012⁸²)

Depois ter viajado pela história da União Europeia e ter analisado as medidas e as áreas de maior interesse pela promoção de uma integração social comunitária, no primeiro capítulo, e ter investigado a posição dos Estados-Membros e dos movimentos eurocéticos e independentistas, no segundo, neste terceiro capítulo investigam-se as opiniões dos cidadãos europeus. Com este propósito, em colaboração com o *Centro de Estudios Europeos da Universidad de Valladolid*, interrogaram-se, através de inquérito⁸³, cidadãos portugueses, italianos e espanhóis, sobre alguns dos temas até aqui tratados. O inquérito, composto por 52 perguntas e 336 respostas, 112 por cada país, focava-se em três macrotemas: o conhecimento de projetos e programas desenvolvidos nos últimos anos pela UE, assim como de plataformas de contacto e informação (perguntas 7 – 18); opiniões acerca da relação União – Cidadãos – Nação (perguntas 19 – 42), dentro da qual se analisam as opiniões dos cidadãos acerca da situação social na Europa e o grau de informação destes acerca das temáticas europeias, da crise e das suas consequências, dos grupos eurocéticos, dos partidos políticos europeus e do desempenho dos Estados-Membros acerca dos objetivos da União; e, por fim, umas perguntas que visavam o futuro e a possibilidade de promover medidas próximas dos cidadãos e que estimulem um maior sentimento de pertença à Comunidade (perguntas 43 – 52).

O objetivo geral do inquérito era o de verificar algumas das afirmações feitas ao longo deste trabalho, conhecer a opinião e os sentimentos dos cidadãos acerca de alguns dos temas apresentados até aqui e verificar o conhecimento destes sobre alguns projetos e programas promovidos pela UE. Pode-se desde já afirmar que os resultados foram ao encontro das expectativas do investigador. Em geral, as respostas marcam tendências bem definidas e com resultados percentuais muito indicativos. De todas maneiras, há que afirmar que algumas perguntas manifestaram opiniões diferentes das esperadas ou, pelo menos, mais moderadas.

⁸² Cf. “Tenemos una Europa, ahora hay que crear a los europeos”. (Brill, Klaus & Wielíński, T. Bartosz (2012): “Tenemos una Europa, ahora hay que crear a los europeos”. El País. Internet. Disponível em http://internacional.elpais.com/internacional/2012/10/16/actualidad/1350409944_917947.html)

⁸³ Perguntas e respostas com percentagens em anexo. Note-se que a soma total das percentagens das perguntas pode variar entre 1 e -1, devido a arredondamento.

Agora, antes de entrar no coração da investigação, vale a pena definir o tipo de metodologia utilizada para o desenvolvimento do inquérito.

3.1 – Metodologia⁸⁴

A investigação realizada para os fins deste trabalho foi desenvolvida a partir de um inquérito desenvolvido em colaboração com o *Centro de Estudios Europeos*, da Universidade de Valladolid, Espanha. O inquérito, composto de 52 perguntas fechadas, pretende investigar as opiniões, as crenças e o conhecimento de cidadãos portugueses, espanhóis e italianos sobre a União Europeia. Mais especificadamente, o questionário quer verificar o conhecimento destes acerca de algumas medidas promovidas pela UE, verificar algumas das afirmações feitas ao longo da primeira parte deste trabalho (capítulos 1 e 2), averiguar a opinião dos cidadãos acerca de temas relacionados com a integração social europeia e aferir o sentimento dos inquiridos acerca do futuro da Europa. Com este fim, com divulgação pela internet, o inquérito obteve 336 respostas totais, 112 em cada país.

O método de investigação utilizado foi principalmente quantitativo, ou seja, de um ponto de vista ontológico, investigou-se uma realidade objetiva e singular, independente de juízos de valor e do investigador; de um ponto de vista metodológico, utilizou-se um processo dedutivo e experimental, assente no positivismo lógico. O estudo é de cariz exploratório-explanatório, ou seja, exploratório porque investigou-se uma realidade deficientemente estudada, e explanatório porque, através dos resultados da investigação, procuram-se explicar as forças que originam o fenómeno. Os resultados obtidos foram utilizados para verificar as hipóteses mediante recolha e análise de dados numéricos (percentuais). Estas são: o sucesso da integração social é impedido pelos Estados-Membros, os quais, para não perder legitimidade frente à própria criação, não se esforçam por promover um ideal e uma identidade comum; as medidas promovidas pela União não mostram resultados importantes e os meios a disposição desta não se apresentam como suficientes para a promoção da integração social; o não conseguimento do objetivo da integração social na Europa poderia levar ao fim da União europeia e ao regresso às tensões entre Estados; a comunicação será o instrumento mais adequado para a promoção de uma integração social europeia e de uma identidade comum.

⁸⁴ Esta parte foi elaborada com a ajuda do manual de metodologia: Sousa, Maria José & Baptista, Cristina Sales (2011): *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios – segundo bolonha*. 3ª edição. Lisboa: LIDEL

Os dados recolhidos ao longo da investigação foram de tipo primário, no que diz respeito ao inquérito, e de tipo secundário, através da investigação de fontes documentais, no que concerne à primeira parte do trabalho (capítulos 1 e 2). Os dados primários surgiram de uma amostra em parte casual, feita por *clusters* (trabalhadores da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; trabalhadores da Universidade de Bolonha; trabalhadores da Universidade de Valladolid; e utilizadores de redes sociais), e em parte não casual, feita por conveniência (amigos, familiares e conhecidos).

Os dados recolhidos a partir do inquérito podem ser caracterizados como válidos, pois apresentam-se em linha com dados de outros inquéritos analisados ao longo deste trabalho (Eurobarómetro; CIS - Centro de Investigaciones Sociológicas), e relevantes, pois os resultados são relevantes relativamente aos objectivos desta investigação. Os dados totais da investigação são apresentados ao longo deste terceiro capítulo através de figuras e gráficos descritivos e explicativos, enquanto os dados nacionais são representados, juntos aos totais, numa tabela, disponível nos anexos.

3.2 – Análise dos resultados

3.2.1 Caracterização da amostra

As primeiras seis perguntas do inquérito estão endereçadas à caracterização dos entrevistados.

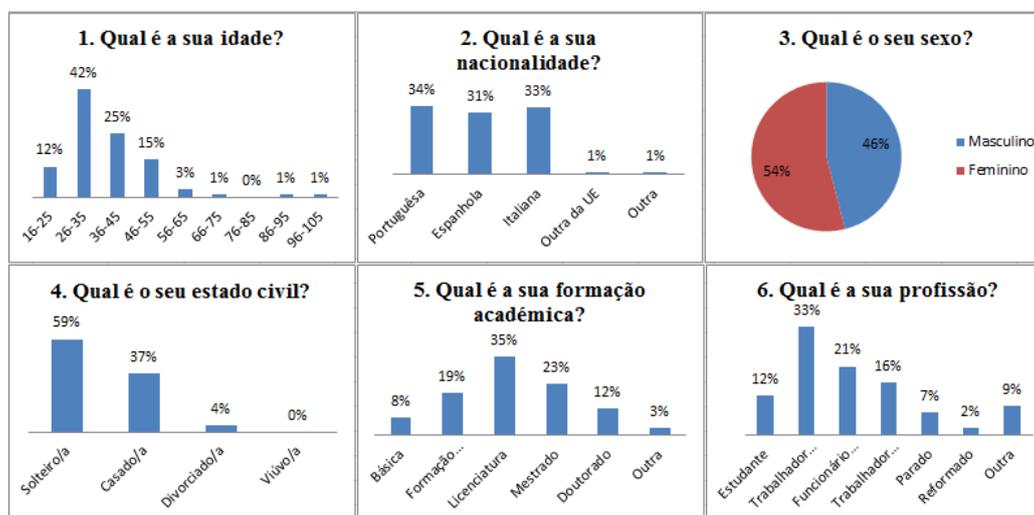


Figura 5: Caracterização da amostra (perguntas 1 a 6)

A partir da análise dos gráficos da figura 5, pode-se evidenciar que a maioria dos respondentes totais tem uma idade entre 26-35 anos (42%), 25% tem uma idade entre 36-45, 15% entre 46-55 e 12% entre 16-25. No plano interno aos Estados⁸⁵, enquanto em Espanha e Itália a maioria dos entrevistados tem entre 26-35 anos (41% e 59% respetivamente), em Portugal a maioria tem entre 36-45 (31%) e 20% tem entre 46-55 anos (7% em Itália e 17% em Espanha). Assim, quanto à nacionalidade, da qual resulta que 34% dos respondentes são portugueses, 31% espanhóis, 33% italianos. Quanto ao género, a maioria das pessoas entrevistadas são mulheres (54%), sendo que 59% dos inquiridos são solteiros e 37% casados. No que concerne às habilitações literárias, as respostas à pergunta 5 indicam que a maioria das pessoas que responderam ao inquérito são licenciadas (35%) ou com mestrado (23%), enquanto 19% têm uma formação profissional e 12% são doutores. Os resultados nacionais relativos a esta questão sugerem que o nível de educação dos portugueses que responderam ao inquérito é mais elevado relativamente aos espanhóis e italianos, já que 26% dos inquiridos portugueses têm doutoramento (4% em Itália e 6% em Espanha), enquanto 27% em Itália e 28% em Espanha têm formação profissional (4% em Portugal). Por fim, no que respeita à profissão dos inquiridos, a maioria afirmou ser trabalhador dependente (33%), funcionários públicos (21%), trabalhadores independentes (16%) e estudantes (12%). Ao nível do plano nacional, evidencia-se que a maioria dos portugueses inquiridos são funcionários públicos (41%) e trabalhadores dependentes (17%); a maioria dos italianos são, ao invés, trabalhadores dependentes (45%) e independentes (21%); já em Espanha, a maioria são trabalhadores dependentes (37%) e funcionários públicos (20%).

3.2.2 – O conhecimento dos cidadãos sobre a UE

A primeira parte do inquérito, depois das clássicas perguntas de caracterização do público-alvo, compõe-se de 12 perguntas (7 – 18) que querem investigar o nível de conhecimento dos cidadãos acerca de alguns programas e projetos promovidos pela União Europeia ao longo dos últimos anos e que, supostamente, deviam ter tido um enorme impacto sobre a população europeia, já que tratam sobretudo temas culturais e eventos dirigidos aos cidadãos. Além disso, neste primeiro “pacote de perguntas”, queria-se verificar o conhecimento dos cidadãos sobre os mais importantes instrumentos de informação da União

⁸⁵ Os gráficos apresentados nesta parte só tratam os resultados totais da investigação. Para verificar as percentagens nacionais ver “Resultados do inquérito” em anexo.

Europeia, ou seja, daqueles instrumentos que os cidadãos têm à disposição para esclarecer qualquer dúvida sobre os seus direitos e deveres como cidadãos europeus e onde estes podem encontrar toda a informação acerca da UE, seja de nível básico (trabalhar e viver em outro país, ir com o próprio carro a outro país, o que é a União Europeia e como funciona, etc.), seja de tipo académico ou profissional (tratados, protocolos, programas, projetos, etc.).

As primeiras 5 perguntas, de 7 a 11, perguntavam aos cidadãos se estes conheciam ou se já tinham ouvido falar de determinados programas e projetos, como o “Novo Pacto para a Europa”, “Agenda Europeia para a Cultura”, “Programa Europeu para os Cidadãos”, “Programa Cultura 2007/13” e “Ano Europeu do Cidadãos”. Como se pode entender, estes programas e projetos têm um carácter principalmente cultural e são explicitamente endereçados aos cidadãos, e, por isso, esperar-se-ia que estes tivessem pelo menos ouvido falar da existência deles alguma vez. Contudo, como se mostra na Figura 6, os resultados do inquérito manifestam um desconhecimento geral.

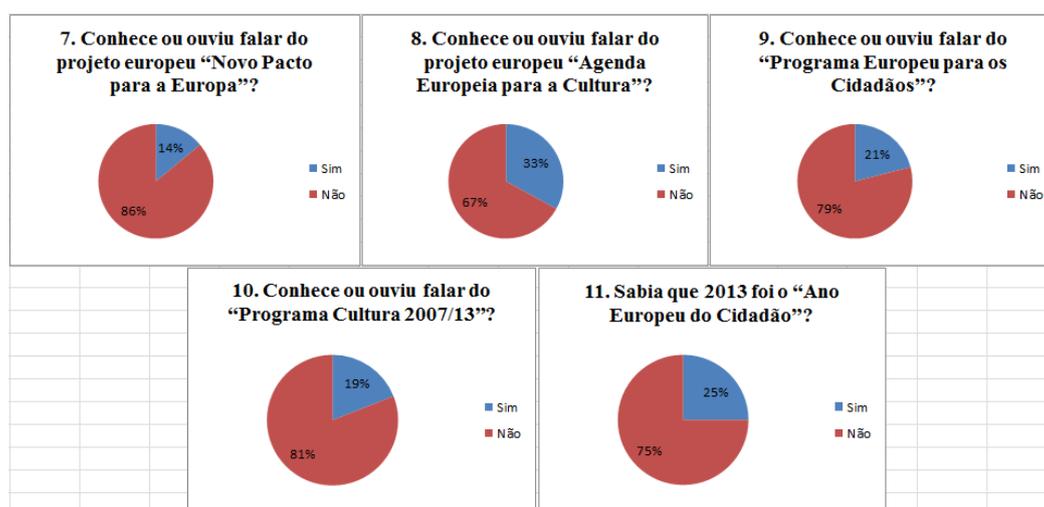


Figura 6: Conhecimento de programas e projetos Europeus (perguntas 7 – 11)

Efetivamente, 86% dos entrevistados respondeu que não conhece nem ouviu falar do projeto “Novo Pacto para a Europa”, assim como 67% não conhece nem ouviu falar da “Agenda Europeia pela Cultura”, 79% não conhece a existência do “Programa Europeu pela Cultura”, 81% não sabe que durante 5 anos a União Europeia desenvolveu o “Programa Cultura 2007/13” e, por fim, 75% não sabe que 2013 foi o “Ano Europeu dos Cidadãos”. No que concerne à análise ao nível nacional, pode evidenciar-se que, em geral, os Portugueses, talvez devido ao maior nível académico dos inquiridos, têm um maior conhecimento destes programas e projetos. Já nas respostas dos Italianos e Espanhóis, existem em alguns casos

diferenças muito significativas. Por exemplo, na pergunta 8, acerca da “Agenda Europeia para a Cultura”, a diferença percentual entre as respostas de portugueses e espanhóis é de 40 pontos (42% dos portugueses e 82% de espanhóis responderam “Não” à pergunta 8). Na pergunta 11 (Sabia que 2013 foi o “Ano Europeu do Cidadão?”), a diferença entre os respondentes portugueses respeito aos italianos e espanhóis é de quase 30 pontos percentuais, sendo que 58% dos portugueses não sabiam que 2013 foi o “Ano Europeu dos Cidadãos”, enquanto a percentagem de italianos e espanhóis que não o sabiam foi, para ambos, de 84%.

As perguntas de 12 a 18 queriam investigar o conhecimento e o uso dos instrumentos e centros de informação europeus. Com esse objetivo, a pergunta 12 mirava investigar se o respondente “conhece ou ouviu falar do *site* da UE «europa.eu»”; já as perguntas de 13 a 15 queriam investigar, em caso de resposta positiva à pergunta 12, com que frequência isto é utilizado (pergunta 13), se sempre se encontra o que se procura (pergunta 14) e se os utilizadores acham que seja um instrumento simples de utilizar (pergunta 15). Da mesma maneira, as perguntas de 16 a 18 queriam analisar se os inquiridos conhecem os centros de informação europeia “Europe Direct” (pergunta 16), quanto os utilizam (pergunta 17) e se sempre encontram a informação pesquisada (pergunta 18). Também neste caso os resultados são significativos.

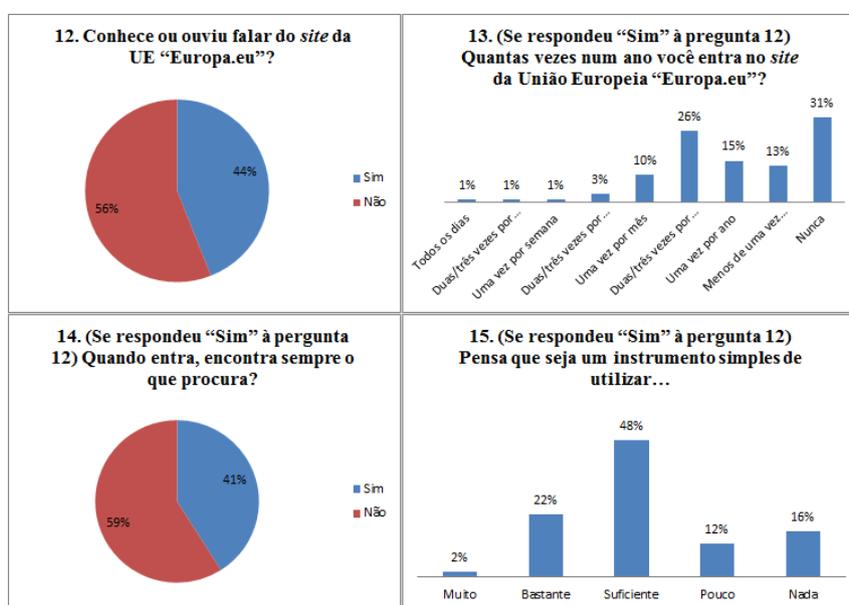


Figura 7: Conhecimento, uso e funcionamento do *sítio* da UE “europa.eu” (perguntas 12 – 15)

Pelo evidenciado na Figura 7 e começando pela pergunta 12 (Conhece ou ouviu falar do *site* da UE “europa.eu?”), nota-se que 56% do total dos inquiridos respondeu que não

conhece, nem ouviu falar do sítio da União “europa.eu”. Dos que responderam afirmativamente, 31% não utiliza “nunca” este sítio, 26% visita-o “duas/três vezes por ano”; 15% “uma vez por ano”; 13% “menos de uma vez por ano”; e, 10% “uma vez por mês” (Pergunta 13 - «Se respondeu “Sim” à pergunta 12» Quantas vezes num ano você entra no *site* da União Europeia “europa.eu”?). Na pergunta 14 («Se respondeu “Sim” à pergunta 12» Quando entra, encontra sempre o que procura?) evidencia-se que 59% dos que responderam positivamente à pergunta 12, afirmaram que nem sempre encontram o que procuram no sítio da UE, ainda que 48% destes pensem que o sítio “europa.eu” é suficientemente fácil de utilizar; 22% acham “bastante” fácil; 16% que não é nada fácil e, por fim, 12% pensam que é “pouco” fácil de utilizar (pergunta 15 - «Se respondeu “Sim” à pergunta 12» Pensa que seja um instrumento simples de utilizar?). No que concerne aos resultados nacionais, encontram-se algumas diferenças entre os países. Novamente, são os portugueses os que mais conhecem o sítio da UE, só com 44% de respostas negativas, enquanto 52% de italianos e 72% de espanhóis não o conhecem. No que respeita à frequência de utilização do sítio, a maioria dos portugueses (34%) respondeu que o usa “duas/três vezes por ano”, enquanto a maioria de italianos (33%) e espanhóis (50%) não o utiliza nunca. Outra diferença encontra-se na pergunta 14 («Se respondeu “Sim” à pergunta 12» Quando entra, encontra sempre o que procura?), à qual 52% de portugueses responderam que sempre encontram o que procuram, porém quase 70% dos italianos e dos espanhóis responderam que não. Na pergunta 15 («Se respondeu “Sim” à pergunta 12» Pensa que seja um instrumento simples de utilizar?) mostrou-se que a maioria dos entrevistados dos três países acha que o sítio da EU não é um instrumento suficientemente simples de utilizar.

Passando agora às perguntas sobre os centros “Europe Direct” (16 – 18), nota-se que as respostas são muito mais unívocas e muito mais radicais.

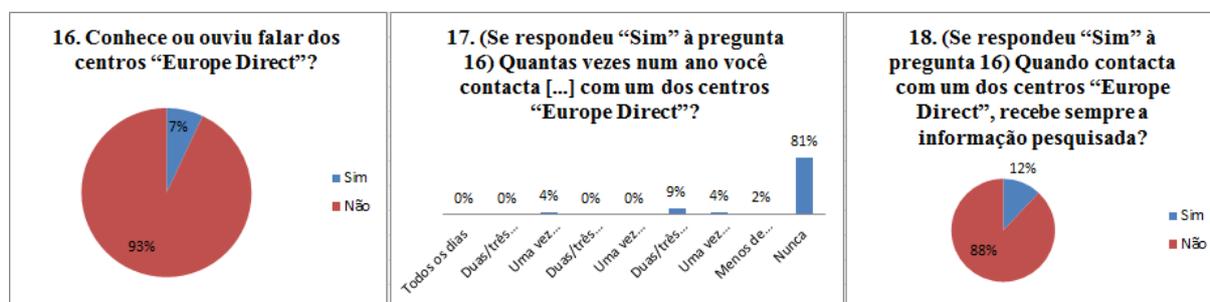


Figura 8: Conhecimento, uso e funcionamento dos centros “Europe Direct” (perguntas 16 – 18)

Efetivamente, como se evidencia na Figura 8, quase a totalidade dos inquiridos (93%) afirma não conhecer, nem ter ouvido falar destes centros⁸⁶, 81% dos que responderam afirmativamente à pergunta 16 afirma que não contacta nunca com estes centros e 88% respondeu que quando contactam com estes não recebem a informação pesquisada. No plano nacional, a única diferença relevante encontra-se na pergunta 18 («Se respondeu “Sim” à pergunta 16» Quando contacta com um dos centros “Europe Direct”, recebe sempre a informação pesquisada?), à qual 69% dos inquiridos portugueses afirmam não conseguir a informação pesquisada, assim como 100% dos italianos e 94% dos espanhóis, marcando uma diferença de cerca 30 pontos percentuais.

Destas primeiras perguntas, entende-se com clareza a falta de comunicação da União com os seus cidadãos, assim como se evidencia a pobre política de marketing da União quando se trata de publicitar programas e projetos destinados aos cidadãos e que tratam dos cidadãos. Além disso, estas respostas, comparadas com as características do público-alvo, exaltam o maior conhecimento destes programas e projetos por um público mais instruído, como é o caso dos inquiridos portugueses (26% de doutorados), porém os cidadãos menos instruídos não chegam a ter o mesmo conhecimento. Isto poder-se-ia entender como que as universidades estimulam uma relação e um conhecimento entre cidadãos e União muito maior do que se consegue no mundo do trabalho ou através dos meios de comunicação tradicionais. Por isso, pode-se afirmar que as universidades são os melhores aliados da União Europeia no momento de promover as suas “atividades” que interessam aos cidadãos, porém falta trabalhar sobre as vias de comunicação que chegam ao público não académico. Talvez reforçar estes laços signifique promover, pelo menos em parte, um sentimento de pertença à comunidade.

3.2.3 – União–Cidadãos–Nação

“o entusiasmo europeísta não renascerá, se a UE não mudar radicalmente a sua forma de se relacionar com os Estados-membros e com os seus cidadãos.”

(Leonard, Mark & Torreblanca, José Ignacio 2013)

O segundo macrotema do inquérito proposto trata de vários assuntos que têm a ver com a relação União-Cidadãos; Cidadãos-Nação; e União-Nação. Nesta parte abordam-se

⁸⁶ Note-se que os centros de informação europeia “Europe Direct” são muito numerosos. Segundo o sítio da UE “europa.eu”, existem 19 centros em Portugal, 47 em Espanha e 52 em Itália. (União Europeia: http://europa.eu/europedirect/meet_us/index_pt.htm)

argumentos como a crise, os partidos políticos, a comunicação entre União e Cidadãos, os sentimentos dos cidadãos acerca da União, etc. Esta segunda parte é composta por 25 perguntas, da 19 à 43 no inquérito. Em geral, as respostas a estas questões estão em linha com as expectativas do investigador e na maioria dos casos marcam tendências bem definidas e concretas. Passamos agora a analisar as respostas.

A primeira pergunta desta segunda parte (Pergunta 19 - Crê que a crise europeia é também uma crise social?) mostra que 94% dos inquiridos acha que “sim”, que a crise europeia é também uma crise social. As diferenças nacionais não são representativas, já que nos três países se tem a mesma opinião. Como foi dito na parte inicial deste trabalho, crê-se que os problemas sociais da União são mais históricos e que o surto da crise económica fez com que estes assumissem uma importância maior, falando-se hoje em dia de crise. Em confirmação a esta afirmação, vale a pena antecipar o resultado das respostas à pergunta 26 (Na sua opinião, ao longo do processo de unificação europeia, o aspeto humano foi tratado...). A maioria dos inquiridos opina que o aspeto humano ao longo da evolução europeia foi tratado “pouco” (58%), 23% acha que foi tratado suficientemente e 13% afirma que não foi “nada” tratado. A suma dos que pensam que os assuntos sociais foram tratados “pouco” ou “nada” é de 71%, mostrando uma clara insatisfação da população com as medidas sociais desenvolvidas ao longo dos anos e com a escassa participação destes no processo de decisão. A ver estes resultados, há que dizer que, como estamos numa crise social europeia, o esforço da União em direção à sociedade deverá ser maior do que nunca no futuro e que as “atividades” promovidas por esta deverão ser de maior impacto sobre a população, sempre que se queira que estes se sintam parte da comunidade e que a União Europeia seja completamente legitimada e aceite. Uma das soluções possíveis seria a de promover uma maior participação dos cidadãos na vida política da União, além da votação para o Parlamento Europeu a cada cinco anos, e a instituição de um espaço público de debate europeu. De facto, como comprova a Figura 9, a pergunta 27 (Crê que a pequena participação dos cidadãos na vida política da União tem uma influência direta sobre o interesse destes sobre as temáticas europeias?) evidencia que 64% dos respondentes crê que uma maior participação significaria um maior interesse. De qualquer forma, destaca-se que as respostas nacionais a esta pergunta são diferentes nos diferentes países. De facto, enquanto a maioria dos inquiridos portugueses e italianos responderam “sim” a esta questão, ainda que com intensidade diferente (63% de portugueses e 89% de italianos), a maioria dos inquiridos espanhóis (59%) responderam “não” a esta pergunta. As razões desta diferença deveriam ser estudadas mais a fundo, já que

não são de simples interpretação e entendimento. Talvez os espanhóis pensem que já não há esperança e que uma maior participação não significaria um maior apego, ao mesmo tempo pode pensar-se que os espanhóis não estão interessados na União em primeiro lugar e que, por isso, não estão interessados em participar. Outra hipótese surge nas respostas à pergunta 33 (Crê que os cidadãos participam na construção da UE diariamente?), uma vez que 86% dos inquiridos pensam que não participam diariamente na construção da União. Note-se que são os espanhóis os que pensam com mais convicção que não participam (91% contra 79% de portugueses e 88% de italianos). Outra pergunta interessante para explicar o desencanto dos espanhóis, aparentemente não interessados em participar mais na construção europeia, é a 34 (Na sua opinião, existe um espaço público de debate na Europa?), à qual 87% dos inquiridos respondeu que “não” existe um espaço público de debate na Europa. Como afirma Daniel Innerarity: “Sem espaço público em sentido estrito, o poder é entendido como dominação, o estado [neste caso a União Europeia] como instância das regulações sociais e a opinião pública como lugar das manipulações dos meios de comunicação social” (Innerarity 2006: 15). Antecipando os resultados de mais uma pergunta, a 35 (Na sua opinião, em que medida os partidos políticos contribuem para a estimulação dum debate político europeu?), apresentados na Figura 9, nota-se que os cidadãos pensam que os partidos políticos contribuem “pouco” (58%) ou “nada” (23%) para a estimulação de um debate político europeu e, com isso, para a criação de um espaço público de debate. Destaca-se destas respostas que menos de 20% acha que se esteja fazendo “suficiente” (13%), “bastante” (5%) ou “muito” (1%) para começar este debate. Note-se que um dos fundamentos da democracia é o debate e a livre troca de opiniões, assim como a participação cidadã, coisas que, segundo os resultados deste inquérito, são quase inexistentes na Europa, ou pelo menos, assim é percebido pelos cidadãos portugueses, espanhóis e italianos inquiridos.

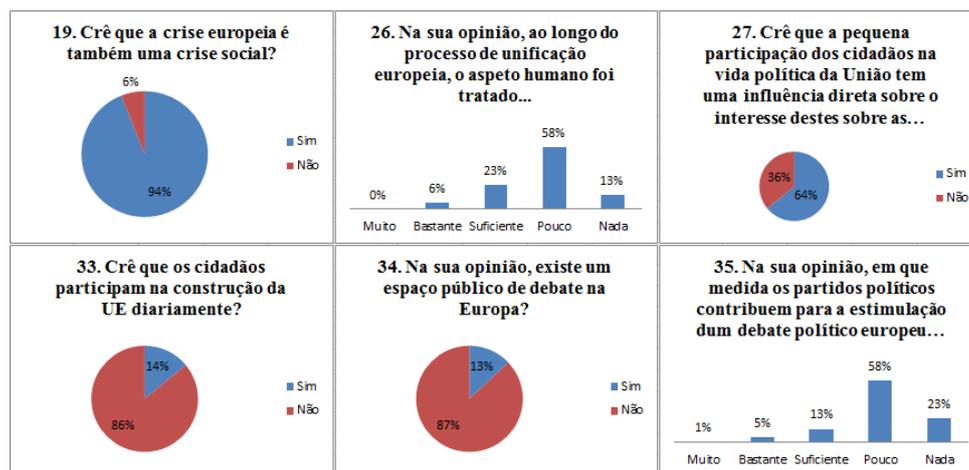


Figura 9: Crise social; aspeto humano da União; participação cidadã; espaço público de debate; partidos políticos (Perguntas 19, 26 – 27, 33 – 35)

Voltando agora ao princípio, com a pergunta 20 (“Você sente-se parte da UE...”), evidencia-se que a maioria dos inquiridos (32%) sente-se “pouco” parte da União, 30% “suficiente” e 23% “bastante”. Contudo, como se mostrou anteriormente, a investigação do CIS (Centro de Investigação Sociológica de Espanha) evidencia que os espanhóis sentem-se muito mais parte da cidade, comunidade, e nação donde vivem e da humanidade no seu conjunto, do que da União Europeia (CIS, estudo nº3028, 2014: 5). Por isso, pode-se imaginar que, se esta pergunta tratasse da nação em lugar da União, a maioria das respostas teriam sido certamente “muito” e “bastante”, em lugar de “suficiente” e “pouco”. Em suma, não obstante estes dados pareçam positivos, antes de celebrar, dever-se-ia analisar mais a fundo o significado destes.

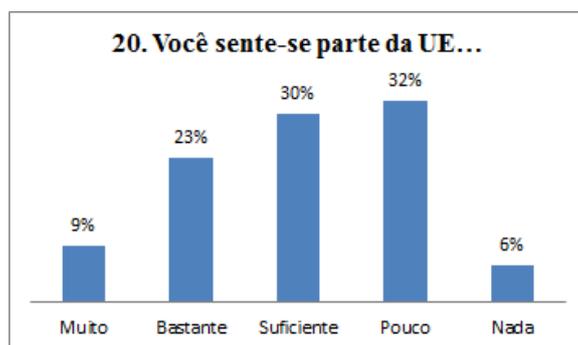


Gráfico 1: Pergunta 20 – Você sente-se parte da EU...

A pergunta 21 (Crê que existe o povo da União Europeia?) não deixa lugar a dúvidas. Efetivamente, como se esclarece na Figura 10, 70% dos respondentes afirmou que “não”, que não existe o povo europeu. O que se evidencia aqui é a diferença de tendência entre os

inquiridos portugueses e italianos, de um lado, e espanhóis, de outro. De facto, os primeiros são ligeiramente mais positivos (com 35% de respostas afirmativas) do que os segundos (20%). De todas as maneiras, é evidente que os europeus não se sentem, nem veem como um povo. Além disso, antecipando as respostas à pergunta 42 (Crê que as medidas promovidas pela UE são suficientes para criar um verdadeiro povo europeu?), também presentes na Figura 10, evidencia-se a falta de esperança dos cidadãos acerca do presente, pois que 94% dos respondentes não acham que as medidas promovidas pela União sejam suficientes. Com isso assume-se que sem ideias novas e inspiradoras e sem um esforço muito maior do que o atual, não será possível criar um povo europeu. A prova disso são as respostas à pergunta 43 («Se respondeu “Sim” à pergunta 42» A UE devia promover mais medidas que favorecessem a integração social entre os povos da Europa?), nas quais se manifesta que a vontade dos cidadão é a favor da promoção de medidas que favorecessem a integração social europeia (95%). Não obstante o dito neste parágrafo, os cidadãos europeus parecem bastantes mais positivos a respeito do futuro. De facto, 45% dos entrevistados respondeu afirmativamente à pergunta 52 (Crê que será possível criar um povo europeu unido no futuro próximo?). Porém a maioria dos cidadãos inquiridos pensa que não será possível criar um povo unido no futuro, já que o intervalo entre respostas positivas e negativas é muito menor do que as anteriores, deixando uma luz de esperança pelo projeto europeu. Recorde-se que sem um povo unido é muito difícil criar um Estado.

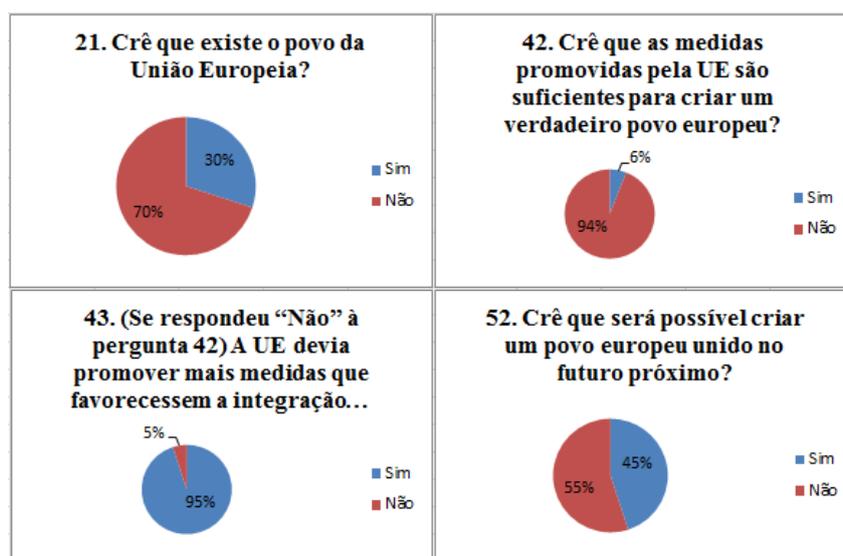


Figura 10: Povo europeu: existe? Há medidas suficientes? Necessita-se promover mais? Será possível cria-lo no futuro? (perguntas 21, 42 – 43, 52)

Em relação com a pergunta anterior e como se pode comprovar no Gráfico 2, as respostas à pergunta 22 (Crê que as pessoas se sentem mais...) mostram que a amostra inquirida sente-se mais ligada à Europa como continente (46%) do que à União Europeia (16%), enquanto 38% não se sente relacionado com nenhuma das duas.

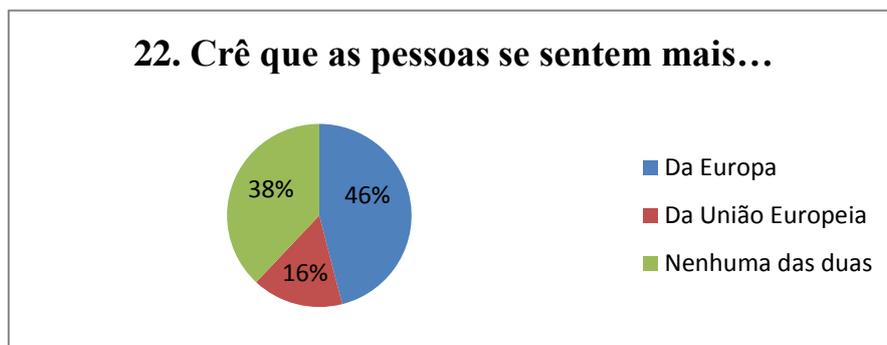


Gráfico 2: Pergunta 22 – Crê que as pessoas se sentem mais...

Isto pode ser devido a diferentes razões, entre as quais a falta de comunicação da União, evidente nas respostas às perguntas 28, 29 e 30 (analisadas mais à frente), a grande tecnicidade desta instituição e a forte austeridade imposta por esta, sobretudo aos países mais endividados, como no caso de Espanha, Itália e Portugal. Além disso, as respostas a outras perguntas deste inquérito podem dar ulteriores razões, como no caso da pergunta 23, os quais resultados aparecem visualmente evidentes no Gráfico 3.



Gráfico 3: Pergunta 23 – Na sua opinião, os cidadãos europeus percebem-se...

Nesta pergunta (Na sua opinião, os cidadãos europeus percebem-se...) a amostra declarou fortemente que ainda prevalece o sentimento nacional (95%), antes do de pertença á comunidade, chegando-se também a manifestar um claro 100% de respostas em esta direção dos inquiridos italianos. Este resultado diz muito sobre as diferentes afirmações feitas até agora, assim como proporciona uma resposta a muitas perguntas feitas até aqui. De facto,

como se pode falar de uma comunidade europeia, quando a quase totalidade dos seus cidadãos não se percebem como uma comunidade, mas sim em fações? Como pode surgir um sentimento de pertença e desenvolver-se uma integração social total e profunda se ainda não se conseguiu libertar os cidadãos do jugo nacional?

A pergunta 24 (Na sua opinião, existe uma «solidariedade de facto» entre os europeus?) invoca as palavras de um dos “padres fundadores” da União - Robert Schumann. De facto, este afirmava, na sua declaração de 1950, que teria sido fundamental e, por isso, um objetivo da União o de conseguir uma “solidariedade de facto” (Schumann 1950) entre os cidadãos europeus. O inquérito aqui analisado, mostra que, pelo menos na opinião dos cidadãos inquiridos, este objetivo ainda não foi cumprido. Efetivamente, como reitera a Figura 11, 76% dos entrevistados respondeu “não” a esta pergunta. É logico que, se os cidadãos não se sentem como um povo (pergunta 21), não existe uma “solidariedade de facto”. Todavia, como visto acima, talvez haja alguma esperança no futuro de cumprir este objetivo. A pergunta 39 (Crê que os Estados-Membros se empenham o suficiente para favorecer o cumprimento dos objetivos da União Europeia?) é também acerca dos objetivos da União. Nesta, todavia, não se pede aos cidadãos se estes têm sido cumpridos, senão se os Estados da União fazem o suficiente para que sejam cumpridos. As respostas, explicitadas na Figura 11 abaixo, mostram que quase 80% (79%) creem que estes não fazem o suficiente. Por isso se entende que, para que os objetivos da União se cumpram, necessitar-se-á um esforço conjunto seja da União, melhorando os seus meios de comunicação e o alcance dos seus projetos e programas; como dos Estados, empenhando-se mais em apoiar a União no cumprimento dos seus objetivos; e, dos cidadãos, os quais devem suportar e interessar-se mais pelo projeto europeu, empenhar-se por propor iniciativas que favoreçam a integração social e defender o próprio direito a participar na evolução e na construção de uma União unida e solidária.

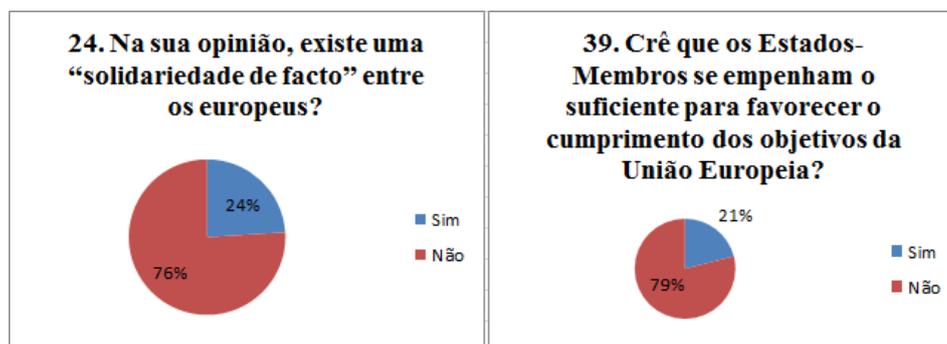


Figura 11: Existe uma “solidariedade de facto”? Os Estados-Membros se empenham o suficiente para cumprir os objetivos da União? (perguntas 24, 39)

Na pergunta 25 muda-se de tema, perguntando aos cidadãos se estes se sentem de alguma maneira atacados cultural e/ou linguisticamente pelas outras línguas e culturas da União. As respostas, graficamente evidenciadas no Gráfico 4, evidenciam que em geral estes não se sentem de alguma maneira atacados (56%), ainda que 19% se sentem atacados cultural e linguisticamente, 17% linguisticamente e só 8% culturalmente. Deste resultado evidencia-se que 24% dos inquiridos espanhóis se sente atacado linguisticamente (11% dos portugueses e 15% dos italianos) e que 11% dos inquiridos italianos se sentem atacados culturalmente (5% dos portugueses e 7% dos espanhóis).

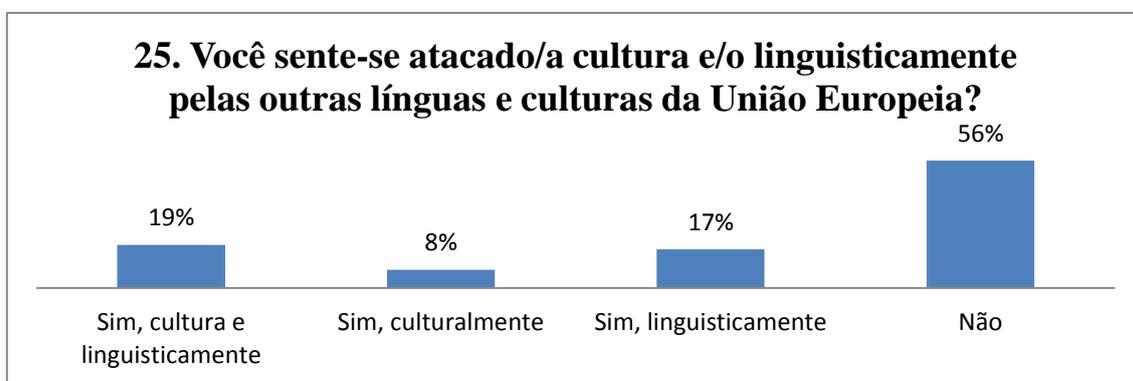


Gráfico 4: Pergunta 25 – Você sente-se atacado/a cultura e/o linguisticamente pelas outras línguas e culturas da União Europeia?

Passando agora às perguntas 28 (Na sua opinião, as temáticas e os assuntos europeus são divulgados e explicados com SUFICIÊNCIA aos cidadãos...) e 29 (Na sua opinião, as temáticas e os assuntos europeus são divulgados e explicados com CLARIDADE aos cidadãos...), acima mencionadas e reiteradas na Figura 12 abaixo, evidencia-se que 84% dos inquiridos acha que as temáticas e os assuntos europeus são explicados com “pouca” e “nada” suficiência e clareza⁸⁷. Não obstante a soma das respostas “pouco” e “nada” seja igual nas duas perguntas, destaca-se que o da CLARIDADE se apresenta como o problema maior, uma vez que a percentagem dos que responderam “nada” é de 6% superior relativamente à SUFICIÊNCIA. Destas duas questões exalta-se, ainda mais uma vez, um dos problemas mais evidenciados ao longo deste trabalho, ou seja, a falta de comunicação por parte da União Europeia. Além disso, graças a estas, entende-se que a pouca informação que passa aos

⁸⁷ A soma dos resultados das respostas “pouco” e “nada” é a mesma nas duas perguntas (84%), ainda que diferente nas respostas individuais: na pergunta sobre a suficiência 65% respondeu “pouco” e 19% “nada”; na pergunta sobre a clareza 59% respondeu “pouco” e 25% “nada”.

cidadãos não só não é suficiente, senão que não está nada clara. Além do mais, como se entende da questão seguinte (pergunta 30 – Crê que se deveriam transmitir mais notícias acerca dos assuntos europeus?), também representada na Figura 12, os cidadãos estão famintos de informações, já que um forte 96% se declara interessado em receber mais informações sobre os assuntos europeus. Parece assim mais claro que nunca, como foi dito mais acima neste trabalho, que os meios de informação nacionais se apresentam como os responsáveis desta falta, pois estes interessam-se principalmente pelos assuntos nacionais, deixando de lado os europeus. De facto, como evidencia o inquérito, a culpa desta falta de comunicação não parece ser dos cidadãos, os quais estão interessados em ter informações, assim como não parece ser culpa da União Europeia, que publica numerosos artigos e notícias; é suficiente seguir os meios de comunicação especializados em notícias europeias, ou o mesmo sítio da UE (europa.eu) para verificar a grande quantidade de informações produzidas pela União. Outra razão desta falta de informação talvez provenha do “grande amor pelo poder” nacional, descrito por Alexis de Toqueville e do qual se falou no capítulo 2.



Figura 12: As temáticas e os assuntos europeus são divulgados e explicados com suficiência e claridade? Dever-se-iam transmitir mais notícias acerca dos assuntos europeus? (perguntas 28 – 30)

A pergunta 31 (Crê que a cultura e a comunicação são as áreas mais eficazes para promover a integração social?) introduz-nos num problema complicado, do qual não parece existir via de escape. De facto, como se mostra no Gráfico 5, 93% dos inquiridos afirma que “sim”, que a cultura e a comunicação são as áreas mais eficazes para promover a integração social. O problema surge das respostas a algumas questões anteriores. Efetivamente, como vimos, a comunicação não é o braço forte que conecta a União com os cidadãos, assim como todos os projetos e programas culturais promovidos pela UE não são conhecidos nem divulgados suficientemente, talvez pela escassa força comunicativa das instituições europeias. Em suma, sem uma nova política comunicativa, que vá além do todo o que foi feito até agora,

podemos esquecer que os cidadãos participem a programas e projetos culturais, que se consiga uma integração social real e com isso uma “solidariedade de facto”.

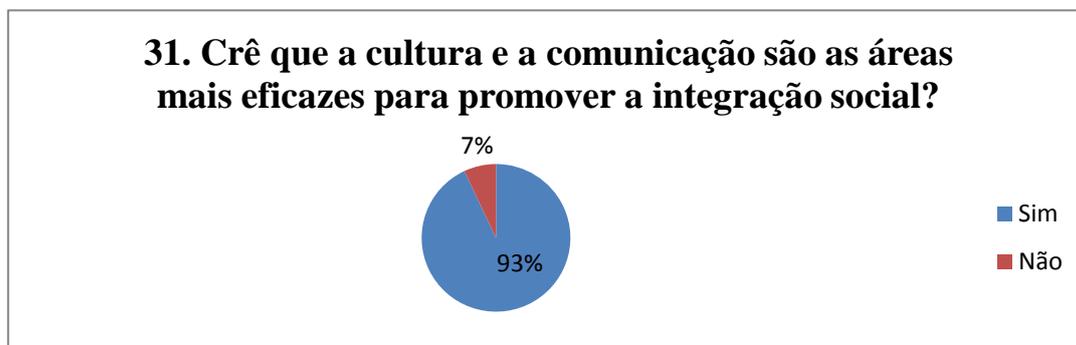


Gráfico 5: Pergunta 31 – Crê que a cultura e a comunicação são as áreas mais eficazes para promover a integração social?

A pergunta 32 (Crê que a União Europeia seja o projeto de...) introduz-nos num tema completamente diferente. Através desta, queria-se entender se o evidenciado no princípio deste trabalho, onde se falou da falta de participação dos cidadãos na decisão de constituir a CECA, logo a CEE e por fim a Comunidade Europeia, é percebido pelos cidadãos como o trabalho obscuro de uma elite ou como uma clara vontade de uma comunidade. O resultado, evidenciado no Gráfico abaixo (6), marca uma ligeira tendência para a elite (57%), de todas formas, admite-se que a pergunta podia ter sido expressada de maneira mais precisa, já que com a palavra “União Europeia” não se entende toda a evolução desse projeto que chegou até hoje, mas bem parece indicar a evolução a partir de 1992, quando o Tratado de Maastricht foi ratificado. Porém, ainda que não tão precisa como desejado, o resultado parece negativamente suficiente para evidenciar que mais de metade dos inquiridos não percebe a União Europeia como um projeto comum, senão de uma elite.

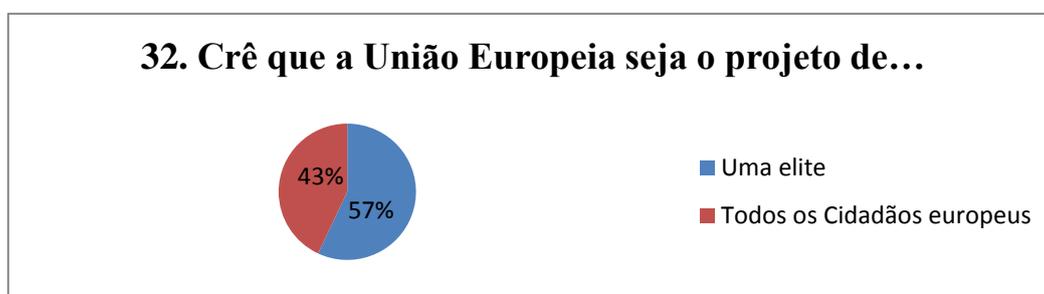


Gráfico 6: Pergunta 32 – Crê que a União Europeia seja o projeto de...

A seguir desenvolveram-se duas perguntas encentradas sobre os partidos políticos europeus (36 -37), graficamente explicitadas na Figura 13. A primeira destas (36 – Crê que os partidos políticos europeus se interessam em primeiro lugar pelos assuntos...), evidencia que 84% dos inquiridos acha que os partidos europeus se interessam sobretudo pelos assuntos nacionais, sendo isto a prova do que foi dito ao longo do capítulo 2, ou seja, que os políticos europeus estão mais interessados em “defender lá os nossos interesses” (Innerarity 2006: 68), em lugar de “defender lá os interesses de todos”. Na seguinte pergunta (37 – Crê que os partidos políticos europeus devem interessar-se em primeiro lugar pelos assuntos...), os respondentes afirmaram, ainda que com força menor, que os partidos europeus dever-se-iam interessar em primeiro lugar pelos assuntos europeus (67%) respeito aos nacionais. Esta menor intensidade é talvez devida ao escasso apego à União que foi evidenciado nas perguntas 20, 23 e 24, à escassa participação popular, destacada nas 27 e 33, à insuficiência de informações e comunicação, evidente nas 28 e 29, e, por fim, à falta de um espaço público de debate, reclamado nas questões 34 e 35.

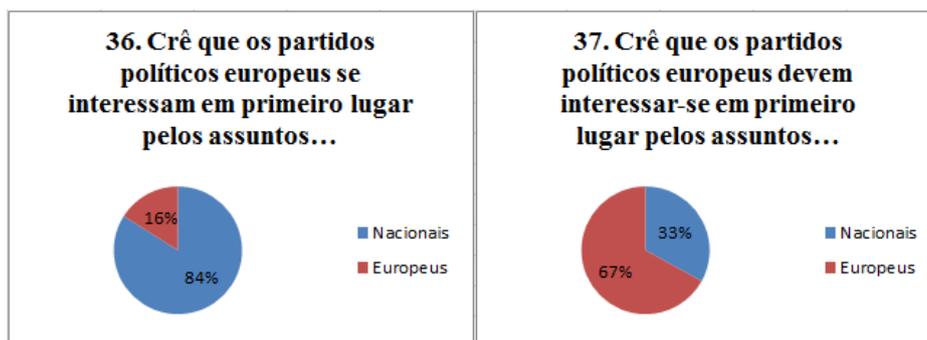


Figura 13: Interesse dos partidos políticos europeus (perguntas 36 – 37)

As últimas três perguntas desta segunda parte tratam três temas diferentes. A questão 38 (Sabe que o direito europeu é superior ao nacional e que por isso os Estados-Membros devem em primeiro lugar respeitar os Tratados da União Europeia?), representada no Gráfico 7, quer-se investigar o conhecimento dos cidadãos sobre algo tão básico e fundamental como que o direito europeu é superior ao nacional. Desta questão, nota-se que 26% dos inquiridos não sabem que os Estados estão vinculados aos Tratados europeus. Dado talvez não grave, porém surpreendente, pois seria como dizer que 30% dos cidadãos de um Estado não sabem que o direito nacional se aplica a todo o território nacional e que as regiões têm que respeitá-lo e aplicá-lo. Nota-se também que os espanhóis são os que mais desconhecem esta realidade,

com 38% de respostas negativas, com 25 pontos percentuais de diferença comparativamente aos italianos (13%) e pouco mais de 10 com os portugueses (26%).



Gráfico 7: Pergunta 38 – Sabe que o direito europeu é superior ao nacional?

A pergunta 40 (Crê que seja verdade a afirmação de Mario Monti: «São mais as coisas que nos tornam comuns do que as que nos dividem: isto nota-se cada vez que viajamos para fora da Europa?») queria reiterar a afirmação do ex-presidente italiano. Dos resultados, reportados no Gráfico 8, evidencia-se que 51% dos respondentes partilha esta afirmação. De todas as formas, estes deveriam ser ulteriormente analisados para entender se as diferenças que dividem os europeus, sejam culturais e/ou históricas, são tão profundas que impedem a formação de um povo europeu e com isso a integração social europeia.

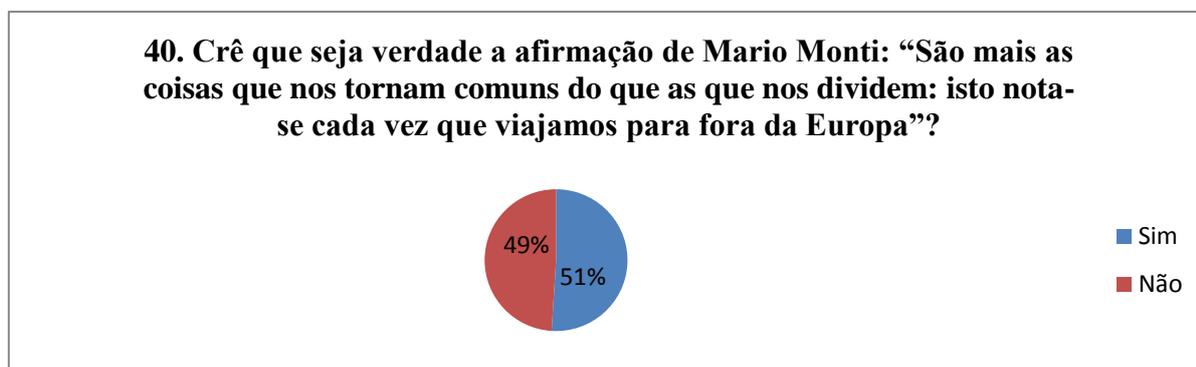


Gráfico 8: Pergunta 40 – Crê que seja verdade a afirmação de Mario Monti?

Por fim, a última pergunta deste segundo macrotema (41) pede aos cidadãos inquiridos as suas opiniões sobre o surto dos movimentos eurocéticos (Crê que os movimentos eurocéticos são uma consequência...). Os resultados, esclarecidos através do Gráfico 9, destacam que quase metade dos inquiridos (44%) crê que estes são uma consequência “da distância que existe entre instituições europeias e cidadãos”, manifestando ainda, mais uma

vez, a falta de comunicação e de contacto entre União e cidadãos, assim como a forte tecnicidade da primeira. Outro resultado significativo é o de que 33% dos respondentes acha que os movimentos eurocéticos se desenvolveram a partir do surto da crise económica, a qual, como já foi dito várias vezes, provocou a expansão da crise social europeia. Com isso, compreende-se que com uma melhor comunicação europeia e com o saneamento dos países mais golpeados pela crise económica, se poderia pôr fim aos movimentos eurocéticos. Claramente, para conseguir um rápido saneamento dos países mais endividados, é necessário promover uma forte solidariedade entre os Estados da União.

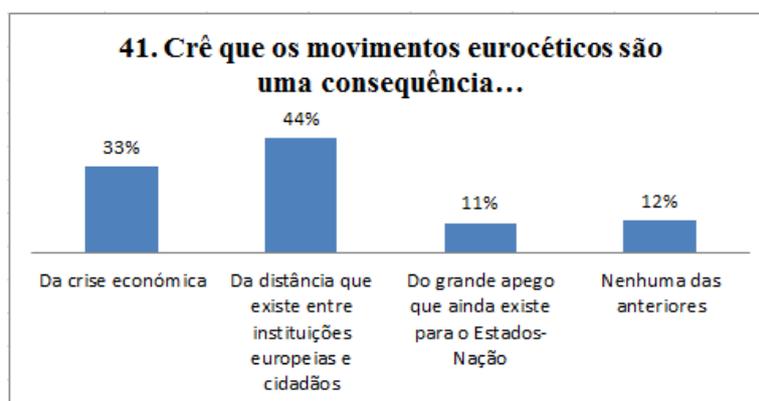


Gráfico 9: Pergunta 41 – Crê que os movimentos eurocéticos são uma consequência...

Os resultados deste conjunto de perguntas não deixam espaço a interpretações. O que está claro, claríssimo, é que ainda não se conseguiu criar o povo europeu e que, por isso, não existe uma “solidariedade de facto”. A falta de comunicação, o desinteresse dos meios de comunicação nacionais e o “amor pelo poder” dos Estados-Membros são os maiores responsáveis desta falta. O que também está claro é que uma maior participação dos cidadãos, a criação de um espaço público de debate e a promoção de “atividades” culturais de grande impacto podem favorecer a integração social europeia e a formação de um sentimento de pertença à comunidade. Para conseguir este objetivo, seria também importante que os partidos políticos europeus se esforçassem por se interessar e explicar os assuntos europeus aos cidadãos, em vez de defender os interesses nacionais no seio europeu. Por fim, é evidente que todas estas medidas são a melhor arma da União para combater os movimentos eurocéticos, os quais, para crescer, se alimentam de todas estas faltas.

3.3 – Análise dos resultados: medidas e propostas em favor de uma integração social europeia

*“Se supranacionais são os problemas que nós afetam, supranacional deve de ser o âmbito político para enfrenta-los”
(Arteta, Mikel 2013⁸⁸)*

A terceira e última parte do inquérito quer investigar o que os cidadãos pensam acerca de algumas simples propostas que poderiam ajudar na promoção de uma integração social europeia e na sustentação de um sentimento de pertença à comunidade. Algumas destas propostas podem talvez parecer superficiais e simplistas, porém há que recordar que as relações entre as pessoas são feitas de pequenos gestos e de pequenas atenções. A análise destas medidas será também acompanhada por outras propostas desenvolvidas por alguns jornalistas, autores e estudiosos. Antes de começar com a análise das respostas ao inquérito, parece oportuno antecipar que a quase totalidade das respostas estão a favor das medidas propostas, porém com algumas diferenças nacionais. Destas diferenças, pode evidenciar-se que os italianos são os mais entusiastas por estas medidas e os espanhóis os menos, enquanto aos portugueses são mais entusiastas de algumas que de outras. Para fazer esta afirmação, verificaram-se as percentagens máximas e mínimas das respostas positivas de cada pergunta de esta parte (44 – 51)⁸⁹. De esta verifica, como se pode ver na Tabela 3, evidenciou-se que os italianos tiveram o máximo de respostas positivas em cinco perguntas e nenhuma mínima, os espanhóis tiveram o máximo de respostas positivas em uma só pergunta e o mínimo de respostas positivas em cinco perguntas, e, por fim, os portugueses tiveram o máximo de respostas positivas em duas perguntas e o mínimo em três.

⁸⁸ Cf. “si supranacionales son los problemas que nos afectan, supranacional debe ser el ámbito político para atajarlos” (Arteta, Mikel (2013): “Por un pueblo europeo”. El país. Internet. Disponível em http://elpais.com/elpais/2013/07/18/opinion/1374160798_037329.html)

⁸⁹ Esta terceira parte está composta por 8 perguntas (44 – 51), e, por isso, tem-se 8 respostas percentuais positivas máximas e 8 mínimas, por um total de 16. Por exemplo o máximo percentual de respostas positivas à pergunta 44 é 71% da Itália e o mínimo é 54% da Espanha, os portugueses tiveram 59% de respostas positivas.

Coesão e Integração Social na União Europeia

| Nº Pergunta | Respostas | PT (112) | % PT | IT (112) | % IT | ES (112) | % ES | Tot. (336) | % Tot. |
|-----------------|-----------|----------|-------------------------------|----------|------|----------|-------------------------------|------------|--------|
| Legenda: | | | Maximo de respostas positivas | | | | Minimo de respostas positivas | | |
| 44 | Sim | 66 | 59% | 80 | 71% | 61 | 54% | 207 | 62% |
| | Não | 46 | 41% | 32 | 29% | 51 | 46% | 129 | 38% |
| 45 | Sim | 96 | 86% | 93 | 83% | 80 | 71% | 269 | 80% |
| | Não | 16 | 14% | 19 | 17% | 32 | 29% | 67 | 20% |
| 46 | Sim | 88 | 79% | 81 | 72% | 69 | 62% | 238 | 71% |
| | Não | 24 | 21% | 31 | 28% | 43 | 38% | 98 | 29% |
| 47 | Sim | 104 | 93% | 109 | 97% | 99 | 88% | 312 | 93% |
| | Não | 8 | 7% | 3 | 3% | 13 | 12% | 24 | 7% |
| 48 | Sim | 43 | 38% | 51 | 46% | 44 | 39% | 138 | 41% |
| | Não | 69 | 62% | 61 | 54% | 68 | 61% | 198 | 59% |
| 49 | Sim | 71 | 63% | 77 | 69% | 78 | 70% | 226 | 67% |
| | Não | 41 | 37% | 35 | 31% | 34 | 30% | 110 | 33% |
| 50 | Sim | 93 | 83% | 94 | 84% | 80 | 71% | 267 | 79% |
| | Não | 19 | 17% | 18 | 16% | 32 | 29% | 69 | 21% |
| 51 | Sim | 78 | 70% | 98 | 88% | 85 | 76% | 261 | 78% |
| | Não | 34 | 30% | 14 | 13% | 27 | 24% | 75 | 22% |

Tabela 3: Máximo e mínimo de respostas positivas às perguntas 44 - 51

Passando agora à analisar os resultados das perguntas, a primeira destas (44 – Gostava que a UE fosse nomeada como próximo lugar dos mundiais de futebol, jogando-se um jogo em cada capital?), representada no Gráfico 10, mostra que 62% dos inquiridos totais gostaria que a UE fosse nomeada como próximo lugar dos mundiais de futebol. A percentagem máxima de respostas positivas a esta pergunta é a italiana, com 71% de respostas positivas, enquanto os menos entusiastas são os espanhóis, com 54%. Outra proposta parecida é a de Paolo Brusorio, jornalista do periódico italiano “La Stampa”. Este propõe a criação de uma equipa de futebol europeu, possivelmente chamado “Europe FC United”, já que, na sua opinião “ É conhecimento comum que o desporto é um rápido caminho para juntar as pessoas”⁹⁰ (Brusorio, Paolo *apud* The Guardian 2013).

⁹⁰ Cf. “It’s common knowledge that sport is a quick way of bringing people together”. (The Guardian (2013): “Six ideas to save the EU”. The Guardian. Internet. Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2013/apr/24/europa-six-ideas-save-eu>)

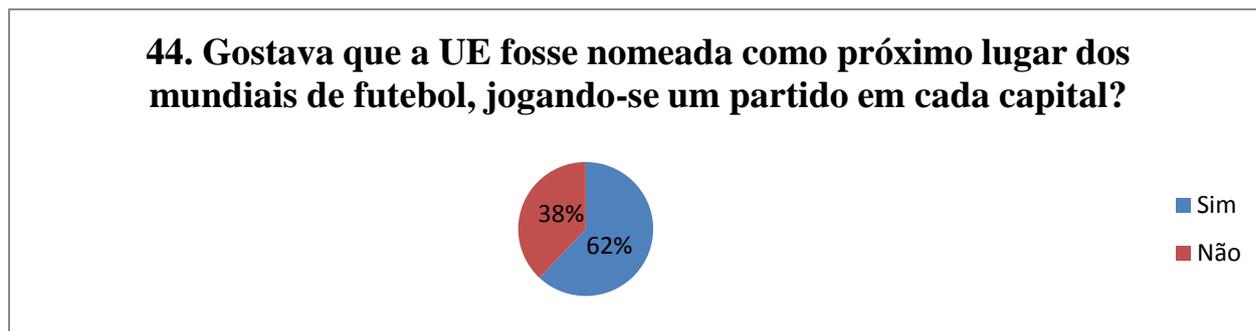


Gráfico 10: Pergunta 44 – Gostava que a EU fosse nomeada como próximo lugar dos mundiais de futebol?

A segunda proposta desta terceira parte (45 – Gostava de receber uma brochura informativa acerca da UE cada dois meses gratuitamente?) recebe um forte apoio popular com 80% de respostas positivas, como reitera o Gráfico 11. Os portugueses evidenciam-se por serem os mais a favor desta medida (86%), porém os espanhóis são os que menos (71%) a apoiam. Outra proposta interessante, a qual poderia substituir ou render esta medida mais tecnológica e, por isso, mais próxima dos jovens, é a de Mark Rice-Oxley de criar uma “App” europeia, talvez chamada “Eur-App”. Na sua visão, esta não deveria centrar-se em transmitir “pesados artigos de jornais” ou “cautelosas iniciativas diplomáticas”, mas sim focar-se em “dizer aos cidadãos da Europa não o que eles podem fazer pela UE, senão o que a UE faz para eles”⁹¹ (Rice-Oxley, Mark *apud* The Guardian 2013).

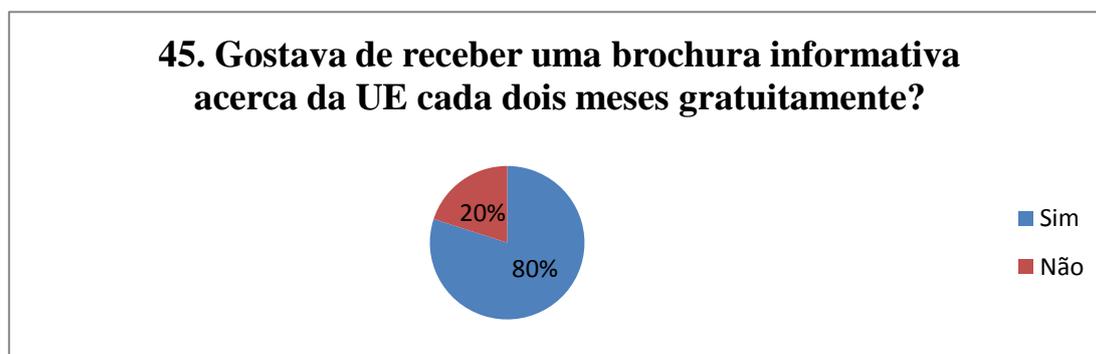


Gráfico 11: Pergunta 45 – Gostava de receber uma brochura informativa acerca da UE [...] gratuitamente?

A pergunta 46 (Gostava que todos os programas de televisão fossem transmitidos na língua original com legendas?), graficamente representada no Gráfico 12, recebe 71% de respostas positivas, com o máximo de respostas afirmativas dos inquiridos de Portugal (79%) e o mínimo, uma vez mais, dos de Espanha (62%). Nesta pergunta há que esclarecer que esta

⁹¹ Cf. “Tell your people not what they can do for the EU, but what the EU does for them.” (The Guardian (2013): “Six ideas to save the EU”. The Guardian. Internet. Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2013/apr/24/europa-six-ideas-save-eu>)

medida já está em vigor em Portugal, onde os programas de televisão são transmitidos em língua original com legendas. É interessante notar que 21% dos portugueses não estão contentes com esta medida e que, retomando a pergunta 25 do inquérito, 24% de espanhóis se sentem atacados linguisticamente (11% de portugueses e 15% de italianos) e 21% cultura e linguisticamente (16% de portugueses e 20% de italianos). Talvez seja por esta sensação de ser atacados no campo linguístico que os espanhóis evidenciaram-se como os mais desencantados por esta medida. De todas maneiras, dominar outras línguas é uma das propostas de Oliver Guez para que os cidadãos se sintam “europeus” (Guez 2013). Claramente, é também através de ver programas em língua original que se consegue melhorar o conhecimento de um idioma.

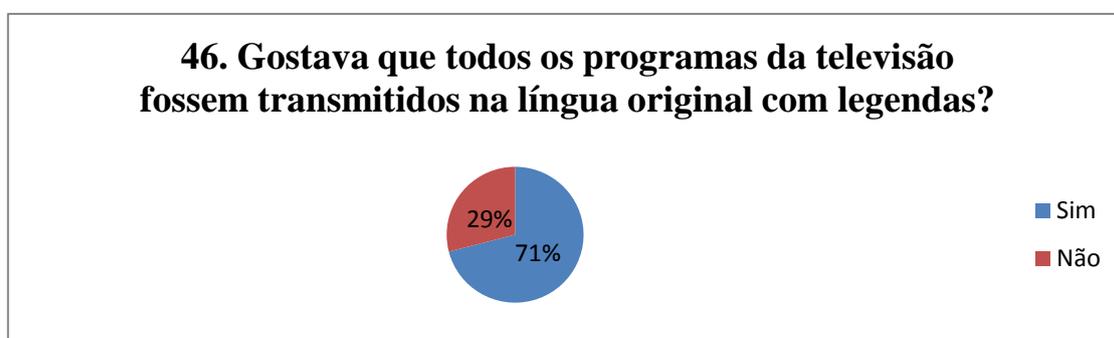


Gráfico 12: Pergunta 46 – Gostava que todos os programas de televisão fossem transmitidos na língua original com legendas?

A seguinte questão (47 – Gostava que se criasse um canal televisivo europeu de cultura, turismo, filmes, notícias e informações acerca da União Europeia e dos Estados que a compõem?) é a que mais interesse estimula nos cidadãos. De facto, como se pode ver no Gráfico 13, 93% do total dos inquiridos respondeu que “sim”, que gostariam que se criasse tal canal televisivo. Os mais entusiastas por esta ideia são os italianos (97%) e os que menos são, novamente, os espanhóis (88%). Todavia, criar um canal televisivo como o sugerido implica um esforço por parte dos meios de comunicação nacionais, já que, como já foi dito anteriormente, e como evidencia Anthony D. Smith, as “prioridades nacionais estão muito em evidência”⁹² (Smith 1992: 72)

⁹² CF. “National priorities are very much in evidence: news stories tend to be relayed or at least interpreted from a national standpoint, drama, comedy shows, children’s tales, even the weather reports accord the national state and its literature and outlook first place. Given linguistic and historical barriers and national frameworks of most mass media institutions, this is only to be expected.” (Smith, Anthony D. (1992): “National Identity and the Idea of European Unity”. In: *International Affairs*. Royal Institute of International Affairs, Vol. 68, No. 1: 55-76. Internet. Disponível em <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2620461?uid=3737952&uid=2&uid=4&sid=21104608583437>)

47. Gostava que se criasse um canal televisivo europeu de cultura, turismo, filmes, notícias e informações acerca da União Europeia e dos Estados que a compõem?



Gráfico 13: Pergunta 47 – Gostava que se criasse um canal televisivo europeu [...] acerca da União Europeia e dos Estados que a compõem?

Como se evidencia no seguinte Gráfico (14), a única questão com a maioria de respostas negativas (59%) é a 48 (Crê que a União Europeia deveria constituir-se como Estado?). Nesta nota-se que os italianos, ainda que inferior a 50%, são os mais favoráveis à constituição de um Estado europeu, com 46% de respostas positivas, enquanto os portugueses são os menos favoráveis com 38%. Este resultado negativo confirma o desencanto dos cidadãos que se manifestou na votação para a criação de uma Constituição Europeia e, com essa, de um Estado Europeu, de 2005, o qual, como se viu no capítulo 1, foi interpretado como um sintoma da perda de entusiasmo pelo projeto europeu (Guez 2013). As percentagens resultantes deste inquérito evidenciam que, nos dez anos que passaram dessa votação, os sentimentos dos cidadãos acerca da UE não mudaram e que, se esse resultado significou uma perda de entusiasmo, este exalta a gravidade da crise social que vive a Europa.

48. Crê que a União Europeia deveria constituir-se como Estado?



Gráfico 14: Pergunta 48 – Crê que a União Europeia deveria constituir-se como Estado?

Talvez, como afirma Claudi Pérez, a União Europeia deveria promover “uma nova democracia”, pois que

Estes modelos de um tipo especial de «federalismo executivo» atualmente refletem a relutância das elites políticas de contemplar a substituição do modo estabelecido de prosseguir o projeto europeu a portas fechadas com o modo a mangas largas de um conflito de opiniões vociferante e argumentativo com o amplo público⁹³ (Habermas, Jürgen *apud* Pérez, Claudi *apud* The Guardian 2013)

Obviamente, a este “conflito de opiniões” deverá combinar-se a melhoria dos canais de comunicação nas duas direções: União-cidadãos (com a ajuda dos meios de comunicação), para que os cidadãos tenham a informação necessária para poder debater e argumentar as diferentes posições; e, cidadãos-União (com a criação de um espaço público de debate aberto, plural e de fácil acesso), para que estes se sentam participe na evolução do projeto europeu.

A questão 49 (Crê que os programas escolares deveriam ser unificados e comuns na UE?), representada no Gráfico 15, revela que, não obstante esta proposta se apresente como a pior das que tinham a maioria de respostas positivas, quase 70% (67%) dos inqueridos opina que é boa ideia a de unificar os programas escolares na Europa. O melhor resultado conseguiu-se em Espanha (70%) e o pior em Portugal (63%). Ao lado desta medida, a qual deveria, sobretudo em alguns âmbitos, como no caso da história, ampliar o entendimento do mundo dos estudantes, dever-se-iam anexar novas matérias de importância comunitária, como, por exemplo, um “currículo cívico Europeu” (Guez 2013) ou o desenvolvimento de competências interculturais, através do desenvolvimento de “traduções culturais”⁹⁴ (Innerarity 2006: 174-179).

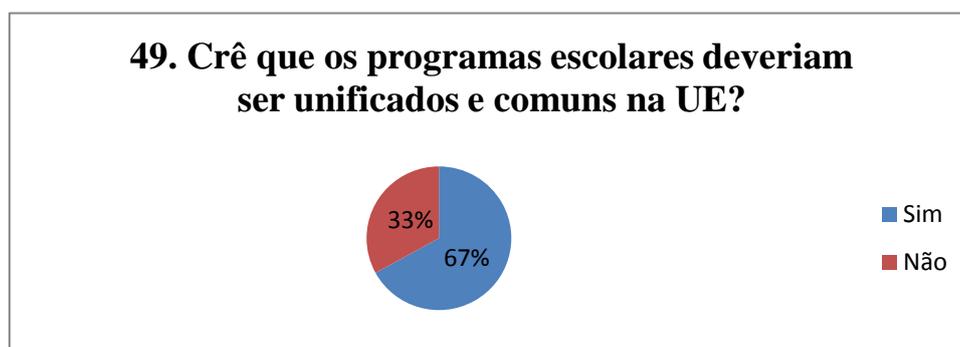


Gráfico 15: Pergunta 49 – Crê que os programas escolares deveriam ser unificados e comuns na UE?

⁹³ Cf. “These models of a special kind of ‘executive federalism’ currently reflect the reluctance of the political elites to contemplate replacing the established mode of pursuing the European project behind closed doors with the shirt-sleeve mode of a vociferous, argumentative conflict of opinions within the broad public” (The Guardian (2013): “Six ideas to save the EU”. The Guardian. Internet. Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2013/apr/24/europa-six-ideas-save-eu>)

⁹⁴ Cf. “A ideia de competência intercultural, ou «compreensão transcultural» (Geertz), e todas as expressões análogas nas várias línguas [...] têm tido êxito porque as nossas sociedades têm vindo a intensificar os encontros culturais dos mais variados tipos. A tradução cultural foi um conceito posto a correr pelos etnólogos e renovado pelos historiadores da literatura que estudavam a «traduzibilidade» de textos e culturas (Beidelman, 1971; Palsson, 1997; Budick e Iser, 1996). Talvez seja esta uma das tarefas mais interessantes da educação na sociedade do século XXI: possibilitar a conversão humana, a tradução, a competência intercultural.” (Innerarity, Daniel (2006): *O novo espaço público*. Lisboa: Editorial Teorema, 175)

A pergunta 50 (Os símbolos da União deveriam ser reconhecidos nos tratados e utilizados diariamente?), representada na Figura 14, consegue 79% de respostas afirmativas, tendo o melhor resultado em Itália (84%) e o pior em Espanha (71%). Com esta questão evidencia-se a vontade/necessidade popular de símbolos reconhecidos e utilizados que exaltem o sentimento de pertença à comunidade. Já se falou da importância dos símbolos ao longo deste trabalho, porém nunca parece suficiente, uma vez que, como afirma Anthony D. Smith “Qualquer investigação sobre a questão de forjar, ou mesmo descobrir, uma possível identidade europeia não pode ignorar estas questões centrais”; “Quando se trata dos rituais e das cerimónias de identificação coletiva, não há um equivalente europeu das comunidades nacionais e religiosas.”; “Não há um análogo europeu à Bastilha ou ao Dia do Armistício, não há cerimónias europeias para os caídos em batalha, ou um santuário europeu de reis e santos”⁹⁵ (Smith 1992: 73). A estas afirmações acrescentam-se os resultados à última pergunta do questionário (51⁹⁶ – Crê que o dia da União Europeia (9 de Maio) deveria ser feriado em toda a Europa?), à qual 78% dos respondentes respondeu afirmativamente, como se pode ver na Figura 14, manifestando-se o maior apego à iniciativa em Itália (88%) e o menor em Portugal (70%).

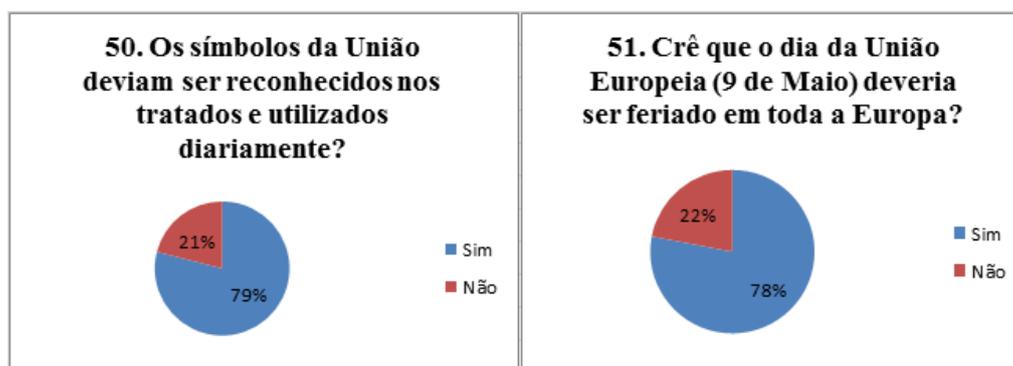


Figura 14: Símbolos da União; dia da União (Perguntas 50 – 51)

Esta proposta seguramente não tem o valor simbólico ou mitológico do qual fala Anthony D. Smith, porém o surgimento da União Europeia deveria ser celebrado como um dos mais importantes eventos do século XX e da história da humanidade. Não nos

⁹⁵ Cf. “There is the deeper question of popular myths and symbols, and historical memories and traditions. Here we are placed firmly back in the pre-modern past of each national state. There is no European analogue to Bastille or Armistice Day, no European ceremony for the fallen in battle, no European shrine of kings or saints. When it comes to the ritual and ceremony of collective identification, there is no European equivalent of national or religious community. Any research into the question of forging, or even discovery, a possible European identity cannot afford to overlook these central issues.” (Smith, Anthony D. (1992): “National Identity and the Idea of European Unity”. In: *International Affairs*. Royal Institute of International Affairs, Vol. 68, No. 1: 55-76. Internet. Disponível em <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2620461?uid=3737952&uid=2&uid=4&sid=21104608583437>, 73)

⁹⁶ Note-se que a pergunta 52 já foi tratada.

esqueçamos que o surgimento da União Europeia marcou umas das etapas mais importantes do continente europeu no que concerne à paz e à solidariedade entre Estados no continente mais belicoso do mundo por grande parte da história moderna e antiga. Não nos esqueçamos que a União Europeia ganhou um Prémio Nobel pela Paz e que é o projeto mais elogiado, fascinante e admirado em todo o mundo, da história contemporânea. Então porque não celebrá-lo? Porque no dia 9 de Maio não se deveriam organizar eventos de grandes magnitudes em toda a Europa? Não se fala aqui de eventos tecnocráticos como os que já se organizam: conferências ou debates políticos. Não. O que se entende aqui é que se organizassem eventos populares, onde a população se divirta e disfrute de fazer parte de um dos maiores acontecimentos da história global. Que diferença há entre celebrar o dia da Revolução Francesa, evento que recorda a vitória da liberdade, da igualdade e da fraternidade do povo sobre o *Ancien Régime*, e celebrar o dia da União Europeia, evento que recorda a vitória da liberdade, da igualdade e da fraternidade do povo europeu sobre o nacionalismo (radical)?

Para finalizar, há-se que afirmar que todas estas propostas não são nem as únicas e, provavelmente, nem as melhores possíveis. Também se poderia propor, por exemplo, de rever todo o vocabulário europeu, como no caso dos meios de transporte os quais identificam uma viagem entre Estados europeus como “internacional” em lugar de “europeu”; poder-se-ia falar da telefonia móvel e da necessidade de não pagar mais por estar em outro Estado da Europa; ou também pedir que os documentos de identificação pessoal de um determinado país sejam reconhecidos em todos os outros países por qualquer questão, também pelas burocráticas, como no caso do recenseamento, e não obrigar os cidadãos a ir, como acontece em Espanha, à comissária, ao gabinete de imigração, para conseguir um “NIE” (Número de Identificação de Estrangeiros), o qual, como se pode ver na Figura 15, não é válido para acreditar a identidade, nem a nacionalidade, senão só parece válido para estimular um sentimento de não pertença à mesma comunidade; ou, para dar um último exemplo, que qualquer veículo matriculado num dos países da União possa permanecer sem limites de tempos noutro país da União, assim como, relacionado com isso, que a ITV (Inspeção Técnica de Veículos) possa ser feita em qualquer país da União.

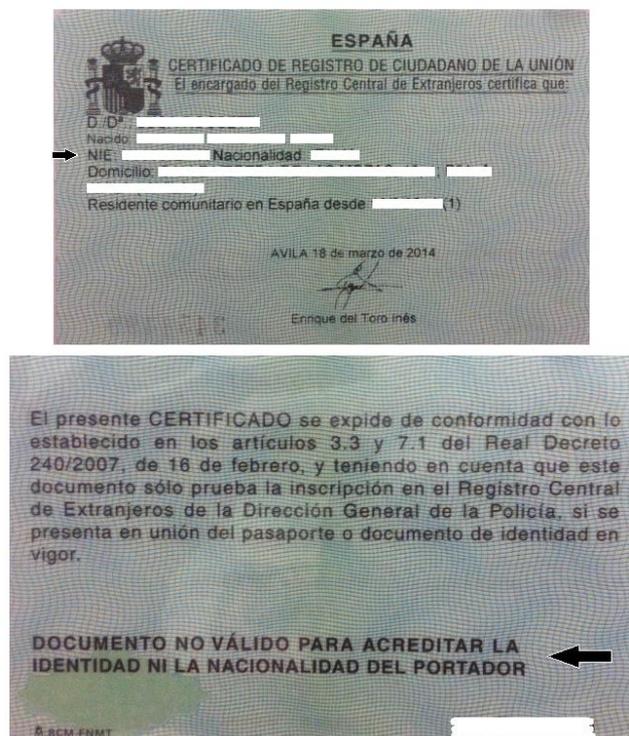


Figura 15: Exemplo de NIE (Número de Identificação de Estrangeiros), Espanha.

Estos só são alguns exemplos, todavia deve-se seguir propondo medidas, ainda que simplistas ou superficiais, até conseguir uma integração social europeia, uma “solidariedade de facto” e um sentimento de pertença à comunidade. Talvez estas medidas não sejam suficientes para cumprir o objetivo final de criar um povo europeu em sentido amplo, porém, estas, somadas com outras, poderão de alguma maneira levar ao surgimento de medidas de maior impacte ou, pelo menos, promover um debate aberto, plural e europeu sobre estas temáticas, hoje quase completamente ignoradas.

Conclusão

A partir dos argumentos e dos dados explicitados ao longo deste trabalho, pode-se afirmar que os objetivos da investigação foram atingidos e que as hipóteses foram verificadas positivamente. De facto, no que concerne aos objetivos, no Capítulo 1, evidenciaram-se os principais meios da União para a promoção de uma integração social europeia, como o Comité Económico e Social, o Fundo Social, os vários sítios *online*, os Tratados e os diferentes projetos culturais promovidos pela Comissão. Estes evidenciaram que o trabalho da União se concentra principalmente em conseguir uma coesão social, em vez de uma integração social e que os meios à sua disposição não são, em muitos casos, suficientes e/ou adequados para poder conseguir satisfatoriamente o objetivo primordial da integração. Neste, verificou-se também o alcance das medidas promovidas pela União, as quais, seja pelo relatado nos inquéritos europeus (Eurobarómetro), seja pelo afluído no inquérito realizado pelos fins deste trabalho, não demonstraram ter força suficiente para promover o surgimento de um sentimento de pertença à comunidade e a formação de uma sociedade europeia. Por fim, definiu-se o papel da comunicação como elemento aglutinante e integrador e, ao falar de comunicação, percebeu-se a enorme falta de comunicação existente na Europa, assim como se evidenciou o forte interesse pelos assuntos nacionais dos diferentes meios de comunicação existentes na Europa.

Ao longo do Capítulo 2, definiu-se o papel desenvolvido pelos Estados-Membros na construção de uma sociedade europeia e na promoção de um ideal e de uma identidade comuns. Neste, comprovou-se o forte laço que ainda liga os Estados-Membros aos interesses nacionais, assim como se afluíram as dificuldades que estes encontram para se desvincular da soberania nacional, ideologia do século passado. Na segunda parte deste capítulo falou-se, ao invés, dos movimentos eurocéticos e independentistas, os quais, graças ao aumento dos seus adeptos e à uma forte escalada até aos mais altos níveis das instituições, quer nacionais, quer europeias, se apresentam como uma ameaça real ao projeto europeu.

Por fim, no Capítulo 3, com a ajuda dos cidadãos e de alguns autores, avançaram-se algumas propostas para tornar a integração social mais eficaz. Não obstante estas propostas não pareçam suficientes como para resolver os problemas sociais da União, apresentam-se como um ponto de partida para a promoção de outras mais amplas, profundas e de maior impacto. De todas as formas, estas terão que ser flanqueadas por uma vontade coletiva tanto das instituições europeias, como dos Estados-Membros e dos cidadãos.

No que concerne às hipóteses formuladas no início deste trabalho, pode-se dizer que também estas resultaram satisfatórias. Efetivamente, demonstrou-se que os meios da União não são suficientes para promover uma integração social europeia, assim como não o são as medidas promovidas por esta. Demonstrou-se também que os Estados-Membros e os partidos políticos europeus não parecem interessados em promover o surgimento de uma sociedade europeia informada e participativa, um *demos*, mas antes preferem manter a União uma máquina tecnocrática e pouco transparente, onde defendem os interesses nacionais. Além disso, falou-se dos movimentos eurocéticos e independentistas, os quais, de maneira diferente, ameaçam o futuro da União e, com isso, a paz no continente. Por fim, entendeu-se que sem a criação de um espaço de debate aberto e plural, sem formas de comunicação eficazes e sem uma vontade coletiva, seja pessoal seja institucional, o objetivo da integração social europeia poderá não ser atingido e, com isso, o projeto europeu pode ser considerado nulo. Não se podem esquecer quais foram os propósitos fundadores deste projeto, ou seja, criar “o primeiro núcleo concreto de uma Federação Europeia” e “introduzir o fermento de uma comunidade mais profunda”⁹⁷ (Schumann 1950). Propósitos hoje já esquecidos.

⁹⁷ Cf. “il primo nucleo concreto di una Federazione Europea”; “introdurre il fermento di una comunità più profonda”

Referências Bibliográficas

- Altavilla, Enrico (1957): “La ‘piccola Europa’ nasce oggi in Campidoglio”. *La Stampa*: Torino, 25 Marzo 1951, anno XI, num. 72. Internet. Disponível em http://www.archiviolaStampa.it/component?option,com_lastampa/task,search/mod,avanzata/action,viewer/Itemid,3/page,1/articleid,0032_02_1957_0072_0001_16037725/aneWS,true/ (consultado em 23 de Abril de 2014)
- Anderson, Perry (2009): *The New Old World*. London: Verso
- Arteta, Mikel (2013): “Por un pueblo europeo”. *El país*. Internet. Disponível em http://elpais.com/elpais/2013/07/18/opinion/1374160798_037329.html (consultado em 25 de fevereiro de 2015)
- Bassets, Lluís (2014): “Comisión Juncker”. *El país*. Internet. Disponível em http://internacional.elpais.com/internacional/2014/09/10/actualidad/1410373680_376291.html (consultado em 14 de Setembro de 2014)
- Brill, Klaus & Wielński, T. Bartosz (2012): “Tenemos una Europa, ahora hay que crear a los europeos”. *El País*. Internet. Disponível em http://internacional.elpais.com/internacional/2012/10/16/actualidad/1350409944_917947.html (consultado em 9 de Maio de 2014)
- Caracciolo, Lucio (2014): “L’Europa che vogliamo”. *Limes*. Rivista italiana di geopolitica. Internet. Disponível em <http://temi.repubblica.it/limes/leuropa-che-vogliamo/62359> (consultado em 05 de Junho de 2014)
- Castells, Manuel (1998): “Hacia el Estado red? Globalizacion economica e instituciones políticas en la era de la información”. Seminário Internacional “Sociedade e a Reforma do Estado”: São Paulo 26-28 Março. Internet. Disponível em http://agenda-egobierno.morelos.gob.mx/CGGD/index_htm_files/Estado%20Red.pdf (consultado em 14 de Outubro de 2014)
- Centro de Investigaciones Sociológicas (2014): “Postelectoral Elecciones al Parlamento Europeo 2014 – Distribuciones Marginales”. Estudio nº3028, Mayo-Junio 2014. Internet. Disponível em http://www.cis.es/cis/export/sites/default/-Archivos/Marginales/3020_3039/3028/es3028mar.pdf (consultado em 8 de outubro de 2014)
- Churchill, Winston (1946): *Something to astonish you!* The Churchill Society: London. Internet. Disponível em <http://www.churchill-society-london.org.uk/astonish.html> (consultado em 15 de Abril de 2014)
- Colombo, Silvana (2007): “Estado, soberania e poder: uma visão a partir da sociedade internacional”. In: Espaço Jurídico, Joaçaba, v. 8, n. 1: 61-74. Internet. Disponível em <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/viewFile/1891/959> (Consultado em 1 de Setembro de 2014)
- Comissão Europeia: “Registo da comitologia”. União Europeia. Internet. Disponível em <http://ec.europa.eu/transparency/regcomitology/index.cfm?do=FAQ.FAQ&CLX=pt> (consultado em 14 de outubro de 2014)
- Comissão Europeia (2006): *Livro branco sobre uma politica de comunicação europeia*. Europa.eu. Internet. Disponível em http://europa.eu/documents/comm/white_papers/pdf/com2006_35_pt.pdf (consultado em 27 de Junho de 2014)
- (2007): *Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado*. Europa.eu. Internet. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52007DC0242&from=PT> (consultado em 18 de Junho de 2014)
- (2010^a): *The European Agenda for Culture – progress towards shared goals*. Europa.eu. Internet. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=SEC:2010:0904:FIN:EN:PDF> (consultado em 23 de Maio de 2014)
- (2010^b): *Guia ao programa. Programa cultura (2007 – 2013): maio 2010*. Europa.eu. Internet. Disponível em <http://eacea.ec.europa.eu/culture/programme/documents/2010/may/PT.pdf> (consultado em 19 de Junho de 2014)
- (2013^a): “Gli studenti Erasmus a quota 3 milioni” Europa.eu: Press releases database. Internet. Disponível em http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-657_it.htm (consultado em 11 de Abril de 2014)
- (2013^b): *Programa “Europa para os cidadãos”*. Guia ao programa: versão valida a partir de janeiro de 2013. Education, Audiovisual and Culture Executive Agency. Internet. Disponível em http://eacea.ec.europa.eu/citizenship/programme/documents/2013/eacea_2012_00730000_pt.pdf (consultado em 06 de Junho de 2014)

- Comunidade Económica Europeia (1957): *The Treaty of Rome*. Roma. Internet. Disponível em <http://www.gleichstellung.uni-freiburg.de/dokumente/treaty-of-rome> (consultado em 22 de Abril de 2014)
- Comunidade Europeia (1983): *Solemn Declaration on European Union*. Internet. Disponível em <http://www.eurotreaties.com/stuttgart.pdf> (consultado em 25 de Abril de 2014)
- (1986): *The Single European Act*. Internet. Disponível em <http://www.eurotreaties.com/singleeuropeanact.pdf> (consultado em 25 de Abril de 2014)
- Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1951): *Treaty establishing the European Coal and Steel Community*. Paris. Internet. Disponível em http://www.cvce.eu/obj/treaty_establishing_the_european_coal_and_steel_community_paris_18_april_1951-en-11a21305-941e-49d7-a171-ed5be548cd58.html (consultado em 16 de Abril de 2014)
- Cortina, Adela (2013): “Debate: El corazón de Europa”. *Presseurop*. Internet. Disponível em <http://www.voxeurop.eu/es/content/article/3667941-el-corazon-de-europa> (consultado em 6 de Maio de 2014)
- Council of Europe: “Social Cohesion”. Internet. Disponível em http://www.coe.int/t/dg3/index_EN.asp (consultado em 20 de Maio de 2014)
- De Castilho, Ataliba T.: “Como as línguas nascem e morrem? O que são família lingüísticas?” Museu da Língua Portuguesa: Estação da Luz. Internet. Disponível em http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_8.pdf (consultado em 18 de Junho de 2014)
- Eco, Umberto (2013): “L’identità europea é il dialogo”. *Presseurop*. Internet. Disponível em <http://www.voxeurop.eu/it/content/article/4306681-l-identita-europea-e-il-dialogo> (consultado em 6 de Maio de 2014)
- EFE Economía (2012): “El Tribunal de Cuentas UE denuncia el mal uso de los fondos agrarios en los nuevos miembros”. El País. Internet. Disponível em http://economia.elpais.com/economia/2012/11/27/agencias/1354023255_182956.html (consultado em 3 de Junho de 2014)
- E.L. (1951): “È nata la comunità europea del carbone e dell’acciaio”. *La Stampa*: Torino, 19 aprile 1951, anno VII, num. 92. Internet. Disponível em http://www.archiviolaStampa.it/component/option,com_lastampa/task,search/mod,avanzata/action,viewer/Itemid,3/page,1/articleid,0045_01_1951_0092_0001_11216002/anews,true/ (consultado em 22 de Abril de 2014)
- Estado español (1978): La Constitución española. Internet. Disponível em <http://www.congreso.es/consti/constitucion/indice/titulos/articulos.jsp?ini=1&fin=9&tipo=2> (consultado em 28 de Abril de 2014)
- European Political Co-operation (1988): *Document on European Identity published by the Nine Foreign Ministers (Copenhagen, 14 December 1973)*. Press and Information Office, Federal Republic of Germany, Bonn. Disponível em <http://aei.pitt.edu/4545/> (consultado em 23 de Abril de 2014)
- Fernández, María (2014): “Dinero por el desagüe”. *El País*. Internet. Disponível em http://politica.elpais.com/politica/2014/05/16/actualidad/1400270187_930037.html (consultado em 3 de Junho de 2014)
- Ferri, Delia (2008): *La costituzione culturale dell’Unione Europea*. Wolters Kluwer Italia
- Flash Eurobarometer (2013): *European Union citizenship*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_365_en.pdf (consultado em 9 de Junho de 2014)
- Franzi, Alessandro (2014): “Arrabbiati ma divisi: gli euroscettici vincono a metà”. Linkiesta. Internet. Disponível em <http://www.linkiesta.it/euroscettici-parlamento-europeo-elezioni> (consultado em 30 de Outubro de 2014)
- Goulard, Sylvie & Monti, Mario (2012): *La democrazia in Europa*. Milano: Rizzoli
- Guez, Oliver (2013): “Are There Any European Left?” *New York Times, Sunday Review*. Internet. Disponível em http://www.nytimes.com/2013/03/03/opinion/sunday/are-there-any-europeans-left.html?pagewanted=all&_r=2& (consultado em 09 de Abril de 2014)
- Innerarity, Daniel (2006): *O novo espaço público*. Lisboa: Editorial Teorema
- Jansen, Thomas (resp.) (1981): *Impegno per l’Europa: Konrad Adenaur – Alcide De Gasperi – Robert Shumann*. Fondazione Konrad Adenaur: Roma.
- John Lennon (1971): *Imagine*. Imagine
- Kohler, Adolph (1981): “Un uomo spinto dalle sue convinzioni: Alcide De Gasperi”. In: Jansen Thomas (resp.), *Impegno per l’Europa: Konrad Adenaur – Alcide De Gasperi – Robert Shumann*. Fondazione Konrad Adenaur: Roma: 39-63
- Kraster, Ivan (2013): “Ideas: Onde está o sonho europeu?” *Presseurop*. Internet. Disponível em

- <http://www.presseurop.eu/pt/content/article/3722311-onde-esta-o-sonho-europeu> (consultado em 10 de Abril de 2014)
- La Repubblica (2014): “Elezioni Europee 2014 – Liste e Risultati”. *La Repubblica*. Internet. Disponível em <http://www.repubblica.it/static/speciale/2014/elezioni/europee/austria.html> (consultado em 22 de Outubro de 2014)
- Latouche, Serge (2000): *Il mondo ridotto a mercato*. Roma: Edizioni lavoro
- Lehmann, Wilhelm (2014): Il Trattato di Nizza e la Convenzione sul Futuro dell’Europa. Parlamento Europeu. Internet. Disponível em http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/it/FTU_1.1.4.pdf (consultado em 28 de Abril de 2014)
- Leonard, Mark & Torreblanca, José Ignacio (2013): “União Europeia: Em crise, a Europa funciona sobretudo mal”. *Presseurop*. Internet. Disponível em <http://www.voxeurop.eu/pt/content/news-brief/3721871-em-cri-se-europa-funciona-sobretudo-mal> (consultado em 25 de fevereiro de 2015)
- Leparmetier, Arnaud (2013): “Eleições europeias 2014: Não haverá nenhuma vaga anti-UE”. *Presseurop*. Internet. Disponível em <http://www.voxeurop.eu/pt/content/article/439951-nao-havera-nenhuma-vaga-anti-ue> (consultado em 6 de Maio de 2014)
- Leszczynski, Adam (2013): “Se busca idea que despierte emoción”. *El país*. Internet. Disponível em http://internacional.elpais.com/internacional/2013/04/23/actualidad/1366730802_038141.html (consultado em 6 de Maio de 2014)
- Mateus, Augusto (coord.) (2005): *Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social*. Volume 1 – As grandes questões conceptuais e metodológicas. Internet. Disponível em http://www.qren.pt/np4/file/1475/1_Competitividade_e_Coes_o_ndice_e_Nota.pdf (consultado em 5 de Maio de 2014)
- Murtagh, Peter (2009): “Um debate sério sobre o Tratado de Lisboa”. *Presseurop*. Internet. Disponível em <http://www.presseurop.eu/pt/content/article/34291-um-debate-serio-sobre-o-tratado-de-lisboa> (consultado em 28 de Abril de 2014)
- Naglič, Vesna (2013): *Los Tratados de Maastricht y Ámsterdam*. Parlamento Europeu. Internet. Disponível em http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/es/FTU_1.1.3.pdf (consultado em 28 de Abril de 2014)
- Nassehi, Armin (2013): “União Europeia: Entrem os opositores”. *Presseurop*. Internet. Disponível em <http://www.voxeurop.eu/pt/content/article/3808111-entrem-os-opositores> (consultado em 2 de Julho de 2014)
- Parlamento Europeu (2014): “Risultati delle elezioni europee 2014”. *Europa.eu*. Internet. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/it/country-results-at-2009.html> (consultado em 22 de Outubro de 2014)
- Pires, Rui Pena (2012): “O problema da integração”. In: *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Vol. XXIV: 55-87
- Qualitative Eurobarometer (2010): *European citizenship – Cross-border mobility*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/quali/5823_citizenship_en.pdf (consultado em 2 de Julio de 2014)
- (2012): *Journalists and Social Media*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/quali/jourism_en.pdf (consultado em 27 de Junho de 2014)
- Rauws, Gerrit; Schäfers, Stefan; Denecker, Anneke & Fischer, Thomas Coord.s (2013): *New Pact for Europe: first report. Strategic Options for Europe’s Future*. King Baudouin Foundation, the Bertelsmann Stiftung and the European Policy Centre.
- Repubblica Italiana (1947): *La Costituzione della Repubblica Italiana*. Internet disponível em <http://www.governo.it/Governo/Costituzione/principi.html> (consultado em 28 de Abril de 2014)
- Rocha, Isabel (coord.) (2013): *Tratados da União Europeia (Versão consolidada, de acordo com o tratado de Lisboa)*. Porto: Porto Editora
- Scheffer, Paul (2013): “Federalismo: Por favor, nada de Estados Unidos da Europa!” *Presseurop*. Internet. Disponível em <http://www.voxeurop.eu/pt/content/article/4380781-por-favor-nada-de-estados-unidos-da-europa> (consultado em 6 de Maio de 2014)
- Schumann, Robert (1950): *Dichiarazione Schumann*. União Europeia. Internet. Disponível em http://europa.eu/about-eu/basic-information/symbols/europe-day/schuman-declaration/index_it.htm (consultado em 15 de Abril de 2014)
- Sironi, Francesca (2012): “Cosi sprecano i soldi UE”. *L’Espresso*. Internet. Disponível em <http://espresso.repubblica.it/attualita/cronaca/2012/08/21/news/cosi-sprecano-i-soldi-ue-1.45863> (consultado em 3 de Junho de 2014)
- Smith, Anthony D. (1992): “National Identity and the Idea of European Unity”. In: *International Affairs*. Royal

- Institute of International Affairs, Vol. 68, No. 1: 55-76. Internet. Disponível em <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2620461?uid=3737952&uid=2&uid=4&sid=21104608583437> (consultado em 25 de Agosto de 2014)
- Sousa, Maria José & Baptista, Cristina Sales (2011): *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios – segundo bolonha*. 3ª edição. Lisboa: LIDEL
- Special Eurobarometer 399 (2013): *Cultural Access and Participation*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_399_en.pdf (consultado em 11 de Abril de 2014)
- Spinelli Barbara (2013): “L’europa di cui abbiamo bisogno – Il potere senza responsabilità”. La Repubblica. Internet. Disponível em http://download.repubblica.it/pdf/2013/repidee/barbara_spinelli.pdf (consultado em 30 de Outubro de 2014)
- Standard Eurobarometer 79 (Spring 2012): *European citizenship – Report*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb79/eb79_citizen_en.pdf (consultado em 11 de Abril de 2014)
- Standard Eurobarometer 80 (Autumn 2013^a): *European citizenship – Report*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_citizen_en.pdf (consultado em 12 de Maio de 2014)
- (Autumn 2013^b): *Media use in the European Union - Report*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_media_en.pdf (consultado em 3 de Junho de 2014)
- (Autumn 2013^c): *Public opinion in the EU - First results*. European Commission. Internet. Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb80/eb80_first_en.pdf (consultado em 12 de Maio de 2014)
- Teixeira Fernandes, António (2001): “Cidadania e Identidade Europeias”. Internet. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1480.pdf> (consultado em 15 de Abril de 2014)
- The Guardian (2013): “Six ideas to save the EU”. The Guardian. Internet. Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2013/apr/24/europa-six-ideas-save-eu> (consultado em 27 de fevereiro de 2015)
- Tratado CECA (1951): Tratado CECA. Internet. Disponível em http://www.cvce.eu/content/publication/1997/10/13/11a21305-941e-49d7-a171-ed5be548cd58/publishable_en.pdf (consultado em 21 de Janeiro de 2015)
- União Europeia (1992): *Tratado de Maastricht*. Internet. Disponível em http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/tue.html#cpi (consultado em 28 de Abril de 2014)
- Voxeurop (2015): “Ultimato do Eurogrupo”. *Voxeurop*. Internet. Disponível em <http://www.voxeurop.eu/pt/content/news-brief/4897801-ultimato-do-eurogrupo> (consultado em 9 de Abril de 2015)

Apêndices